

Género, Sexualidades e Interseccionalidade

Géneros e
Sexualidades:
Interseções e
Tangentes

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA & LÍGIA AMÂNCIO

Gêneros e
Sexualidades:
Interseções e
Tangentes

GÉNEROS E SEXUALIDADES

FICHA TÉCNICA

Edição

Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL)/Lisboa

Âmbito

Linha temática Género, Sexualidades e Interseccionalidade

Organização

João Manuel de Oliveira & Lígia Amâncio

Edição

2017

Comissão científica

João Manuel de Oliveira (ISCTE-IUL)

Lígia Amâncio (ISCTE-IUL)

Conceição Nogueira (U. Porto)

Maria Juracy Filgueiras Toneli (U. Federal de Santa Catarina)

Nuno Santos Carneiro (U. Porto)

Design gráfico e paginação

vivóeusébio

Impressão

Gráfica Maiadouro

ISBN

978-989-732-986-9

Depósito Legal

Financiado por

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual - 4.0 Internacional*.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Índice

Das intersecções e tangentes <i>João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio</i>	5
Parte 1 – Género – Ordem e desordens	15
Assimetria Simbólica. Breve história de um conceito <i>Lígia Amâncio</i>	17
Estudos da masculinidade e teoria feminista <i>António Manuel Marques</i>	39
Desigualdades de género em profissões qualificadas e resistências à mudança – <i>Um percurso de investigação</i> <i>Maria Helena Santos</i>	55
“Mi cuerpo es mío”. Parentalidades y reproducción no heterosexuales y sus conexiones con otras demandas <i>Gracia Trujillo</i>	75
Cisheteromonormatividade y Orden Público© <i>Pablo Perez Navarro</i>	89
Parte 2 – Desestabilizar os Géneros e as Sexualidades	113
Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género <i>João Manuel de Oliveira</i>	115
Limbos da normatividade: reflexões sobre o género humano nas experiências de cross-dressing <i>Rita Grave, João Manuel de Oliveira</i> e <i>Conceição Nogueira</i>	141
Branquitude e racialização do feminismo: um debate sobre privilégios <i>Georgia Grube Marcinik e Amana Rocha Mattos</i>	159
Circuitos integrados? Intersecções de género, sexualidade e geração nas vivências afetivo-sexuais de um jovem e sua rede de convívio no nordeste do Brasil. <i>Karla Galvão Adrião, Jaileila Menezes, Emilia</i> <i>Bezerra e Roseane Amorim</i>	175
Enviadescer para produzir interseccionalidades <i>Leandro Colling,</i> <i>Alexandre Nunes de Sousa e Francisco Soares Sena</i>	193
Notas biográficas.	217

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA E LÍGIA AMÂNCIO

Das intersecções e tangentes

No âmbito das actividades da linha de investigação sobre Género, Sexualidades e Interseccionalidade do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE-IUL o livro que agora se apresenta, *Géneros e Sexualidades – Intersecções e Tangentes*, pretende contribuir para alargar e difundir o debate sobre estes temas e mostrar os seus múltiplos pontos de contacto e cruzamento que, hoje, nos conduzem a falar de géneros e sexualidades, no plural. O livro não reproduz apenas contribuições apresentadas na Conferência internacional *Gender, Sexualities and Interseccionalities*, organizada em Outubro de 2015, mas alarga o seu conteúdo aos contributos de investigadorxs, nacionais e internacionais, que integram uma rede que tem vindo a crescer em torno desta linha temática.

Os géneros, entendidos na ótica binária em que a ordem do género e a heterossexualidade hegemónica os colocam,

GÊNEROS E SEXUALIDADES

apresentam-se não apenas como uma das bases centrais dos processos de opressão e privilégio no quadro de relações de dominação, mas e em consequência, são centrais no processo de intersecção com outras matrizes de dominação (Collins, 2000), como ‘raça’, sexualidades, classe, idade, entre outras. Assim, estudar o género implica um duplo processo: um entendimento do modo como se estruturam os processos assimétricos do eixo de dominação género e, por outro lado, uma leitura que compagina o modo como o género se intersecta, é reformulado e se cruza com outras relações de privilégio e de opressão, como mostra Conceição Nogueira (2011) e os trabalhos na linha da interseccionalidade. Lucas Platero (2012) recorre à figuração de *maraña*, que em português podíamos traduzir como enredado e que permite mostrar como nesse processo de múltiplas posições (reportando-nos a posições ocupadas nesses eixos de opressão e privilégio), numa geometria não euclidiana. Procuramos salientar aqui uma diferenciação entre identificação e posição social, dado que pode haver des-identificação da posição social ocupada neste emaranhado. Assim em vez da teoria dos conjuntos e diagramação de Venn para traçar os espaços de interseccionalidade, precisaremos de recorrer a outro tipo de imagem. Neste caso, a ideia de rizoma de Deleuze e Guattari (2008) ajuda a perceber que a própria rede e as ligações entre múltiplas posições são indeterminadas ou não inteiramente previsíveis, atuam de formas inesperadas e criam toda uma série de agenciamentos que não são dados previamente pela estrita soma das partes. A perspectiva crítica da interseccionalidade que Jasbir Puar (2013) levanta permite entender como a tensão entre formas identitárias múltiplas como é o caso da interseccionalidade com o agenciamento (Deleuze e Guattari, 2008) que pressupõem uma analítica pós-identitária:

INTERSEÇÕES E TANGENTES

“a interseccionalidade tenta compreender instituições políticas e suas formas corolárias de normatividade social e administração disciplinar, enquanto o agenciamento, num esforço de reintroduzir a política no âmbito político, indaga o que está antes e além do que acaba sendo estabelecido. Então, parece-me que uma das maiores vantagens de se pensar partindo do entrelaçamento das noções de interseccionalidade e agenciamento é que ele pode nos ajudar a produzir mais caminhos para essas relações não totalmente compreendidas entre disciplina e controle.” (Puar, 2013, p.366)

Estes textos implicam uma pensamento sobre o género como ordem social e visam perceber de que forma o género é afetado e afeta outras formas de dominação, seja por intersecção, seja de forma menos evidente e mais tangencial. Igualmente concebemos as sexualidades de forma central neste processo, dado que tanto a ordem de género como os múltiplos géneros são refigurados e sempre considerados em face de uma heterossexualidade hegemónica, socialmente construída mas num processo de naturalização se apresenta como natural (Butler, 1990), auto-evidente e superior a outras formas de sexualidade configurando-se como heteronormatividade (Warner, 1993). Recorrer a estas e a outras formas de opressão e simultaneamente práticas de reivindicação política implica uma perspectiva interseccional e de agenciamento, interessada em detalhar as implicações de determinadas posições nestas matrizes de opressão e privilégio, sem esquecer o modo de enunciação, pressupostos e efeitos destas políticas. O livro está estruturado em duas partes que pretendem salientar este duplo processo. Uma I Parte intitulada “Género - Ordem e Desordens” e uma II Parte intitulada “Desestabilizar Géneros e Sexualidades”

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Os textos da I Parte tratam da ordem hegemónica de género e da sua resistência às transformações sociais e aos movimentos de contestação, seja pela cumplicidade dos e das alvos da dominação, seja pela influência das instituições na preservação da estabilidade e permanência dessa ordem. O texto de Lígia Amâncio, **Assimetria Simbólica. Breve História de Um Conceito**, reconstituindo um percurso de investigação iniciado, em Portugal, na década de 80 do século passado, aborda a forma como o pensamento binário sobre os sexos assenta numa assimetria de significados, uma ideologia sobre os seres que emergiu com a modernidade, que se estende aos contextos sociais e se constitui em sistema de dominação masculina, ao mesmo tempo que se caracteriza por uma plasticidade que facilita a sua adaptação a novos contextos sociais, sem pôr em causa a lógica de dominação que lhe está subjacente. É esta capacidade da ideologia de género para sobreviver às transformações sociais que o texto de Maria Helena Santos, **Desigualdades de género em profissões qualificadas e resistências à mudança – Um percurso de investigação**, exemplifica, ao mostrar que apesar das grandes mudanças ocorridas em Portugal, nos últimos anos, em particular nas qualificações das mulheres, as profissões qualificadas permanecem colonizadas por significados masculinos e, portanto, lugares onde a estranheza da presença das mulheres lhes é recordado em permanência. O texto de António Marques **Estudos da masculinidade e teoria feminista**, no prosseguimento de uma linha de investigação iniciada com a sua tese de doutoramento (Marques, 2011), propõe uma reflexão sobre o encontro, potencialmente produtivo, como diz e demonstra, entre a teoria feminista e os estudos da masculinidade, mostrando os pontos de convergência e divergência no percurso destas duas áreas de estudos e a pressão para a permanência e naturalização da masculinidade hegemónica que é exercida por algumas instituições, como os media, com

INTERSEÇÕES E TANGENTES

o propósito de ocultar a dominação exercida, sobre mulheres e homens, da masculinidade hegemónica. Noutra contexto e momento político, o texto de Gracia Trujillo “**Mi cuerpo es mío**”. **Parentalidades y reproducción no heterossexuales y sus conexiones con otras demandas** convoca também o plano institucional, mas neste caso o papel do Estado espanhol, para impor a norma da heterossexualidade durante o debate público em torno da alteração ao Código Civil sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2005, com o objetivo de manter os casais constituídos por mulheres privados dos seus direitos parentais. O texto de Pablo Perez Navarro, **Cisheteromonormatividade y Orden Público**[©], foca-se numa genealogia das noções de ordem pública e de como incorporam múltiplas normatividades do binarismo de género, monogamia e da heterossexualidade hegemónica. A ideia de ameaça à ordem pública permite o exercício da violência de Estado e é tangente com o classismo, a xenofobia, o racismo e a discriminação religiosa como é o caso da islamofobia.

Os textos incluídos na 2^a parte inserem-se na perspectiva da necessidade de desconstruir e desnaturalizar géneros e sexualidades e usá-los para produzir outros futuros e outros espaços, fora do domínio das heteronormas de género, da eliminação da fluidez e dissidência de género. O texto de João Manuel de Oliveira, **Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género**, propõe o género como uma viagem através de um rizoma feita a partir de múltiplos agenciamentos e aponta para uma tentativa de resolução entre normas e expressões de género, uma análise do género simultaneamente como potência e como potestade, na esteira de Espinosa e Butler. O texto de Georgia Grube Marcinik e Amana Rocha Mattos, **Branquitude e racialização do feminismo: um debate sobre privilégios**, mostra como a teoria feminista sofre um efeito de branquitude que implica o não reconhecimento

do lugar de privilégio que num sistema racista implica não pensar a racialização das mulheres brancas. A desestabilização interseccional que este texto suscita tem como implicação a releitura das contribuições de um feminismo branco que oblitera a sua racialização e se torna conivente com o racismo, como denunciado pelo feminismo negro (e.g., hooks, 1981). Na mesma linha de pensamento, o texto de Leandro Colling, Alexandre Nunes de Sousa e Francisco Soares Sena, **Enviadescer para produzir interseccionalidades** enceta um debate a partir da ideia de enviadescer, isto é, optar pela dissidência face à heteronorma, cruzando género, ‘raça’, classe e sexualidade, o que implica repensar-se para lá do identitário, tornar-se criador/a e criação de si próprio e repensar neste processo a interseccionalidade, na linha que Jasbir Puar (2013) menciona.

O texto de Karla Galvão Adrião, Jaileila Menezes, Emilia Bezerra e Roseane Amorim, **Circuitos integrados? Intersecções de género, sexualidade e geração nas vivências afetivo-sexuais de um jovem e sua rede de convívio no nordeste do Brasil**, recorrem a uma analítica interseccional de género, ‘raça’, classe, sexualidade e geração para produzirem um olhar sobre um jovem em particular, mas entendendo-o num circuito integrado (Haraway, 1991), implicando uma análise das suas múltiplas identidades e posições e do modo como estas se articulam e permitem a permeabilidade das fronteiras e das identidades, atravessadas por corpos pessoais e políticos. No plano de um pensamento sobre as múltiplos efeitos dos códigos de legibilidade do género no caso de cross-dressers, Rita Grave, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira, **Limbo da normatividade: reflexões sobre o género humano nas experiências de cross-dressing**, recorrem a um trabalho exploratório sobre cross-dressing, que já deu origem a uma tese de mestrado (Grave, 2016). Neste capítulo parte-se da

INTERSEÇÕES E TANGENTES

discussão sobre o modo como determinadas maneiras de transgressão das normas de género são constitutivas de uma falta de inteligibilidade como humano (Butler, 2004) para perceber o modo como uma pessoa entrevistada que recorre ao cross-dressing se sente a ser lida pelas normas de género e de que como negoceia a sua dissidência face às normas.

O conceito que deu origem a este livro é devedor das perspetivas críticas da academia neoliberal, os chamados estudos críticos da universidade (e.g., Petersen & O'Flynn, 2007; Davies & Petersen, 2005). Críticos destes processos da longa marcha neoliberal (Hall, 2011) que tomou conta das universidades e que começam a ser evidentes em todo o mundo, pretendemos que este livro possa ser destituído de valor comercial e que tenha um acesso livre, universal e gratuito, inspirando-nos em projetos como o Reframe da Universidade de Sussex. Desligando a comodificação do conhecimento da sua legitimação como saber, recorrendo a financiamento público que permitiu cobrir os custos de produção, esperamos que este livro tenha utilidade para quem se aventure nos cada vez mais complexos e por isso mesmo mais interessantes, caminhos dos estudos de género e das sexualidades.

Referências

- Butler, Judith (1990). *Gender Trouble*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Collins, Patricia Hill (2000). *Black Feminist Thought-knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge.
- Davies, Brownym & Petersen, Eva B. (2005). Neoliberal discourse in the academy : the forestalling of collective resistance. *Learning and Teaching in the Social Sciences*, 2, 77-98
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2007). *Mil Planaltos: Capitalismo e esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio e Alvim.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

- Grave, Rita (2016). *Desidentificações de gênero - discursos e práticas*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Porto: Universidade do Porto.
- Hall, Stuart (2011). The Neoliberal Revolution. *Soundings*, 48, 9–27.
- Haraway, Donna (1991). A *Cyborg* Manifesto: Science, Technology and Social Feminism in the late Twentieth Century. In Donna Haraway. *Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*. New York: Routledge, (p. 149-182).
- hooks, bell (1981). *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press.
- Marques, António Manuel (2011). *Masculinidade e Profissões: Discursos e Resistências*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Nogueira, Conceição (2011). Introdução à teoria da interseccionalidade nos Estudos de Género. In Sofia Neves (Ed.). *Género e Ciências Sociais*. Maia: Edições ISMAI.
- Petersen, Eva Bendix & Gabrielle O'Flynn (2007). Neoliberal technologies of subject formation: a case study of the Duke of Edinburgh's Award scheme. *Critical Studies in Education*, 48, 197-211.
- Platero, Lucas (2012). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra.
- Puar, J. (2013). “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, 8, 343-370.
- Warner, Michael (1991). *Fear of a queer planet: Queer politics and social theory*. Minneapolis: Minnesota University Press.

Parte 1

Género:
Ordem e
desordens

LÍGIA AMÂNCIO

Assimetria Simbólica

Breve história de um conceito

O conceito de assimetria simbólica desenvolveu-se num contexto particular das ciências sociais em Portugal e a partir de uma combinação de influências, tanto da psicologia social, como de outras disciplinas, vistas sob um olhar feminista. A partir da comunicação apresentada na Conferência Inaugural da Linha Temática sobre Género, Sexualidades e Interseccionalidades, organizada em Outubro de 2015, este artigo aborda a origem e o percurso do conceito na investigação sobre as relações de género e outras relações sociais, assinalando ainda os usos que representam um esvaziamento do seu propósito inicial e que, hoje, já são possíveis de identificar.

O Contexto

Em Portugal os estudos de género iniciaram-se num período em que a afirmação das ciências sociais coincidiu com as profundas transformações da sociedade portuguesa, que

GÉNEROS E SEXUALIDADES

ocorreram na sequência da implantação da democracia, tornando-se domínios relevantes do saber sobre a sociedade e os processos de transformação social, áreas de formação superior, mas também assumindo formas de intervenção e participação no(s) debate(s) público(s) e na definição de novas políticas públicas no âmbito de um Estado social em construção.

Uma das principais transformações do pós-25 de Abril diz respeito à situação das mulheres. A procura da escolaridade, a todos os níveis de ensino, que marcou a sociedade portuguesa da altura, acompanhando o progressivo aumento da escolaridade obrigatória nos anos 80 foi particularmente expressiva no caso das mulheres, cujo atraso era bem mais acentuado, visto que em 1988 a taxa de analfabetismo das mulheres (21%) era, ainda, quase o dobro da dos homens (11%). Para as gerações mais jovens, em particular, o percurso ao longo do sistema educativo foi particularmente bem-sucedido e, no fim da década de 90, as mulheres já constituíam a maioria da população que entrava no ensino superior. A participação das mulheres no trabalho pago, já iniciada no período da guerra colonial, acentuou-se, com a sua entrada em muitas profissões qualificadas e até aí quase exclusivamente masculinas, como a medicina e o direito, acompanhando a criação de novos serviços, como um sistema universal de assistência na saúde (o SNS), e órgãos de soberania, nomeadamente uma magistratura e um ministério público independentes. Para além da sua participação na construção das instituições democráticas, a participação das mulheres seria crucial para o desenvolvimento de áreas fundamentais para o progresso e a modernização do país, como a ciência. Este percurso das mulheres portuguesas, marcado por um forte progresso, no plano da educação e da autonomia económica, sobretudo nas comparações com as gerações mais velhas, não foi favorável ao desenvolvimento de uma consciência das discriminações

INTERSEÇÕES E TANGENTES

que as atingiam e que eram abundantemente evidenciadas pela investigação e difundidas pelos organismos internacionais. Numa iniciativa pioneira de Maria de Lourdes Pintasilgo tinha sido criada, em 1975, a Comissão da Condição Feminina (C.C.F.), no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, por ela presidido na altura, organismo que viria a ser institucionalizado em 1977, com a missão de “apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição”¹. A existência deste organismo, mesmo antes da adesão do país ao Conselho da Europa (1976) e à Comunidade Europeia (1986) veio dar visibilidade a formas de desigualdade social durante muito tempo remetidas para o domínio da “natureza” ou da fatalidade, mesmo num contexto social de fraca consciência sobre o carácter estrutural da discriminação e da violência contra as mulheres. Para retardar esta consciência contribuiu ainda o efeito do *backlash* contra o feminismo que se difundiu na década de 80 e que foi amplamente divulgado em Portugal pelos media.

As ciências sociais e humanidades também reflectiam esta indiferença da sociedade civil. Enquanto na investigação sociológica as desigualdades foram, durante algum tempo, quase exclusivamente, as de classe, para a psicologia social, a enorme influência da orientação anglo-saxónica que se fazia sentir nos métodos e nas principais filiações teóricas, não se fazia sentir nos temas de interesse, já que a abundante produção de investigação sobre o sexismo e o racismo não suscitava a mesma adesão da investigação que se fazia por cá e que

1. A CCF daria origem à Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres na década de 90 e, já neste século, à Comissão para a Igualdade de Género.

procurava afirmar este campo do saber. Foi neste contexto, de relativa indiferença da ciência social face às desigualdades de género, e de invisibilidade das suas consequências sociais, que se desenvolveu o modelo da assimetria simbólica.

Da diferença à distância ao referente

A distinção entre os sexos, presente em todas as culturas, embora traduzida numa grande diversidade de expressões constitui, segundo alguns autores, uma distinção fundadora de muitas outras distinções sociais (Moscovici, 1972/1994; Heritier, 1996). Na sua forma de expressão binária, é esta distinção que sustenta a diversidade de crenças e comportamentos que dão sentido ao que é ser homem e ao que é ser mulher, os seus territórios e espaços próprios e os seus destinos individuais e que se exprimia nas ilhas do pacífico de formas diversas, nas sociedades observadas por Mead (1949/1968) e também de forma diferente da que assumia na sociedade americana da altura. Mas a existência desta distinção era, e é, uma constante no pensamento social, tal como o sentido da diferença que a acompanha e a centralidade do corpo e da sexualidade / reprodução nos seus significados. A mitologia grega e as grandes religiões oferecem abundantes exemplos desta diferenciação fundadora que, em nome da função reprodutora do corpo feminino, afasta as mulheres da relação com deus, impondo-lhes a intermediação vigilante e disciplinadora dos homens (Toldy, 1998; Garcia, 1999), seja nos ritos e nas práticas religiosas, seja no acompanhamento e controlo que as mudanças sociais cruciais, como foi o acesso das mulheres à educação no século XIX, podem ter na posição que é reservada às mulheres (Giorgio, 1991/1994; Baubérot, 1991/1994; Green, 1991/1994, Garcia, 1999). Mas esta

INTERSEÇÕES E TANGENTES

constância não pode ser confundida com intemporalidade, porque é a modernidade que torna central a interrogação sobre a ‘diferença’ entre homens e mulheres, lhe dá sentido político e a investe de novos significados, como veremos adiante.

Para a mudança cultural e social na construção da distinção entre os sexos que ocorre com a modernidade, no ocidente, contribuiu a reivindicação da liberdade e da igualdade da época das Luzes (Laqueur, 1990/1992), que veio romper com a naturalidade com que eram aceites as diferenças entre senhores e escravos, na antiguidade, ou entre as classes na idade média. Por outro lado, o papel da ciência – neste caso, a biologia – foi fundamental para marcar a especificidade do corpo feminino, já que, como mostra aquele autor, até ao século XVIII, o corpo masculino e o corpo feminino eram um só, representado, no feminino, pelo avesso dos órgãos contidos, e no masculino, pelo direito dos órgãos expostos. Ao ‘descobrir’ a diferença do corpo feminino e os efeitos da reprodução sobre a ‘mente’ feminina, a biologia conferiu uma especificidade sexual às mulheres, que não tem equivalente no caso dos homens. Foi esta ‘descoberta’ que serviu para justificar a desigualdade da posição social a que as mulheres foram remetidas e que veio alterar profundamente a sua condição social, depois de terem usufruído de uma relativa liberdade intelectual e até de mobilidade, bem como da protecção da classe social de pertença durante o século XVIII, a crise do antigo regime e mesmo na fase revolucionária. Os dois séculos que separam a publicação d’*O contrato social* de Jean-Jacques Rousseau, em 1762, que estabelece uma clara dissociação entre a esfera da família e a esfera da política, e *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, em 1949, marcam, segundo Fraisse (2000), o período de construção da fusão entre diferença e desigualdade e a ruptura com o passado, no

GÉNEROS E SEXUALIDADES

que à representação das mulheres diz respeito. A análise de Geneviève Fraisse aos textos fundadores da revolução francesa revela o esforço argumentativo que é desenvolvido para justificar a exclusão das mulheres da cidadania, colocando-as à margem do projecto de igualdade e emancipação política, sem pôr em causa a suposta universalidade desses mesmos ideais (Fraisse, 1995, 1998). Um esforço exagerado e excessivo, como classifica a autora, cheio de contradições e no limite da irracionalidade, denunciadas por algumas figuras intelectuais da época, como Olímpia de Gouges, Condorcet ou Mary Wollstonecraft (Carmo e Amâncio, 2004), gerador do paradoxo entre o universalismo dos ideais da República moderna e o particularismo reservado às mulheres no seu seio (Scott, 1998). Apesar destas limitações, este foi um esforço bem-sucedido na criação de uma redefinição das mulheres como sujeitos sexuados, com uma cidadania limitada (Nogueira e Silva, 2001), mas também concreta, na medida em que o seu estatuto civil decorria exclusivamente das funções, deveres e posições das mulheres na família, como viria a ser consagrado no Código Napoleónico de 1804, no plano do direito.

Desta construção resultou uma identidade feminina baseada numa comunidade de semelhantes, individualmente indiferenciadas numa categoria de sexo, tal como salientava Simone de Beauvoir (1949/1976, p. 14) quando dizia que nenhum homem precisava de recorrer ao seu sexo de pertença, para se definir, enquanto indivíduo, “*qu’il soit homme, cela va de soi*”, ao contrário do que acontece com as mulheres cuja individualidade é sempre colectiva, na medida em que decorre da enunciação da sua pertença à categoria “mulher”. Não existe portanto simetria nas diferenças entre os sexos, a partir da representação construída pela modernidade. Como diz Guillaumin (1992), essa forma particular de representar a ‘classe’ das mulheres, que as remete para a esfera da natureza, colocando-as fora das

relações sociais, constitui uma ideologia que serve de suporte a uma relação de dominação e se estende a outros grupos sociais: na medida em que o sentido da diferença se define em relação a uma entidade central, um ponto de origem (é-se diferente de...), ou padrão normativo que representa a regra e a lei – o cidadão, o trabalhador – é a distância em relação a esse referente que dá significado ideológico à diferença e, ao mesmo tempo, remete as mulheres, como outros grupos dominados, para uma condição de dependência.

Assimetria simbólica no pensamento sobre o masculino e o feminino

As distinções entre categorias sociais que alimentam representações largamente difundidas nas sociedades assentam em estereótipos. Este conceito surge no início do século XX, numa obra dedicada à formação da opinião pública, da autoria de Walter Lippmann (1922/1929), escritor e jornalista. A definição proposta por Lippmann irá caracterizar a abordagem empírica dos estereótipos pela psicologia social, nas décadas seguintes, na medida em que acentua o seu pendor psicológico, de ‘imagens mentais’, resultantes do sistema de valores dos indivíduos, que desempenham funções adaptativas e, por isso mesmo, são resistentes à mudança. A redução do conceito à técnica de medida, baseada em listas de traços – tecnicamente, um estereótipo constitui o menor número de traços que um maior número de pessoas atribui a determinado grupo social – e das explicações ao plano individual, caracterizou os primeiros estudos sobre minorias nacionais e étnicas nos EUA (Katz e Braly, 1933) e também os numerosos estudos sobre as categorias de sexo que são feitos nos anos 70, acompanhando a emergência do movimento feminista

GÉNEROS E SEXUALIDADES

(Broverman *et. al.*, 1970 e 1972). Estes estudos salientavam que os estereótipos tinham um sentido adaptativo para os participantes, homens e mulheres, às representações dominantes sobre o ser homem e o ser mulher, mas diziam-nos pouco sobre o significado social associado a esses traços, ou seja, não estabeleciam qualquer relação entre os estereótipos e essas mesmas representações dominantes. Os estereótipos surgiam assim como fenómenos de geração espontânea na cabeça das pessoas sem qualquer ligação à realidade social envolvente. O único esforço explicativo identificável nestes estudos encontrava-se na associação do conjunto de traços, ditos típicos do masculino e do feminino, ao conceito de papel ou orientação comportamental (Eagly, 1987), com origem num processo de aprendizagem socializada. De certa forma, a visão que prevalecia no olhar da psicologia era a da finalidade instrumental dos estereótipos para a adaptação comportamental, em detrimento da compreensão do fenómeno. Na verdade, a explicação da socialização, que pouco ou nada adiantava, servia para integrar a dimensão social, sem no entanto a reconhecer, ao não responder a perguntas óbvias: Porque razão se ‘treinava’ as crianças para aqueles comportamentos e não outros? Noutras épocas, e noutros contextos, os estereótipos não eram diferentes? Como mostrou a reflexão feminista posterior, estes estudos dos anos 70, apesar de preocupados em dar visibilidade às mulheres e uma imagem mais positiva do feminino, mantiveram uma orientação essencialista (Morawski, 1987) e contribuíram para a fusão do social no biológico, ao definir ‘perfis de personalidade’ masculina e feminina, contidos nos papéis sexuais (Connell, 1987). Ao se limitarem a reproduzir o dualismo das categorias de sexo, já inscritas no pensamento do senso comum, e a ilusão de simetria na ‘diferença’ que supostamente os distinguia, tanto no plano do modo de ser como no plano do modo de se comportar, estes estudos contribuíram mais para levantar novos

INTERSEÇÕES E TANGENTES

problemas do que para o seu esclarecimento, como diziam Hurtig e Pichevin (1986).

Os primeiros estudos sobre estereótipos masculinos e femininos, desenvolvidos em Portugal nos anos 80 do século passado (Amâncio, 1992, 1993, 1994), adoptaram uma metodologia diferente da generalizada na psicologia social, de modo a verificar a proximidade e distância dos estereótipos das categorias de sexo em relação a um referente dominante. Com efeito, o objectivo desses estudos não era o de recolher traços estereotípicos para concluir que aqueles eram os traços constitutivos do estereótipo masculino e feminino, nem de recolher as avaliações positivas ou negativas dos traços, ignorando o sistema de valores que guiava esses juízos, numa abordagem dos estereótipos que persiste até aos nossos dias (Marques, Lima e Novo, 2006). O que se pretendia era encontrar uma explicação ideológica para a constituição dos estereótipos em torno daqueles traços, através da identificação dos significados que eles transportavam em relação a uma categoria supra ordenada, ou referente, que, neste caso, foi o adulto. Os resultados deste exercício permitiram verificar a proximidade do estereótipo masculino ao estereótipo do adulto e a distância do estereótipo feminino em relação a esta categoria supra ordenada, mais universal em relação às categorias de sexo, por incluir traços que remetem para o corpo, ausentes tanto do estereótipo masculino como do do adulto, e de dependência, considerada defeito no adulto, sendo estas dimensões, física e de dependência, que marcam a diferença da categoria feminina e a excluem do mundo adulto e referente. A análise do conteúdo dos estereótipos no plano das dimensões de orientação comportamental permitiu ainda estabelecer uma articulação analítica com o sistema de valores: contrariamente ao que se verificava nos estudos desenvolvidos noutros países, o estereótipo masculino, na

GÉNEROS E SEXUALIDADES

sociedade portuguesa dos anos 80, não apresentava uma orientação para a instrumentalidade, antes exprimia a continuidade do paternalismo e autoritarismo masculinos que, no período da ditadura, estavam plasmados na lei – os homens eram os ‘chefes’ de família, com ascendência e poder disciplinador sobre as mulheres e os filhos. Se este primeiro estudo demonstrou claramente que o estereótipo masculino se confunde com o referente universal e que este, por sua vez, está estreitamente ligado aos valores dominantes, este resultado também permitia esperar que as mudanças desses valores se repercutissem no referente (masculino) e não no diferente (feminino). As mudanças que ocorreram na sociedade portuguesa no final dos anos 80 e início dos anos 90, na sequência da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, ofereceram uma ocasião ideal para a verificação dessa hipótese. Nesse período assistiu-se ao desenvolvimento de infra-estruturas, apoiado pela chegada dos fundos comunitários, à privatização de empresas nacionalizadas e ao crescimento do nível de vida e de uma classe média urbana, graças ao controle da inflação e ao aumento do emprego, transformações económicas que foram acompanhadas por um discurso político e dos meios de comunicação social que exaltavam os conceitos liberais de iniciativa individual, competição e espírito empresarial, através das histórias de empresários e gestores ‘de sucesso’. Partindo da lista de traços usada no estudo anterior, a réplica dos anos 90 acrescentou as categorias ‘pessoa jovem’ e ‘pessoa idosa’, às categorias de pessoa masculina, feminina e adulta. As principais diferenças entre o primeiro e o segundo estudo são de ordem qualitativa e não quantitativa, já que o número de traços típicos de cada estereótipo praticamente não sofreu alteração, nem as proporções entre as qualidades e os defeitos do adulto, que mantiveram a posição de referente do estereótipo masculino. O estereótipo feminino também não sofreu alterações, mas o estereótipo masculino passou a incluir

INTERSEÇÕES E TANGENTES

uma forte dimensão de instrumentalidade, ausente no estudo anterior, e representada por traços como objectivo, lutador, racional, seguro, quase todos associados aos jovens, enquanto o paternalismo e a rigidez foram associados aos idosos. O estereótipo masculino apresentava, neste segundo estudo, “uma síntese de valores modernos e pré-modernos” e mostrava “que o imaginário social “vê” o jovem do sexo masculino como o principal actor num cenário de mudança social, relegando as mulheres e os idosos para papéis secundários neste cenário.” (Amâncio, 1993, p. 134). Comparativamente com a ancoragem dos significados masculinos no modelo de pessoa dominante, ou referente, que atribui aos homens um lugar na história e na dinâmica social, ressaltava destes estudos a permanência da particularidade dos significados femininos e a exclusão das mulheres dos processos sociais.

Nesta linha de investigação, o passo seguinte consistiu em analisar as funções normativas e explicativas das orientações comportamentais, subjacentes aos estereótipos masculino e feminino, e a pertinência do conceito de papel, para perceber como se exprimem os juízos sobre o comportamento de homens e mulheres. Colocados/as perante decisões tomadas por actores homens e mulheres, em contextos organizacionais, os e as participantes nos estudos seguintes foram convidados a exprimir as suas impressões, a partir dos traços dos estereótipos, e a fornecer explicações para as decisões apresentadas. O que o primeiro estudo mostrou foi que “as orientações comportamentais expressas nos conteúdos...dos estereótipos, são normativas para as mulheres mas não para os homens, porque é no caso delas que os juízos são orientados por expectativas de adequação ou não adequação...às fronteiras delimitadas pelos estereótipos” (Amâncio, 1992, p.17). Ressalta deste estudo uma normatividade assimétrica nos conteúdos dos estereótipos, já que os traços femininos servem

GÊNEROS E SEXUALIDADES

para delimitar o comportamento das mulheres e averiguar da sua “adaptação” ao que é próprio do feminino, mas o mesmo não se verifica nos traços masculinos que não são associados nem a contextos, nem a actores particulares, revelando assim a sua generalidade e independência relativamente aos contextos. As implicações deste processo na visibilidade de actores homens e mulheres também resultam diversas, na medida em que a vigilância a que o comportamento das mulheres está submetido, por parte dos estereótipos, colocando-as, ou do lado apropriado (feminino), ou do lado não apropriado (masculino), guia o olhar e os juízos sobre elas, enquanto no caso dos homens, a inexistência de fronteiras estereotípicas para o seu comportamento, faz com que os juízos sobre eles sejam guiados por critérios centrados no resultado e não no comportamento em si, como mostrou o estudo centrado sobre as explicações para os comportamentos. Subjacente a esta assimetria normativa está um efeito discriminatório sobre as mulheres que se encontram ‘fora’ do contexto que lhes é ‘próprio’ e que é, em geral, ignorado. O facto de as mulheres estarem sujeitas à dupla referência do estereótipo masculino, referente tanto para homens como para mulheres, e do estereótipo feminino, que só a elas se aplica, implica um esforço adicional da parte delas para se inserirem no mundo do trabalho ou ocuparem posições no espaço público (Amâncio, 1995). Este efeito discriminatório, pelos custos emocionais e sociais que tem para as mulheres, constitui também uma forma de condicionar o impacto da mudança que a saída das mulheres do espaço privado da família poderia representar e limitar o efeito emancipatório desta mudança (Oliveira e Amâncio, 2002). Embora a partilha dos espaços públicos e de trabalho por ambos os sexos projecte uma imagem de modernidade de uma sociedade, e suscite mesmo um sentimento de satisfação e boa consciência nos próprios homens, a ignorância das discriminações que resultam dos processos de assimetria

simbólica constitui um forte travão à mudança. A adesão das mulheres portuguesas ao duplo padrão faz com que as mulheres trabalhadoras vivam com a culpa de estarem a ‘faltar’ aos seus deveres na família e acumulem uma enorme sobrecarga de trabalho doméstico com um sentimento de ‘justiça’, que as torna singulares em comparações internacionais (Amâncio, 2007), ao mesmo tempo que são sujeitas a permanentes e penosas demonstrações de competências nos contextos de trabalho qualificado. Esta acumulação de discriminações naturalizadas permite assegurar que o passado está contido no presente, sem nunca o colocar inteiramente em causa.

Assimetria simbólica e mudança social

Tendo presente a condicionante ideológica que a assimetria simbólica introduz nos processos de mudança das relações de género, esta linha de investigação orientou-se para as chamadas profissões masculinas, devido à prevalência numérica dos homens, numa altura em que a presença das mulheres no ensino superior e a sua entrada nas profissões qualificadas surgiam como um dos sinais de modernização da sociedade portuguesa (Barreto, 1996). Ao acentuar o sucesso do percurso escolar das mulheres, ignorando as formas de discriminação de que eram vítimas no mundo do trabalho, esta visão sociológica da evolução do Portugal democrático ignorava a investigação de género e feminista e tornava as políticas para a igualdade, como por exemplo as acções positivas, no mínimo controversas, porque desnecessárias. Ora, o interesse por este tema tinha sido suscitado pelo primeiro inquérito à comunidade científica portuguesa, onde a análise das carreiras de homens e mulheres nas diferentes disciplinas tinha permitido mostrar que: “Ambos os sexos deram o seu contributo para o

GÉNEROS E SEXUALIDADES

desenvolvimento da ciência em Portugal, nos últimos 20 anos. Da parte das mulheres, essa contribuição exigiu mesmo um esforço de recuperação ao nível das qualificações, esforço que é visível ao longo da década de 80 [referimo-nos aqui ao crescimento dos doutoramentos]. No entanto, nem esse esforço, nem a partilha de um percurso histórico foram suficientes para impedir que elas fossem colocadas no “círculo exterior” da comunidade científica.” (Amâncio e Ávila, 1995, p.160).

A ciência constitui de facto uma das profissões onde a discrepância entre as qualificações académicas das mulheres e a sua progressão na carreira tem sido estudada, e Portugal não é excepção (Amâncio, 2005), mesmo considerando os enormes progressos que se registaram na década de 90 do século passado. As limitações à mudança social, resultantes da assimetria simbólica, que consistem em remeter as mulheres para as ‘margens’ das profissões assentam em processos de significação social. Trata-se de fundir os significados masculinos com as competências profissionais, numa “genderização” da cultura profissional (Oliveira, Batel e Amâncio, 2010) e do mérito (Santos e Amâncio, 2009), a partir da fusão entre o modelo masculino e o modelo profissional. A investigação de António Marques (2011) sobre a magistratura judicial e a cirurgia geral mostra esta fusão nos discursos dos próprios profissionais, homens e mulheres: “Os léxicos a que os participantes de cada uma delas recorrem para construir o ‘deve-ser’ da profissão e do profissional são, naturalmente diferentes, pois referem-se a realidades objectivas distintas. O cirurgião é representado como *pragmático, rápido, decidido, frontal, pouco expressivo emocionalmente, líder, viril e agressivo*; o magistrado como *seguro, íntegro, isento, imparcial, estável e muito trabalhador*... Delimitadas de forma peremptória, segura e hegemónica, as identidades profissionais, sobreponíveis à identidade do ser masculino – no sentido mais estereotípico – estão claramente

INTERSEÇÕES E TANGENTES

orientadas para e pelo *ethos* masculinista. Ou seja, os conteúdos aglutinados para objectivar o padrão normativo de se ser homem e profissional são assumidos como ‘naturalmente masculinos’ e não como o resultado de qualquer convenção sujeita a revisão e refutação.” (Marques, 2011, p.454).

Uma segunda limitação à mudança resulta da adesão das próprias mulheres à ideologia de género na sua dupla referência identitária, numa participação activa para a manutenção e perpetuação desta mesma ideologia. Como mostrou Conceição Nogueira (2001), as mulheres em profissões de elevado estatuto oscilam entre um discurso essencialista e um discurso de resistência sobre as suas trajectórias profissionais, sendo que o primeiro tipo de discurso acentua as dificuldades que se lhes impõem pela duplicidade de ‘papéis’ que lhes estão supostamente destinados e a retórica meritocrática. Em contextos organizacionais, interpretam o poder através de significados próximos do estereótipo feminino, procurando resolver o paradoxo identitário a que estão sujeitas, o que diminui, ao mesmo tempo, a sua autoridade (Rodrigues, 2008) e acentua a sua marginalidade. A retórica meritocrática dos discursos dominantes que põem em ‘dúvida’ o mérito das mulheres e salientam o seu défice de competências em profissões e actividades tão exigentes como a medicina e a política (Santos, 2011; Santos e Amâncio, 2011, 2016, Santos, Amâncio e Roux, 2015), para além de menosprezarem a necessidade de mudança, servem para iludir a consciência das próprias vítimas de discriminação.

Conclusão

A investigação sobre a assimetria simbólica permitiu questionar o quadro conceptual subjacente aos estudos sobre as categorias de sexo (Amâncio, 1993b) e o alcance dos seus

GÉNEROS E SEXUALIDADES

modelos de análise. Ao remeter o pensamento sobre os sexos para o nível de análise ideológico questionava-se o lugar dos indivíduos como ponto de partida e de chegada da investigação convocando, ao mesmo tempo, uma dimensão de relações sociais, em particular das relações de dominação simbólica. No quadro do debate sobre as relações intergrupais na psicologia social da altura, essa reflexão trazia uma visão crítica (Amâncio, 2006), enquanto no plano da responsabilidade social da investigação, assumia as suas implicações para uma psicologia feminista (Amâncio e Oliveira, 2006). Os desenvolvimentos posteriores da investigação em psicologia social que conduziram à hegemonia presente do individual são visíveis na forma como o conceito de assimetria simbólica foi esvaziado de uma parte do seu significado e reduzido à noção de assimetria hierárquica ou de estatuto.

Um outro desenvolvimento crítico desta linha de investigação inseriu-se no debate sobre a modernização da sociedade portuguesa, no seio das ciências sociais, em particular, ao mostrar a discriminação que atinge as elites femininas, em resultado da prevalência de uma forte ideologia de género que é partilhada por homens e mulheres. Apesar da maior parte dos estudos sobre a assimetria simbólica se ter centrado nos processos sociais associados ao sexismo, uma das primeiras aplicações do conceito foi aos estudos sobre o racismo (Cabecinhas e Amâncio, 1999) e às relações entre o referente 'branco' e os grupos minoritários de imigrantes de cor diferente. No sexismo, tal como no racismo², a consciência da discriminação é uma condição fundamental para a mudança e o seu maior obstáculo é a naturalização dos modos de ser

2. Um artigo recente analisa a intersecção do sexismo e do racismo, considerados como ideologias, (Gianettoni & Roux, 2010) denuncia alguns dos limites e das contradições dos debates sobre a integração das minorias emigrantes, em especial das mulheres.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

branco, negro, homem ou mulher. Um dos efeitos mais perversos da ideologia consiste em fazer crer aos indivíduos que os atributos normativos lhes pertencem e os diferenciam individualmente. Esta ilusão individualista, que uma parte da investigação psicossociológica persiste em reproduzir, permanece o grande obstáculo ao desenvolvimento da consciência sobre a ideologia de género e à relevância dos estudos de género nas ciências sociais.

Ao convocar pensamentos disciplinares diversos, o conceito de assimetria simbólica, e a investigação a que deu origem, permitiram identificar um processo e esclarecer a sua construção no seio da sociedade, ao mesmo tempo que procurou contribuir para a consciência social do seu impacto nas trajectórias individuais.

Referências

- Amâncio, Lígia (1992). Asimetrias nas representações de género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, 9-22
- Amâncio, Lígia (1993a). Género: representações e identidades. *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 14, 127-140
- Amâncio, Lígia (1993b). Stereotypes as ideologies. The case of gender categories. *Revista de Psicologia Social*, vol.8, 2, 163-170
- Amâncio, Lígia (1994). Masculino e feminino. A construção social da diferença. Porto, Afrontamento
- Amâncio, Lígia (1995). Social identity and social change. In Lígia Amâncio e Conceição Nogueira (orgs.) *Gender, Management and Science*. Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, pp. 33-42
- Amâncio, Lígia e Ávila, Patrícia (1995). O género na ciência. In Jorge Correia Jesuino (org.) *A Comunidade Científica Portuguesa nos finais do século XX*. Oeiras, Celta, pp. 135-162
- Amâncio, Lígia e Oliveira, João Manuel (2006). Men as individuals and women as a sexed category. Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, vol.16 (1), 35-43

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- Amâncio, Lígia (2006). Identidade social e relações intergrupais. In Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro (orgs.) *Psicologia Social*, Lisboa, FCG, pp. 387-409, 1ª edição 1993
- Amâncio, Lígia (2007). Género e divisão do trabalho doméstico - o caso português em perspectiva. In Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.) *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 181-209
- Barreto, António (org.) *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS
- Beauvoir, Simone de (1976). *Le deuxième sexe*, Paris: Gallimard, volumes I-II, 1ª edição 1949
- Baubérot, Jean (1994). Da mulher protestante. In George Duby e Michelle Perrot (orgs.) *História das Mulheres*, vol. 4 (O Século XIX). Porto, Afrontamento, pp.239-255, edição original 1991
- Broverman, IngeK., Broverman, DonaldM., Clarkson, Frank E., Rosenkrantz, Paul S., Vogel, Susan R. (1970). Sex-role stereotypes and clinical judgements of mental health. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 34, 1-7
- Broverman, Inge K., Vogel, Susan R., Broverman, Donald M., Clarkson, Frank E., Rosenkrantz, PaulS. (1972). Sex-role stereotypes: A current appraisal. *Journal of Social Issues*, 28, 2, 59-78
- Cabecinhas, Rosa e Amâncio, Lígia. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40-50
- Connell, Raewyn W. (1987). *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press
- Eagly, Alice (1987). Sex differences in social behavior: a social-role interpretation. Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum Associates
- Fraisse, Geneviève (1995). *Muse de la raison. Démocratie et exclusion des femmes en France*. Paris, Gallimard
- Fraisse, Geneviève (1998). *Les femmes et leur histoire*. Paris, Gallimard
- Fraisse, Geneviève (2000). *Les deux gouvernements: la famille et la Cité*. Paris, Gallimard
- Garcia, Maria Antonieta (1999). *Judaísmo no feminino. Tradição popular e ortodoxia em Belmonte*. Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões
- Gianettoni, Lavinia & Roux, Patricia (2010). Interconnecting Race and Gender Relations: Racism, Sexism and the Attribution of Sexism to the Racialized Other. *Sex Roles*, 62,374-386

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Giorgio, Michela de (1994). O modelo católico. In George Duby e Michelle Perrot (orgs.) *História das Mulheres*, vol. 4 (O Século XIX). Porto, Afrontamento, pp.199-237, edição original 1991
- Guillaumin, Colette (1992). *Sexe, Race et Pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris, Côté-femmes editions
- Green, Nancy (1994). A formação da mulher judia. In George Duby e Michelle Perrot (orgs.) *História das Mulheres*, vol. 4 (O Século XIX). Porto, Afrontamento, pp.257-275, edição original 1991
- Heritier, Françoise (1996). *Masculin, Féminin. La pensée de la différence*. Paris, Odile Jacob
- Hurtig, Marie Claude e Pichevin, Marie France (1986). *La difference des sexes. Questions de psychologie*. Paris, Editions Tierce
- Katz, Daniel e Braly, Kenneth (1933). Racial stereotypes of 100 college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290
- Laqueur, Thomas (1990). *Making sex, body and gender from the Greeks to Freud / La fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*, Paris, Gallimard, 1992
- Marques, António Manuel (2011). *Masculinidades e profissões: discursos e resistências*. Lisboa, FCG/FCT
- Marques, Sibila, Lima, Maria Luísa e Novo, Rosa (2006). Traços estereotípicos associados a pessoas jovens e idosas em Portugal. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 91-108
- Mead, Margaret (1968). *Male and Female*. NY: Laurel, 1ª edição, 1949
- Morawski, Jill G. (1987). The troubled quest for masculinity, femininity and androgyny. In Phillip Shaver e Clyde Hendrick (eds.) *Review of personality and social psychology: Vol. 7. Sex and Gender*, Londres, Sage, pp. 44-69
- Moscovici, Serge (1994). *La société contre nature*. Paris, Editions du Seuil, 1ª edição 1972
- Nogueira, Conceição (2001). Um novo olhar sobre as relações sociais de género. *Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa, FCG/FCT
- Nogueira, Conceição & Silva, Isabel (2001). *Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: Edições ASA
- Oliveira, João Manuel e Amâncio, Lúcia (2002). Liberdades condicionais. O conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº40, 45-61
- Oliveira, João Manuel, Batel, Susana e Amâncio, Lúcia (2010). Uma igualdade contraditória? Género, trabalho e educação das “elites discriminadas”. In Virgínia Ferreira (orga.) *A igualdade de mulheres*

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias. Lisboa, CITE, Coleção Estudos (7), pp.247-260
- Rodrigues, Fatima (2008). A reprodução do poder nas organizações. Uma perspectiva de género. Tese de Doutoramento, ISCTE
 - Santos, Maria Helena (2011). Do défice de cidadania à paridade política. Testemunhos de deputados e deputadas. Porto, Afrontamento
 - Santos, Maria Helena e Amâncio, Lígia (2011). Género e cidadania, o lento caminho para a paridade. In Magda S. Roberto, Maria T. Batista, Maria Helena
 - Santos, Rita Morais, Rui S. Costa e Maria Luísa Lima (orgs.) Percursos de investigação em psicologia social e organizacional. Lisboa, Edições Colibri, Vol.IV (2009), pp.51-74
 - Santos, Maria Helena e Amâncio, Lígia (2016). Gender inequalities in highly qualified professions. A social psychological analysis. *Journal of Political and Social Psychology*, vol. 4(1) 427-443
 - Santos, Maria Helena, Amâncio, Lígia e Roux, Patrícia (2015). Numbers do not tell the whole story: Gender and medicine in Portugal. *Women's Studies International Forum*, vol. 53, 73-82
 - Scott, Joan (1998). *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris, Albin Michel
 - Toldy, Teresa (1998). *Deus e a Palavra de Deus na Teologia Feminista*. Lisboa, Edições Paulinas

ANTÓNIO MANUEL MARQUES

Estudos da masculinidade e teoria feminista³

Os estudos sobre os homens e sobre a masculinidade hão-de cruzar-se, em algum momento, com a teoria feminista e com o feminismo. A partilha de algumas raízes teóricas e sociais, interrogações fundamentais e alguns posicionamentos ideológicos e epistemológicos torna esse encontro inevitável e potencialmente produtivo, mas não deve ser casual, uma obrigação ou mero alinhamento ideológico, sem reflexão prévia ou decisão deliberada.

Como orientação para desta reflexão, partilho com Judith Gardiner (2002a) a curiosidade sobre o modo como as teorias feministas configuram os estudos sobre a masculinidade e como os contributos destes as modificaram. Para uma

3. Este texto resulta da adaptação de parte de um capítulo da minha Tese de Doutoramento (Marques, 2011), editada pela Fundação Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, as quais a autorizaram explícita e formalmente.

apreciação geral acerca desta relação, tomo como ponto de partida a avaliação dessa autora quando a classifica como *assimétrica, interativa e mutável* (op.cit., p.2).

Em momentos e com orientações e princípios distintos, as teorias feministas terão contribuído para dar visibilidade às situações de desvantagem das mulheres e sustentar formas de ação transformadoras. Tem havido, sobretudo, um esforço para introduzir transformações ideológicas, institucionais e relacionais para *minimizar as categorias de gênero* (Gardiner, 2005, p.35). Esse esforço tem uma história.

O início da relação entre a teoria feminista e o estudo da masculinidade

O legado dos movimentos de libertação das mulheres dos anos 60 e 70 do Século XX acentuou a oposição entre feminismo e masculinidade (Gardiner, 2002a). Desde o início da década de 70 do Século XX, o ressurgimento do movimento de defesa dos direitos das mulheres⁴ clamou pelo reconhecimento da igualdade cívica entre mulheres e homens, pela não subordinação da feminilidade face à masculinidade (Amâncio, 2003a, 2004; Ergas, 1995; Foster, 1999; Segal, 1995, 2001).

Deste posicionamento, pelo menos nesse momento histórico, ressalta a focalização nas instituições e ideologias que foram alimentando e materializando um universo humano constituído por grupos baseados nas diferenças de sexo, aos quais se

4. Relativamente à chamada Primeira Vaga do feminismo, sobretudo europeu, ver Isabel do Carmo e Lígia Amâncio (2004) e, para uma panorâmica mundial, Françoise Thébaud (1995) e ainda o contributo de Conceição Nogueira (2001, p.131 ss).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

associariam, de forma argumentada e materializada, direitos diferentes. Claramente, aos homens caberia o favoritismo e a supremacia e, logo, às mulheres, uma situação de subalteridade e de vivência da injustiça. Deve, então, dizer-se que a teoria feminista tem na sua base a discussão em torno dos homens e da masculinidade, ou, de forma mais radical, o combate contra estas duas entidades, pelo seu protagonismo na criação e uma situação especificamente desigual e desvantajosa para as mulheres. Contextualizada temporalmente, é fácil compreender a saliência desta concepção dual da relação entre os sexos e da discussão acerca da assimetria entre ambos. Em termos emergentes e prioritários, e até pelo acumular de movimentos e discussões em torno desta temática, há plena justificação para tal cenário e para as estratégias adoptadas (Ergas, 1995; Segal, 1995).

As primeiras teorias feministas eram, assim, basicamente defensivas, atribuindo responsabilidade aos homens pela desapropriação de direitos às mulheres e pela manutenção da assimetria evidente (Gardiner, 2005, p.36). Ainda que identificando o peso da cultura nos modos de agir dos homens, foi-lhes imputada a responsabilidade direta na organização social que lhes garantia essa posição de superioridade. Salvas as originalidades das diferentes orientações teóricas (Ergas, 1995; Nogueira, 2001; Petersen, 2003; Segal, 1990), a focalização comum no protagonismo dos homens, na chamada Segunda Vaga do feminismo, cria espaço para questionar que homens estão, afinal, em causa. Judith Gardiner (2005, p.36) resume bem esta ligação entre a teoria feminista e a definição da masculinidade enquanto área de estudo ao afirmar que a misoginia criou a teoria feminista e esta ajudou a criar a masculinidade. Através desta dinâmica, impulsionou-se a busca dos fundamentos das disparidades entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, essas reflexões originaram

GÊNEROS E SEXUALIDADES

o questionamento da primazia e vantagem dos homens (Petersen, 2003).

Os chamados *estudos sobre as mulheres*, inicialmente constituídos nas universidades norte-americanas, criaram um conjunto de acadêmicos aderentes à teoria feminista e, por outro lado, foram inspiradores dos estudos sobre os homens e sobre a masculinidade. Neste último caso, o feminismo e a teoria feminista foram encarados como suporte para a delimitação de um domínio do saber e para a ação social e política (Gardiner, 2005).

Os estudos acadêmicos sobre a masculinidade dos anos de 1970 a 1980 desenvolveram-se sob a dependência algo conflitual das teorias feministas, embora em ligação institucional com os departamentos ou grupos dos estudos sobre as mulheres e programas de estudos de género (Brod, 2002; Thomas, 2002). Estes estudos sobre os homens não foram aceites, desde o seu início, pelas feministas, chegando estas a ridicularizar a sua constituição como ramo do conhecimento e a sua institucionalização académica (Gardiner, 2005).

Na década de 1990, enquanto os movimentos masculinistas⁵ procuravam restaurar os tempos de dominação absoluta masculina sobre as mulheres e as teóricas feministas continuavam a investir no sentido oposto, os estudos do género foram integrando as teorias *queer*, bem como a masculinidade enquanto foco teórico de interesse (Garlick, 2003; Wiegman, 2002).

5. Ver, a este propósito, as reflexões de Caroline New (2001) e de Ross Haenfler (2004) acerca destes movimentos, como *Promise Keepers*, *Million Man March*, *Mythopoets*. Ver também em Lígia Amâncio (2004, p.16-7) a análise dos fundamentos e do impacto da obra do neoconservador e masculinista Robert Bly (*Iron John: A book about Men*), datada de 1990, e a Dissertação de Ana S. Fonseca (1998), completamente focalizada na análise dessa obra.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

O pensamento sobre o género viria, pois, a complexificar-se e a integrar outros elementos conceptuais e ideológicos e de intervenção política.

Quando se questiona a inevitabilidade da relação entre o corpo sexuado e o género (Amâncio, 1994, 2003a, 2003b; Butler, 1990, 1993; Connell, 1994, 1995; Laqueur, 1992), a manutenção das análises e da ação política centradas na bipolaridade mulher-homem pode ser encarada como contendo elementos contraditórios. Ou seja, ao insistir-se que a questão essencial reside na relação desequilibrada inter-sexos, assume-se a homogeneidade dos grupos ou categorias sexuais e, logo, o primado do fundamento biológico das diferenças (Foster, 1999). Há, portanto, necessidade de desconstruir essa ligação entre sexo e género⁶, como sintetiza Lígia Amâncio (2003a, p.707):

“A perspectiva desconstrutivista rompeu definitivamente com a concepção do género como atributo dos homens e das mulheres concretos e tornou visível a confluência da cultura, da linguagem, das práticas e das instituições para a sua construção. Do ponto de vista das formas e conteúdos em que esta assenta, a centralidade da norma heterossexual e a assimetria dos significados emergem como elementos estruturantes.”

Os discursos que acentuam o peso da cultura no modo como, a partir do corpo sexuado, se constroem dispositivos psicológicos, normas, ritos e instituições sociais genderizados permitem envolver tanto as mulheres como os homens,

6. Ou, como diz Miguel Vale de Almeida (1995, p.130), (...) “um corte nas metáforas verticais de estrutura, hierarquia ou níveis” (...).

GÊNEROS E SEXUALIDADES

enquanto objetos dessa ação socializadora. Pelo menos no chamado *feminismo liberal*, nas décadas de 1960 a 1980, a equidade entre homens e mulheres é sempre vislumbrada como meta a atingir, agindo, sobretudo nos planos legislativo (Gardiner, 2005), para instituir planos de igualdade, mas também nos processos de educação e de socialização das crianças, uma via para garantir um futuro de equilíbrio e de equidade entre sexos (Ergas, 1995; Nogueira, 2001).

Sob este pensamento, as interrogações ganham um sentido horizontal e transversal, questionando como os processos de construção dos indivíduos e das sociedades minam as possibilidades de se cumprirem os ideais de cidadania. O questionamento dos direitos e privilégios de cidadania não concedidos às mulheres continuou presente na teorização e intervenção feministas e estendeu-se aos estudos sobre a masculinidade (Gardiner, 2005). Esta dinâmica, diz Gardiner (2002a), acarreta alguma complicação, mas também bastante riqueza, ao movimento feminista, aos estudos sobre o gênero e sobre a masculinidade. Terá sido por esta altura que os últimos entraram num período de maturação e de relativa independência, influenciados pelas teorias *queer*, pelo pós-estruturalismo, pelos estudos pós-coloniais e étnicos e pelos feminismos (Gardiner, 2002a; Kimmel & Messner, 1995).

Os estudos sobre a masculinidade terão conquistado uma posição de aceitação consensual em vários temas (Berggren, 2014; Gardiner, 2002a). Apesar de substancialmente minoritários, em termos de número de pesquisas, face aos estudos sobre as mulheres e aos estudos de gênero mais centrados nas mulheres e na feminilidade, é aceitável falar de uma implementação segura dos estudos sobre os homens e da masculinidade (Gardiner, 2002a).

Feminismo e masculinidade: entre o antagonismo e o consenso

Vale a pena recuar e lembrar o efetivo antagonismo (fundamentado) entre a masculinidade e as teorizações e os movimentos feministas. As objecções feministas à masculinidade resumem-se, na óptica de Gardiner (2002a), a duas formas de pensamento. Numa delas, a masculinidade é associada aos modos de ser dos homens – incluindo a agressão e a competição – as quais, pela sua institucionalização, reforçarão a dominação dos homens face às mulheres, ou seja, a masculinidade como a antítese dos objectivos do feminismo. Por outro lado, esta recusa feminista em aceitar a masculinidade dirige-se também para o próprio conceito, por este ser *uma entidade dúbia e inconsistente* (op.cit., p.3). Nesse caso, a estratégia necessária deve minar o sistema de género, de modo a que este deixe de presidir à organização das sociedades e das instituições (Lorber, 1988; Maccoby, 1998). Assim, nesta óptica menos radical, o foco de atenção não deverá ser a dicotomização entre os homens e as mulheres mas, antes, a grande diversidade intra-categorias.

Aquela a que Gardiner (2002a, p.4) chama *segunda vaga de antagonismos* entre o feminismo e a masculinidade é, na sua óptica, o resultado de uma oposição mútua. Não está somente em causa a reacção básica e escarnecedora dos homens ao feminismo dos anos 1960 e 70, mas um movimento organizado e reunido em torno de ideais saudosistas, de engrandecimento de um passado de supremacia masculina, motivado pelo desejo de melhorar a condição dos homens, minimizando a opressão das mulheres (Thomas, 2002). Esses movimentos masculinistas expressaram a necessidade de defender os homens dos ataques das mulheres e do feminismo, pois

GÉNEROS E SEXUALIDADES

estes colocavam em causa os seus traços naturais e direitos ancestrais, daí a necessidade de subestimar, atacar e denegrir o feminismo e a teoria feminista (Gardiner, 2005).

Enquanto jornalista, Susan Faludi (1991) encontrou discursos de lamentação acerca da *crise dos homens*, muitos deles apontando diretamente para os efeitos nefastos do feminismo nos EUA. Ela considera que esta crise (se existe) não tem ligação direta com a *ascensão feminina* e que, por isso, os homens deveriam questionar a cultura predominante, em lugar de aspirar a um *status quo* passado e supostamente benéfico. Opõe-se, assim, à ideia de que, para melhorar a situação das mulheres, haja necessidade de piorar a dos homens; raciocinar desta forma binária, defende, não é o melhor caminho. Tal como diz Faludi (op.cit.), para que ultrapassem a crise, supostamente real, os homens deveriam preocupar-se em ser humanos, em lugar de insistirem em não perder a masculinidade.

O contramovimento de homens pró-feministas concorda que a organização tradicional e rígida do género é desvantajosa para homens e mulheres e que é possível alterar as situações de dominação, o que terá contribuído para combater ou atenuar as estratégias misóginas e masculinistas (Gardiner, 2002a; Newton, 2002). A argumentação e as práticas destes movimentos de homens pró-feministas assentam na defesa de que a supremacia masculina não afecta apenas as mulheres mas também muitos homens subordinados, razão pela qual, enquanto homens, devem apoiar o feminismo (Connell, 1995; Gardiner, 2002a, 2002b, 2005; Kimmel, 1996, 2000; Thomas, 2002).

O conceito de masculinidade hegemónica e as análises que este permite têm, neste contexto, um papel importante. Pelo seu enorme potencial de disseminação e pelas suas

INTERSEÇÕES E TANGENTES

ramificações a diferentes níveis da organização social e do quotidiano, a masculinidade hegemónica afectará negativa e profundamente as mulheres e muitos homens (Connell, 1995, 2000, 2001, 2002; Kimmel, 2000), o que faz dela uma espécie de inimigo comum e o combate contra ela um objectivo supra-ordenado para feministas e pró-feministas. O reconhecimento de que alguns homens também vivenciam a posição de vítimas, o mal-estar, a inibição, a restrição e a imposição que advém da masculinidade (Gardiner, 2002a; Kimmel, 2000; New, 2001; Robinson, 2000; Segal, 1990, 2001) aproxima, claramente, as feministas e os pró-feministas.

Um desafio partilhado pela teoria feminista e pelos estudos da masculinidade advém da integração do pós-modernismo e das teorias *queer*, os quais têm insistido no carácter socialmente construído do género e da sexualidade (Wiegman, 2002). Ainda que vantajosos, esses contributos não podem, em contrapartida, deixar de abalar o pensamento puramente binário, assente nas categorias de homem e de mulher, de masculino e feminino, o que dificulta e questiona, em parte, a mobilização teórica e política em torno do género. Por essa razão e basicamente, as questões fundamentais que se colocam aos estudos feministas e aos estudos sobre a masculinidade dizem respeito à conceptualização dessas categorias, às possibilidades de articulação das suas interdependências e conflitos mútuos e aos efeitos dos homens e das masculinidades nos homens e nas mulheres e das mulheres e das feminilidades nos homens (Gardiner, 2002a).

Frequentemente, no contexto mais específico dos estudos sobre a masculinidade, é expresso um clima de ansiedade devido à situação de *dependência ambivalente e antagonismo* face ao feminismo, à masculinidade hegemónica, aos estudos *gay*, lésbicos e *queer* (Gardiner, 2002a, p.9). Poderá pensar-se

GÉNEROS E SEXUALIDADES

na hipótese de se ter instalado um clima de suspeição mútua ou, pelo menos, de não estar ainda clarificado e espaço a ocupar pelos estudos da masculinidade, a acrescer à lenta aproximação dos homens ao tema. As observações recolhidas junto de homens académicos por Judith Newton (2002) apontam para a sua relutância em assumir o papel de ‘visitantes’ ou de terem de falar para mulheres, pois estariam convictos de que, para as feministas, jamais estarão à altura e na posição certa para se envolverem nos seus temas e objetivos.

Para Gardiner (2005), o pensamento feminista terá beneficiado dos contributos teóricos e empíricos dos estudos sobre a masculinidade, os quais permitiram aprofundar a complexidade das assimetrias, o conhecimento acerca da diversidade de contextos e de instituições em que o género tem especial saliência. Indicadores importantes são, na sua análise, o número de livros dos estudos sobre as mulheres e os dos estudos sobre os homens que partilham premissas feministas centrais, o interesse comum pelas diversas facetas da opressão social e pelas hierarquias da dominação e, ainda, o facto da teoria feminista citar cada vez mais os autores e as autoras que estudam a masculinidade e vice-versa.

Numa óptica positiva, enfatizando o caminho percorrido pelas teorias feministas e pelos estudos da masculinidade, convirá aceitar que esta não é nem estática nem monolítica, mas o produto de processos com resultados diversos nos indivíduos, grupos, instituições e sociedades. Com efeito, existem formas hegemónicas e dominantes de masculinidade que procuram insistentemente defender a sua estabilidade, naturalidade e permanência (nomeadamente através de representações nos *media* e de performances individuais e colectivas), anulando a diversidade das masculinidades e a sua construção histórica e social.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Defendo, por isso, que a cooperação entre as teorias feministas e os estudos da masculinidade é viável e desejável, dos pontos de vista político e intelectual, pois os diferentes pontos de partida localizados (*standpoints*) e as trocas mútuas representam enriquecimento. É justo afirmar que as teorias feministas e a sua consideração prática e concreta nas sociedades contemporâneas tiveram e continuam a ter um efeito efetivo nas formas de pensar e de organizar a vida e as instituições, afectando diretamente as mulheres e os homens (Gardiner, 2005).

Possivelmente, a curta duração, em termos relativos, desta discussão e a natureza profunda do seu conteúdo explicarão o aparente equilíbrio e acalmia entre o feminismo e o estudo da masculinidade. Estão em causa, essencialmente, mais de trinta anos de história e de movimentações sociais e académicas, pelo que podemos estar num domínio ainda efervescente e com inúmeros aspectos por clarificar. Tanto no senso comum como no mundo académico, as representações sociais associadas ao feminismo, nas suas formas substantiva ou adjetiva e frequentemente injustas e desadequadas, assinalarão a presença de um tema com alguns aspectos por debater e aprofundar⁷. Identifico-me com os princípios essenciais que aproximam a teoria feminista e os estudos sobre a masculinidade, expressos, sob a forma de aspiração, por Conceição Nogueira (2001, p.243) através das seguintes palavras:

7. Isabel do Carmo e Lúcia Amâncio (2004, p.11) sintetizam essa necessidade ao referirem a uma forma de posicionamento ideológico ainda difundido: “Feminismo, palavra maldita. Um termo que suscita reacções indignadas, risos ou um presunçoso comentário de que “isso já passou de moda””. No entanto, em clara contradição, os valores feministas têm sido socialmente incorporados, enquanto as feministas e o movimento feminista são vulgarmente rejeitados (Riley, 2001).

GÊNEROS E SEXUALIDADES

“O activismo feminista para além de promover a vida das mulheres e trabalhar para uma sociedade mais justa, deverá atribuir um valor elevado quer a homens quer a mulheres, procurando analisar a forma como os processos e práticas sociais constrangem as escolhas de todos”.

São esses constrangimentos, de uns e de outras, que apoiam a resistência das práticas geradoras de desigualdade e que justificam o investimento na identificação de estratégias eficazes de mudança.

Referências

- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003a). *O género nos discursos das ciências sociais. Análise Social*, xxxviii(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2003b). *Implicações teóricas e epistemológicas dos estudos de género para a teoria feminista. Faces de Eva*, 9, 29-34.
- Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Berggren, K. (2014). *Sticky masculinity post-structuralism, phenomenology and subjectivity in critical studies on men. Men and Masculinities*, 17(3,) 231-252.
- Brod, H. (2002). Studying masculinities as superordinate studies. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 161-175). New York: Columbia University Press.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge.
- Carmo, I., & Amâncio, L. (2004). *Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Connell, R. W. (1994). Psychoanalysis on masculinity. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing Masculinities* (pp. 11-38). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2000). *The Men and the Boys*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2001). The social organization of masculinity. In S. M. Whitehead & F. J. Barrett (Eds.), *The Masculinities Reader* (pp. 30-50). Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W., Hearn, J., & Kimmel, M. S. (2005). Introduction. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 1-12). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Ergas, Y. (1995). O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente* (Vol. 5, pp. 579-607). Porto: Edições Afrontamento.
- Faludi, S. (1991). *Backlash. The underclared war against American women*. New York: Crown Publishers.
- Fonseca, A. J. M. S. (1998). *A Identidade Masculina segundo Robert Bly: o paradoxo entre o real e o imaginado*. Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.
- Foster, J. (1999). An invitation to dialogue. Clarifying the position of feminist gender theory in relation to sexual difference theory. *Gender & Society*, 13(4), 431-456.
- Gardiner, J. K. (2002a). Theorizing age with gender: Bly's boys, feminism, and maturity masculinity. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 90-118). New York: Columbia University Press.
- Gardiner, J. K. (2002b). Introduction. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 1-29). New York: Columbia University Press.
- Gardiner, J. K. (2005). Men, masculinities, and feminist theory. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 35-50). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Garlick, S. (2003). What is a man? Heterosexuality and the technology of masculinity. *Men & Masculinities*, 6(2), 156-172.
- Haenfler, R. (2004). Manhood in contradiction. The two faces of straight edge. *Men and Masculinities*, 7(1), 77-99.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- Kimmel, M. S. (1996). *Manhood in America: a cultural history*. New York: Free Press.
- Kimmel, M. S. (2000). *The Gendered Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Kimmel, M. S., & Messner, M. (1995). Introduction. In M. S. Kimmel & M.
- Messner (Eds.), *Men's Lives* (3 ed., pp. xiii-xxiii). Boston: Allyn & Bacon.
- Laqueur, T. (1992). *La Fabrique du Sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*. Paris: Gallimard.
- Lorber, J. (1988). Using gender to undo gender: a feminist degendering movement. *Feminist Theory*, 1(1), 79-95.
- Maccoby, E. E. (1998). *The Two Sexes: growing up apart, coming together*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- Marques, A.M. (2011). *Masculinidade e Profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- New, C. (2001). Oppressed and oppressors? The systematic mistreatment of men. *Sociology*, 35(3), 729-748.
- Newton, J. (2002). Masculinity studies: the longed for profeminist movement for academic men? In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 176-192). New York: Columbia University Press.
- Nogueira, C. (2001). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Petersen, A. (2003). Research on men and masculinities. Some implications of recent theory for future work. *Men & Masculinities*, 6(1), 54-69.
- Riley, S. (2001). Maintaining power: male constructions of 'feminists' and 'feminist values'. *Feminism & Psychology*, 11(1), 55-78.
- Robinson, S. (2000). *Marked Men: white masculinity in crisis*. New York: Columbia University Press.
- Segal, L. (1990). *Slow Motion: changing masculinities, changing men*. London: Virago Press.
- Segal, L. (1995). A feminist look at the family. In J. Muncie, M. Wetherell, M. Langan, R. Dallos & A. D. Cochrane (Eds.), *Understanding the Family* (pp. 295-321). London: Sage Publications.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Segal, L. (2000). *Why Feminism?* New York e: Columbia University Press.
- Segal, L. (2001). The belly of the beast: sex as male domination? In S. M. Whitehead & F. J. Barrett (Eds.), *The Masculinities Reader* (pp. 100-111). Cambridge: Polity Press.
- Thébaud, F. (1995). A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres* (Vol. 5, pp. 31-93). Porto: Edições Afrontamento.
- Thomas, C. (2002). Reenfleshing the bright boys; or, how male bodies matter to feminist theory. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 60-89). New York: Columbia University Press.
- Wiegman, R. (2002). Unmaking: men and masculinity in feminist theory. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 30-59). New York: Columbia University Press.

MARIA HELENA SANTOS

Desigualdades de género em profissões qualificadas e resis- tências à mudança *Um percurso de investigação⁸*

Este capítulo apresenta o balanço de uma linha de investigação sobre género e a política, enquanto profissão ou atividade, onde se destaca a evidência de que as qualificações das mulheres não são suficientes para a sua integração e aceitação, devido à prevalência de subjetividades coletivas, de ordem ideológica, que se constituem como obstáculos às mulheres nas profissões tradicionalmente masculinas, tornando-as “estranhas” à profissão.

Este percurso está ligado ao desenvolvimento de trabalhos académicos, como o mestrado, o doutoramento e o pós-doutoramento, mas não é estritamente pessoal, na medida em que se insere num trabalho coletivo que contou com a orientação de Lúcia Amâncio, do Instituto Universitário de Lisboa

8. Agradecimentos: Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.: SFRH/BPD/78150/2011).

(ISCTE-IUL) e Patricia Roux, do Centre en Etudes Genre LIEGE, da Universidade de Lausanne, como será evidente ao longo do texto.

Aproximação à Investigação - Género, Política, Ação Positiva e In/justiça Social

Este percurso começou, no início do século, enquanto bolsa de investigação em dois projetos coordenados por Lúcia Amâncio (“*A igualdade injusta: uma abordagem psicossociológica das desigualdades de género*” e “*Elites discriminadas*”), altura em que contactámos, pela primeira vez, com a literatura sobre medidas de ação positiva destinadas a promover a igualdade.

O termo “*affirmative action*” surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) em 1935, na Lei Wagner, relativamente ao mundo do trabalho (Bacchi, 1996). No contexto dos direitos cívicos, a origem das medidas de ação positiva é, geralmente, atribuída ao Governo Kennedy em 1961, tendo sido implementada em 1965, durante o mandato do Presidente Johnson, banindo a discriminação baseada na “raça”, na cor, na religião e na nacionalidade nas empresas com contratos ou subcontratos com o Estado Federal. Um ano depois, esta foi corrigida e generalizada às mulheres (Thermes, 1999). A ação positiva diz respeito a todas as medidas políticas ou programas de ação, de carácter temporário (Holloway, 1989), que se destinam a acelerar o processo de eliminação da discriminação face aos grupos historicamente desfavorecidos (i.e., as minorias e as mulheres), de forma a compensá-los em situações de igualdade de competências, promovendo a igualdade e a diversidade (Bergmann, 1996). Entretanto, diversos tipos de medidas já foram adotadas

INTERSEÇÕES E TANGENTES

por mais de cem países de todo o mundo, em particular no contexto da política (ver Santos, 2011, para uma revisão).

Embora estas medidas tenham sido criadas com o objetivo de diminuir a discriminação baseada nas pertenças sociais e atenuar os efeitos da discriminação do passado (Kravitz & Platania, 1993), geraram fortes controvérsias sociais desde a sua origem (Crosby & Cordova, 1996). A perplexidade gerada por estas controvérsias conduziu à formulação de perguntas condutoras do percurso de investigação. Por que será que medidas que procuram promover uma maior igualdade e, sobretudo, repor uma justiça de tratamento, sistematicamente violada no caso de certos grupos sociais, causam tanta controvérsia? Analisamos este fenómeno no âmbito da tese de mestrado (Santos, 2004), centrada na política, até porque Portugal era o país ideal para o fazer neste contexto, como veremos em seguida.

De facto, em 1980, com a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (*The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*, CEDAW), adotada em 1979 pela Assembleia das Nações Unidas), ficou consagrada a possibilidade de implementação destas medidas (Art. 4.^o) em Portugal. Em 1997, a 4.^a Revisão Constitucional abriu a porta à introdução de mecanismos de ação positiva na política e, em 1999, foi proposto pelo Partido Socialista que se adotasse o sistema de quotas (Proposta de Lei n.^o 194/VII, votada na Assembleia da República, em 1999) no sentido de promover uma maior igualdade entre homens e mulheres nas listas eleitorais. Embora de uma forma bastante menos violenta da que ocorreu noutros países (e.g., em França), esta tentativa (falhada)⁹ de adotar as quotas gerou fortes reações no debate

9. Proposta pelo Governo de António Guterres, foi chumbada pelo PSD, CDS, PCP e PEV.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

público português. Havia, claramente, um consenso quanto ao diagnóstico do problema (i.e., as desigualdades de género), mas não quanto à solução a adotar para o resolver (Martins, 2015).

Assim, desde logo, no plano teórico da tese (Santos, 2004), identificámos na literatura as principais razões da contro-*vérsia* em torno deste tipo de medidas, dando particular destaque à perceção de justiça. Contribuímos para este debate, propondo a articulação dos estudos de género com os da perceção da justiça (recorrendo particularmente às teorias da justiça distributiva, procedimental e da privação relativa), de modo a procurar elucidar alguns dos argumentos usados pelas/os detratadoras/es destas medidas. Tal como mostrámos numa publicação (Santos e Amâncio, 2010a), o argumento do mérito foi central nesse debate.

No plano empírico, foram realizados três estudos com o objetivo de verificar a tolerância/ resistência das pessoas face às quotas para a participação das mulheres na política e questionar a neutralidade do mérito, assim como o efeito de subversão que ele assume nos debates públicos sobre as quotas. O primeiro estudo, efetuado junto de trabalhadoras/es e estudantes, pretendeu recolher as perceções sobre as competências necessárias para o exercício do lugar de deputada/o. Este estudo começou, desde logo, por mostrar a dificuldade em encontrar uma medida de mérito padronizada e “objetiva”. Embora não tenha havido um consenso quanto a um perfil de competências padrão para o lugar de deputada/o no Parlamento, foram salientados traços de personalidade (e.g., inteligência, pragmatismo e convicção), sobretudo associados ao universo simbólico masculino (Amâncio, 1994), mostrando que a política continuava um “mundo de homens” (Santos & Amâncio, 2010a). Outro estudo, com jovens estudantes e

INTERSEÇÕES E TANGENTES

trabalhadores/as, revelou que estes/as são mais favoráveis às quotas dirigidas às “pessoas com deficiências” e às “regiões subdesenvolvidas” do que às quotas dirigidas às “minorias étnicas” e às “mulheres”. O estudo permitiu verificar que as atitudes negativas face às quotas não se prendem com as quotas em si, são antes as representações que as pessoas têm do grupo-alvo a que a medida se destina que interferem no seu julgamento. Por outras palavras, há especificidades na representação do grupo-alvo que levam as pessoas a concordar, mais ao menos, com as quotas.

Finalmente, questionando a neutralidade da avaliação do mérito e da justiça das quotas, efetuámos outro estudo, argumentando que os julgamentos do mérito das pessoas e da justiça das quotas são influenciados pela ideologia de género, na linha do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1994). Um estudo com estudantes universitárias/os analisou uma situação de seleção em que duas pessoas (um homem e uma mulher) competiam por um lugar numa lista de um partido, em que apenas um/a seria selecionada/o, através de uma quota (Santos, 2004, Estudo 3). As/os participantes avaliaram o mérito da/o candidata/o selecionada/o e a justiça das quotas utilizadas. Os homens consideraram sobretudo a informação que lhes tinha sido facultada sobre a competência da/o candidata/o, revelando a normatividade do mérito e da justiça no seus juízos. As mulheres, no entanto, foram influenciadas pelas condições experimentais, revelando uma *genderização* do mérito e da justiça. Parecem partir do princípio de que as mulheres têm menos mérito do que os homens e que as quotas estão mais associadas à incompetência. Assim, a avaliação do mérito revelou a sua subjetividade, normativa e *genderizada*, na medida em que é associado ao masculino, existindo uma expectativa de menor mérito das mulheres (Santos & Amâncio, 2007), que legitima a escolha de mais

homens para os cargos políticos. Os resultados confirmaram, portanto, a existência de uma assimetria simbólica de gênero nas avaliações das competências de candidatas/os a funções políticas que é claramente penalizadora das mulheres (ver uma análise atualizada em Santos, Amâncio, & Alves, 2013).

Um “Mergulho” no Gênero na Política e as Resistências à Mudança

A relevância do gênero na análise destas questões, revelada nos estudos anteriores, determinou a opção de dar continuidade a esta investigação no âmbito do projeto de doutoramento¹⁰, com o objetivo de fornecer um conhecimento aprofundado sobre os fatores explicativos das desigualdades de gênero na política e dos obstáculos às medidas que se destinam a reduzir as mesmas, integrando também grupos internos à política. Procurámos, desta forma, conhecer o que pensam as mulheres, enquanto grupo dominado, as mulheres políticas, enquanto membros do grupo dominado que conseguiram ascender ao grupo dominante, e os homens, enquanto grupo dominante.

No plano teórico, para além de situar o objeto de estudo na história, esta investigação (Santos, 2010) articulou diferentes níveis de análise (Doise, 1980, 1982) da literatura relevante (sobretudo ao nível intergrupais e ideológico, ligados às dinâmicas intergrupais e à mudança social), no sentido de obter uma explicação psicossociológica da controvérsia sobre as medidas de ação positiva, em particular as quotas e a Lei da

¹⁰. Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref: SFRH/BD/21628/2005).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Paridade, aprovada em 2006¹¹. Verificámos, por exemplo, que há ideologias que justificam e mantêm uma ordem estabelecida de relações sociais (Doise, 1982), para as quais todas/os contribuem - dominantes e dominados - por vezes, mesmo à custa do interesse da própria pessoa ou o do seu grupo (e.g., Blasi & Jost, 2006; Jost, Banaji, & Nosek, 2004). De facto, estes últimos vivem um estado de ambiguidade face às consequências do preconceito e discriminação a que são sujeitos (Crocker & Major, 1989) e, por isso, nem sempre percebem que são discriminados. Tal sentimento, por vezes, também entendido como uma estratégia de *coping* face à discriminação, não contribui para a mudança, porque limita o envolvimento das pessoas em ações que conduzam à alteração da situação. Também as novas formas de expressão de sexismo, agora mais subtis, podem contribuir para manter a ideologia dominante (ver Santos & Amâncio, 2014a). Além disso, a elevada restrição de alguns contextos intergrupais, onde só alguns membros dos grupos dominados conseguem ultrapassar as fronteiras e aceder ao grupo dominante, também causa ambiguidade e incerteza nas pessoas, promovendo a ilusão da meritocracia, o mito da justiça, e a tolerância à discriminação (Palacios, 2004; Wright, 2001). Assim, a consciencialização das desigualdades de género torna-se imperativa, porque há desigualdades que teimam em persistir, tanto em contextos de maioria como de minoria, com claras desvantagens para as mulheres (ver Santos & Amâncio, 2014b, para uma revisão da literatura) em qualquer dos contextos.

Ao nível empírico, uma abordagem qualitativa, envolveu a realização de três estudos. Um estudo com deputadas/os mostrou, desde logo, que estes/as reconhecem claramente

11. Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de Agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 71/2006 de 4 de Outubro).

GÉNEROS E SEXUALIDADES

a existência das desigualdades de género na sociedade e na política, considerando uma situação injusta, um problema da democracia, originada, sobretudo, por fatores socioculturais. No entanto, verificaram-se algumas diferenciações discursivas ao nível do sexo e da orientação política. Por exemplo, os deputados, sobretudo os de direita, identificaram a situação como um problema de ordem social, mas também individual, responsabilizando as mulheres pela situação, e não consideraram a representação da diversidade da sociedade no Parlamento como uma questão central. Em contraste, as deputadas, sobretudo as de esquerda, consideraram que este era um problema de ordem política, um exemplo de democracia inacabada, questionando a qualidade da democracia representativa.

Relativamente aos fatores que se constituem como obstáculos à redução das desigualdades de género, entre os deputados, sobretudo de direita, foi identificado o mecanismo do “convite” tanto para entrar para a política, como para ascender na “carreira”. Ora, num contexto masculino, em que há mecanismos de construção e de seleção das carreiras (Bettencourt & Pereira, 1995), este mecanismo é prejudicial para as mulheres, pois exige a participação em redes e uma visibilidade que ainda lhes são pouco favoráveis neste contexto. Além disso, as deputadas revelaram-se mais envolvidas com a questão da “conciliação” entre a vida política e familiar, aspeto que também é prejudicial às mulheres na política, um mundo onde não há horários, exigindo uma disponibilidade que se continua a coadunar mal com o peso que as tarefas domésticas e a atenção à família representam para as mulheres portuguesas (e.g., Amâncio, 2007; Silva, Jorge, & Queiroz, 2012; Wall & Guerreiro, 2005). Neste contexto, o fator socioeconómico também surgiu como importante, tendo as deputadas admitido que foi o seu estatuto socioeconómico elevado que

INTERSEÇÕES E TANGENTES

lhes permitiu recorrer a ajuda externa no que diz respeito às tarefas domésticas e ao cuidado da família.

Registaram-se, ainda, diferenciações discursivas sobre as medidas de ação positiva ao nível do sexo e da orientação política, sendo a questão da “competência” transversal aos discursos. Os deputados revelaram-se mais desfavoráveis às medidas do que as deputadas, sendo particularmente desfavoráveis às mesmas por estas considerarem o critério do sexo, condicionando, assim, os partidos e os outros critérios. Os deputados de direita foram mais longe e defenderam que medidas deste tipo já não são necessárias, questionando antes a competência das mulheres para a política. Não se verificou uma *genderização* da “profissão” de política/o, parecendo revelar algumas mudanças ao nível da cultura política, provocadas pela entrada das mulheres. No entanto, registou-se a *genderização* da competência/mérito, sobretudo nas posições dos deputados de direita, para quem as mulheres devem provar que têm competências. Em suma, os resultados deste estudo revelam diversos obstáculos à entrada e permanência das mulheres na política, sobretudo de natureza ideológica (ver Santos & Amâncio, 2011), também perceptíveis quando olhamos para os seus percursos e opiniões individuais (Santos, 2011).

Num estudo subsequente, com estudantes universitárias/os, verificámos que, em geral, as desigualdades de género na sociedade e na política foram reconhecidas e que consideram que estas são originadas sobretudo por fatores históricos. Entendendo que se trata de um problema de ordem social e “natural”, responsabilizaram também as mulheres pela situação. Com efeito, identificámos o discurso da “naturalização” da história, particularmente entre os homens, sendo a situação vista como relativamente “inalterável”,

GÊNEROS E SEXUALIDADES

como se fizesse parte da natureza e algo que está “fora” das pessoas. Neste estudo, registou-se uma fraca sensibilidade quanto à questão da qualidade da democracia representativa. Também registámos discursos heterogêneos face às medidas de ação positiva, sobretudo por parte dos homens, uma vez mais, muito devido às questões ligadas ao critério do sexo, que estas medidas consideram, e da in/competência política das mulheres. Tal evidencia a forte adesão à meritocracia e resistências à mudança. De facto, defenderam que a sociedade está a evoluir “naturalmente” para a igualdade e que não se deve interferir “artificialmente” na evolução “natural” da história, devendo antes ser as mulheres a provar que têm competências para a política. Simultaneamente, registaram-se, entre estes, expectativas de menor competência por parte das mulheres, confirmando a existência da *genderização* da competência. Este estudo veio, assim, confirmar a *genderização* da profissão, já apontada em estudos anteriores, sendo apontados traços de personalidade (e.g., ligados à competência, liderança e carisma), particularmente associados aos significados do masculino (ver Santos & Amâncio, 2010b).

Uma análise comparativa entre ambos os estudos analisou os discursos internos e externos à política sobre as desigualdades de género na política e as medidas de ação positiva, procurando clarificar as comunalidades e as diferenças entre estes grupos. Esta análise salientou a existência de um discurso externalizante, evidente, quer no atirar do problema para a sociedade e para a história, quer na culpabilização das mulheres. Com efeito, verifica-se que a desigualdade de género é, sobretudo, considerada uma questão da sociedade e uma (aparente) questão histórica, mas que esconde uma redução da história à tradição e à naturalização das relações sociais. “É assim, não há nada a fazer!”

INTERSEÇÕES E TANGENTES

No entanto, a análise também mostrou que as/os jovens estudantes e as/os deputadas/os recorrem, por vezes, a contornos diferentes nas suas explicações. Para as/os jovens, as causas da desigualdade de género na política reduzem-se à sua dimensão social e histórica, preferindo que a situação se resolva “naturalmente”, com o tempo, isto é, num sentido determinista e, portanto, desresponsabilizante. Para as/os deputadas/os, a desigualdade de género na política também tem origem nos próprios partidos e, por isso, fizeram sugestões de mudança na sociedade e na política, ao nível do funcionamento dos partidos e não tanto através de medidas de ação positiva. Mostraram-se, assim, cidadãs/ãos mais pró-ativas/os e mais críticas/os em relação à sociedade e ao funcionamento dos partidos. Só neste grupo surgiu uma ligação entre a igualdade de género e a qualidade da democracia, através das referências à representatividade democrática, como vimos acima, devido às mulheres, sobretudo de esquerda.

A responsabilização/culpabilização das mulheres é transversal aos grupos, quer na abordagem da origem do problema da desigualdade de género, quer na procura da sua resolução, embora de forma mais clara por parte das/os jovens estudantes. Ora, a culpabilização das mulheres é mais uma forma de externalizar o problema. De facto, se pensarmos que a “culpa” é das mulheres e que elas não estão interessadas, nem têm as competências necessárias para fazer política, nesse caso, já não se trata de uma injustiça social. Logo, também não se exige nenhuma resposta social. Certa é a relevância dada à competência política que coexiste com e a dúvida ou desconfiança relativamente à competência das mulheres para a política. Tal confirma claramente a *genderização* da competência/mérito neste contexto.

Esta análise revela a existência de uma desmobilização social face à desigualdade de género na política, deixando

GÊNEROS E SEXUALIDADES

transparecer uma sociedade pouco sensível à questão e pouco empenhada em contribuir para a sua mudança e a melhoria da qualidade da democracia.

O último estudo centrou-se na implementação da Lei da Paridade em Portugal, aprovada em 2006 e implementada em 2009. A controvérsia social, em linha com o que ocorrera noutros países, tinha criado um terreno particularmente rico de análise para as práticas assentes na ideologia de género. Assim, com o foco no ciclo eleitoral de 2009 (que envolveu as três eleições: europeias, legislativas e autárquicas), este estudo pretendeu verificar se a Lei da Paridade tinha sido cumprida pelos grandes partidos políticos portugueses e, além disso, conhecer os discursos que emergiram, nesse período, sobre o tema na imprensa escrita. Os dados revelaram o cumprimento da lei e os seus efeitos positivos na representação das mulheres nestes partidos políticos nas eleições europeias e, em menor grau, nas legislativas, e o seu incumprimento nas eleições autárquicas. A análise dos discursos permitiu-nos demonstrar a existência de diversas resistências à Lei da Paridade (e.g., diversos casos de incumprimento da lei, ou em que esta foi contornada ou violada; casos em que as mulheres foram colocadas no limiar do cumprimento da lei; casos em que surgiu o argumento do mérito; e casos em que foi identificado o sentimento de ameaça) e estas permanecem sustentadas por uma ideologia que define a política como um território masculino (Santos & Amâncio, 2012a), particularmente visível ao nível local.

Esta investigação permitiu concluir que, de entre os fatores explicativos da desigualdade de género na política e da resistência ao seu combate, foram fundamentais os fatores de natureza ideológica e institucional, “prendendo-se com as formas de organização político-partidária e com a persistência de

uma visão social que considera que a esfera privada é um mundo feminino e que a política é um mundo masculino, tanto em termos das competências que exige, como da sua organização interna” (Santos & Amâncio, 2012b, p.55).

Um Olhar pela Política Local

Na tese de doutoramento abordámos diversas teorias das ciências sociais, entre as quais a teoria do *tokenism* (Kanter, 1977, 1993) da sociologia. Não tanto a teoria inicial de Kanter, que, embora tivesse sido importante na altura, adotou uma perspectiva “neutra” na sua análise, em termos de género, mas toda a investigação subsequente (e.g., Williams, 1995; Yoder, 1991) que, influenciada por correntes vindas da história (Scott, 1986) e da sociologia do trabalho (e.g., Acker, 1990; Connell, 2002), mostrou as desvantagens das mulheres, em comparação com os homens em todos os contextos (ver uma revisão em Santos & Amâncio, 2014b).

Kanter designou por “*grupos distorcidos*” os contextos onde há uma preponderância de um grupo sobre outro (i.e., uma proporção de, aproximadamente, 85:15), por “*grupo dos dominantes*” os membros do grupo maioritário, e por “*tokens*” os membros do grupo minoritário. Designou-os *tokens*, porque são, muitas vezes, tratados como representativos dos seus grupos, como “símbolos,” ou exemplos, e não como indivíduos. Dando particular destaque à proporção numérica, a autora concluiu que, nestes contextos, os *tokens* são discriminados, estando sujeitos a uma maior “visibilidade” do que os dominantes, a uma “polarização” das diferenças entre eles e os dominantes, e uma “assimilação” aos papéis estereotípicos do seu grupo de pertença. Embora Kanter tenha analisado apenas mulheres, a autora generalizou as “dinâmicas do *tokenism*” a outros grupos sociais e contextos semelhantes. Esta estratégia motivou fortes

GÊNEROS E SEXUALIDADES

críticas (e.g., Williams, 1995; Yoder, 1991), segundo as quais a análise de Kanter não tinha conseguido reconhecer todos os fatores que podem contribuir para afetar estas dinâmicas, nem considerou as relações de género/poder, quando é sabido que nada é neutro, em termos de género (Acker, 1990; Connell, 2002; Scott, 1986). Estudos realizados com enfermeiros e médicas (Floge & Merrill, 1986); mulheres polícias e enfermeiros (Ott, 1989), e outros, revelaram que os homens têm vantagens. Segundo Williams (1995), a experiência dos *tokens* depende do estatuto social do grupo de pertença. Como os homens têm um estatuto social mais elevado, os homens *tokens* estão mais bem posicionados do que as mulheres *tokens* (Zimmer, 1988). Por seu lado, eles próprios não abandonam a sua identidade de género, antes mantêm a sua masculinidade (Williams, 1995), lidando com a situação de forma diferente, também devido às vivências (Barreto, Ellemers, & Palacios, 2004). Assim, no geral, ao contrário de fenómenos, como o “teto de vidro”, que dificultam a carreira das mulheres *tokens* e afastam-nas, muitas vezes, dos cargos de maior prestígio e poder, os homens *tokens* acabam por encontrar uma “escada rolante de vidro” que os puxa para esses cargos (Williams, 1995).

Numa investigação posterior ao doutoramento¹², com mulheres políticas dos cinco grandes partidos em atividade ao nível local no Centro e Norte de Portugal, verificámos diferenciações discursivas, em particular ao nível da idade. De facto, as mulheres políticas mais velhas (com idades entre 54 e 78 anos) revelaram experienciar e lutar contra as discriminações de género existentes na política e privilegiar as competências femininas no contexto. Em contraste, as mais jovens (com idades entre 32 e 53 anos) revelaram valorizar o perfil da “supermulher”, capaz de tudo gerir (que se distancia do seu

12. Projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT (Ref: SFRH/BPD/78150/ 2011).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

grupo socialmente dominado, correndo o risco de negar a discriminação experimentada), e mostraram-se muito ligadas à ideologia meritocrática, ameaçada pela Lei da Paridade (ver Santos, Roux, & Amâncio, *no prelo*). A diferença de percepções entre os dois grupos de idades pode explicar-se pelo facto de as experiências de discriminação aumentarem com o tempo, portanto, com a idade. Porém, este estudo também mostrou que, para já, a implementação da Lei da Paridade não perturbou a ordem social de género que estrutura a política local, permanecendo uma hierarquia assimétrica entre homens e mulheres, com claras desvantagens para as últimas.

Em síntese, articulando os níveis de análise intergruppal e ideológico, esta linha de investigação permitiu evidenciar a relevância da análise das subjetividades coletivas (e.g., a avaliação do mérito) para se poder compreender melhor por que razão as mudanças profundas registadas em Portugal nas últimas décadas, como o acesso das mulheres à educação e a melhoria das suas qualificações, não são suficientes para a sua integração e aceitação nas profissões tradicionalmente masculinas, como a política. De facto, ficou claro que ideologias, como o género e a meritocracia, se constituem como verdadeiros travões à mudança social, determinando uma visão das mulheres, em primeiro lugar como “mulheres”, de acordo com a ideologia de género tradicional, e só depois como profissionais, ou seja, como profissionais “incompletas” ou “estranhas” à profissão. Tal obriga-as a uma permanente gestão de identidades contraditórias que, embora possa servir de estratégia de *coping*, reforça o seu estatuto marginal. Assim, ignorar a existência destas subjetividades é contribuir para perpetuar o *status quo*.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Referências

- Acker, J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender and Society*, 4, 139-158.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: Construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2007). “Gênero e divisão do trabalho doméstico - O caso português em perspectiva”. In K. Wall & L. Amâncio (Eds.), *Família e gênero em Portugal e na Europa: Atitudes sociais dos portugueses* (pp. 181-210). Lisboa: ICS
- Bacchi, C. L. (1996). *The politics of affirmative action: Women, equality and category politics*. New Delhi: SAGE.
- Barreto, M., Ellemers, N., & Palacios, M. S. (2004). The backlash of token mobility: The impact of past group experiences on individual ambition and effort. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 1433-1445.
- Blasi, G., & Jost, J. T. (2006). System justification theory and research: Implications for law, legal advocacy, and social justice. *California Law Review*, 94, 1119-1168.
- Bergmann, B. (1996). *In defense of affirmative action*. New York: BasicBooks.
- Bettencourt, A. M., & Pereira, M. M. S. (1995). *Mulheres políticas: As suas causas*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Crosby, F., & Cordova, D. (1996). Words worth of wisdom: Toward an understanding of affirmative action. *Journal of Social Issues*, 52, 33-49.
- Doise, W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, 10, 213-231.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Floge, L., & Merrill, D. M. (1986). Tokenism reconsidered: Male nurses and female physicians in a hospital setting. *Social Forces*, 64, 925-947.
- Holloway, F. A. (1989). What is affirmative action? In F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Eds.), *Affirmative Action in Perspective* (pp. 9-19). New York: Springer-Verlag.
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881-919.
- Kanter, R. M. (1977). Some effects of proportions on group life:

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Skewed Sex ratios and responses to token women. *The American Journal of Sociology*, 82, 965-990.
- Kanter, R. M. (1993). *Men and women of the corporation* (2nd Ed.). New York: Basic Books.
 - Kravitz, D., & Platania, J. (1993). Attitudes and beliefs about affirmative action: Effects of target and of respondent sex and ethnicity. *Journal of Applied Psychology*, 78, 928-938.
 - Ott, E. M. (1989). Effects of the male-female ratio at work: Policewomen and male nurses. *Psychology of Women Quarterly*, 13, 41-57.
 - Palacios, M. S. (2004). Consecuencias de la discriminación en función de la movilidad social y el género, Dissertação de doutoramento. Manuscrito não publicado, Universidad de Granada, Granada.
 - Santos, M. H. (2004). Género e política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, ISCTE, Lisboa.
 - Santos, M. H. (2010). Género e política: Factores explicativos das resistências à igualdade, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações, ISCTE, Lisboa.
 - Santos, M. H. (2011). *Do défice de cidadania à paridade política: Testemunhos de deputadas e deputados*. Porto: Edições Afrontamento.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2007). Reacções às acções positivas - O olhar da psicologia social do género. In M. B. Monteiro, M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro, & P. Duarte (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia social e organizacional* (Vol. II, pp. 57-74). Lisboa: Edições Colibri.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2010a). A (in)justiça relativa da acção positiva - A influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. *Revista Análise Psicológica*, 1, 43-57.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2010b). A competência política, a desigualdade de género e as medidas de acção positiva: Uma questão “natural” ou de “competência”? *Psicologia*, XXIV, 117-140.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2011). Género e Cidadania: o lento caminho para a paridade. In M. S. Roberto, M. T. Batista, M. H. Santos, R. Morais, R. S. Costa, & M. L. Lima (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional* (Vol. IV, pp. 51-74). Lisboa: Colibri.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2012a). Género e política: Análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 79-101.
 - Santos, M. H., & Amâncio, L. (2012b). Resistências à igualdade de género na política. *Ex aequo*, 25, 45-58.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014a). Perceção de justiça, discriminação e sexismo. *Revista Psicologia*, 28, 67-81.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014b). Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: consequências e reações. *Análise Social*, 212, XLIX, 700-726.
- Santos, M. H., Amâncio, L., & Alves, H. (2013). Gender and politics: The relevance of gender on judgments about the merit of candidates and the fairness of quotas. *Portuguese Journal of Social Science*, 12, 133-149.
- Santos, M. H., Roux, P., & Amâncio, L. (no prelo). Expériences et stratégies de femmes investies dans un «monde d'hommes» : Le cas de la politique locale portugaise. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, 82, 69-87.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *American Historical Review*, 91, 1053-1075.
- Silva, M. C., Jorge, A. R., & Queiroz, A. (2012). Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas, *Configurações*, 9, 135-159. Retirado de: <http://configuracoes.revues.org/1158>
- Thermes, J. (1999). *Essor et déclin de l'affirmative action: Les étudiants noirs à Harvard, Yale et Princeton*. Paris: CNRS Éditions.
- Wall, K., & Guerreiro, M. D. (2005), "A divisão familiar do trabalho". In K. Wall (Ed.), *Famílias em Portugal: percursos, interações e redes sociais* (pp. 303-362). Lisboa: ICS.
- Williams, C. L. (1995). *Still a man's world. Men who do "women's work"*. London: University of California Press.
- Wright, S. C. (2001). Restricted intergroup boundaries: Tokenism, ambiguity and the tolerance of injustice. In J. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 223-254). New York: Cambridge University Press.
- Yoder, J. D. (1991). Rethinking tokenism: Looking beyond numbers. *Gender and Society*, 5, 178-192.
- Zimmer, L. (1988). Tokenism and women in the workplace: The limits of gender-neutral theory. *Social Problems*, 35, 64-76.

GRACIA TRUJILLO

“Mi cuerpo es mío”

*Parentalidades y reproducción no heterosexuales y sus conexiones con otras demandas*¹³

En el Estado español, no exageramos si decimos que la mayoría de los análisis que se hacen desde la Antropología o la Sociología de la familia, por ejemplo, ni cuestionan ni escapan a lo que Monique Wittig (1992) denominó “la mente heterosexual”, al analizar las prácticas sexuales, las diversas formas de relaciones, las familias, los géneros, el reparto de los cuidados, las ideas sobre el amor, etc. Al mismo tiempo, la presencia de los trabajos anglosajones es abrumadora y conviene estar alerta para evitar trasladar conceptos y debates de otros casos al nuestro, sin tener en cuenta las diferentes condiciones económicas, sociales y políticas. En este texto analizo la situación actual en el contexto español en relación

13. Este texto es parte de una investigación más amplia, actualmente en curso, y ha sido publicado con anterioridad en un número especial de la revista Viento sur con el título “Sexualidades diversas, múltiples debates”, editado por Tino Brugos y Josué González (número 146, Junio 2016, pp. 45- 85).

con las parentalidades no heterosexuales y el impacto de los cambios legales en lo que cuenta como familia y lo que no, entre otros temas, tratando de ver si las cosas siempre van a mejor (el conocido *it always gets better* del discurso liberal) o no. Estas páginas terminan con unas notas sobre las conexiones de las demandas relacionadas con este ámbito con otras luchas como el aborto, la despatologización de las identidades trans y el trabajo sexual. Cuestiones que comparten la idea de “mi cuerpo es mío”, y que necesitamos pensar, a mi modo de ver, de manera conjunta y en clave transnacional.

La necesidad de una mirada no heteronormativa

Los temas relativos a las sexualidades, la reproducción y el parentesco han estado (y continúan) controlados y vigilados de cerca por la Iglesia católica, los discursos médicos y legales, e influidos por los *media*. Como apuntó Preciado, “el cuerpo de las mujeres ha sido disciplinado para ser maternal”¹⁴. Una de las demandas históricas del movimiento feminista ha sido precisamente la separación de los ámbitos de la sexualidad y la reproducción, reivindicando el placer y el control por parte de las mujeres de sus propios cuerpos y vidas (pensemos en el acceso a los métodos anticonceptivos, el aborto libre y gratuito, la legitimidad de otras opciones sexuales distintas a la norma heterosexual, el acceso a las técnicas de reproducción asistida, etc.) Los derechos sexuales y reproductivos han sido, y son aún en innumerables lugares a lo largo y ancho del planeta,

14. Entrevista realizada por Úrsula del Águila en 2009, “Judith Butler et Beatriz Preciado en entretien”, disponible en <https://tallerdeteoriaqueer.wordpress.com/2012/10/17/entrevista-judith-butler-y-beatriz-preciado-conversan/> (consultado el 7 de Septiembre de 2016).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

un auténtico campo de batalla, y una batalla sin fin: como ejemplo cercano recordemos que estos últimos años hemos tenido que salir a la calle para frenar el proyecto restrictivo de Ley del aborto presentado por el Partido Popular.

Autoras como Gayle Rubin (1984), Judith Butler (2004) y Paul Preciado (2013) han realizado una serie de aportaciones críticas, desde una mirada no heteronormativa, que han sido clave en el análisis de las sexualidades, la reproducción, el parentesco y la familia. Cuando hablamos de *heteronormatividad* nos referimos al concepto acuñado por Michael Warner (1993) para referirse al conjunto de relaciones de poder por medio de las cuales la sexualidad se normaliza y reglamenta en nuestra cultura y las relaciones heterosexuales se institucionalizan y se equiparan con lo que significa ser humano. En otras palabras, la heteronormatividad es el régimen social y político que impone que la heterosexualidad sea la única sexualidad ‘normal’, natural y legítima y, como tal, visible y asociada a una serie de derechos. No hay que olvidar que, en nuestro país y hasta hace relativamente poco, lesbianas, transexuales, gays, travestis... fueron incluidos en la categoría de “peligrosos sociales” en la *Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social* (LPRS) y eran hostigados y detenidos por causar “escándalo público”. La LPRS fue aprobada por el régimen franquista en 1970 (un año después de la Revuelta de Stonewall, que marcó la reemergencia de los movimientos de liberación sexual en los países occidentales) y no fue derogada hasta 1979, mientras que el delito de escándalo público se mantuvo hasta 1988.

Para las teóricas anteriormente mencionadas, desmontar la heterosexualidad implica cuestionar los presupuestos de disciplinas como la Sociología, la Antropología y pensar estos temas desde otro lugar, desde uno radicalmente diferente,

GÉNEROS E SEXUALIDADES

lejos de binarismos y dicotomías e incluyendo una perspectiva interseccional. La antropóloga Gayle Rubin ya señaló, a comienzos de los años ochenta, cómo las sexualidades no heterosexuales son construidas socialmente como extrañas y desviadas, y situadas en una jerarquía sexual en la que tienen menores niveles de visibilidad y respetabilidad. Esta jerarquía sexual divide el sexo en “bueno” (natural, normal, saludable) y “malo” (antinatural, anormal, patológico) y establece entre ambos extremos una serie de fronteras sexuales que marcan la virtud y el vicio, el orden sexual y el caos. En el borde de la respetabilidad, como apunta Rubin, están las parejas estables de gays y lesbianas, seguidos en el descenso hacia el sexo “malo” por los gays y lesbianas promiscuos, hasta llegar a los niveles más bajos, los más estigmatizados: prostitutas, travestis, transexuales, sadomasoquistas, fetichistas, etc. (Rubin, 1984: 308). Los sujetos con opciones sexuales e identidades de género que se escapan al marco heteronormativo se enfrentan a mayores violencias, a menor visibilidad, legitimidad, respetabilidad y reconocimiento legal, a la presunción de enfermedad mental, a la pérdida de apoyo institucional, al acoso en los espacios laborales, etc. Las penalizaciones sociales a lxs disidentes sexo- genéricos son todavía algo bastante más habitual de lo que podríamos esperar en los contextos en los que hemos ido ganando algunos derechos y libertades, gracias, sobre todo, a la movilización colectiva en la calle durante varias décadas.

El parentesco no es sólo heterosexual

Kath Weston, en el prefacio de la nueva edición de su libro *Familias elegidas* (1991), aquellas basadas no en los lazos de sangre sino en la amistad y el afecto, nos recuerda de dónde

INTERSEÇÕES E TANGENTES

venimos: no es que las personas *queer* (raras, desviadas, no heteronormativas) hayan rechazado tradicionalmente la familia sino al revés. En los años setenta y ochenta, la idea de que las relaciones de lesbianas, gays, trans, etc., no podían durar mucho estaba bastante extendida en la cultura popular. El cine y la literatura, entre otros ámbitos, se encargaron de transmitir que el destino de desviarse de la norma sexual suponía la muerte (la cantidad de películas de lesbianas, por ejemplo, que acaban en que alguna se suicida o muere es impresionante) o una vida, y una muerte también, en soledad. La epidemia del SIDA no ayudó mucho a contrarrestar estas ideas sino todo lo contrario. El tsunami de homofobia que produjo, dirigido principalmente a los gays pero no solo, hizo todavía más evidente la falta de derechos que tenían las parejas del mismo sexo. Esto condujo a la demanda de las uniones de hecho en los países occidentales, una demanda que en el Estado español el movimiento de lesbianas, gays, trans, bisexuales e intersexuales (lgtbi en adelante) comenzaría a activar en la primera mitad de los noventa (Trujillo, 2009).

Sin embargo, el movimiento modificó esta demanda después de 1998, lo que significó un cambio importante en el discurso y en las representaciones, que supuso, en gran medida, una dessexualización y despolitización de la protesta. Un discurso basado en la igualdad y no en la diferencia, en los conceptos de ciudadanía y derechos humanos, fue el utilizado para convencer a los políticos, a los medios y a la sociedad en general de que el matrimonio no sólo era necesario sino algo que tenía que ver con la igualdad y la justicia: lesbianas y gays no podían seguir siendo ciudadanxs de segunda clase. Enmarcadas en términos universales, las demandas de las organizaciones de la sección moderada del movimiento lgtbi consiguieron atraer la atención de un sector de la clase política. Pero el discurso de los derechos humanos, que ha sido ya clasificado

GÉNEROS E SEXUALIDADES

(y criticado) como una tendencia mundial y más aún cuando las organizaciones e instituciones internacionales aceptan la identificación de los derechos lgtbi como derechos humanos tiene, como sabemos, ciertos límites: insertar a lxs disidentes sexuales en narrativas más amplias que giran en torno a la noción de ciudadanía supone para los movimientos sexuales perder opciones de interactuar con un diálogo verdaderamente transformador con la sociedad, donde las categorías sociales, las ideas sobre las relaciones de parentesco, las sexualidades, el amor, etc., pudieran recoger mucho más la diversidad sexo-genérica existente (atravesada por variables como la etnia, la clase, la raza, la edad o la diversidad funcional, entre otras).

Grupos de feministas lesbianas y *queer* (como el *Colectivo de feministas lesbianas* de Barcelona o el *Grupo de Trabajo Queer*, en Madrid) criticaron entonces que el matrimonio fuera la prioridad política para el movimiento lgtbi. La primera *Ley de Identidad de género*, que, por otra parte, consideraba a las personas trans enfermas y recibió por ello bastantes críticas, tuvo que esperar 2 años más, hasta el 2007. Para muchas de nosotras entonces (y ahora), era difícil conjugar la demanda de los derechos con la estructura heteropatriarcal de la institución del matrimonio, y cuestionamos el peligro inherente a los relatos acerca de la “normalización”. Los derechos ganados pueden suponer para mucha gente una mejora en sus vidas, una mayor legitimidad, etc (véanse al respecto los relatos de vida compilados por Borrás, 2014). Sin embargo, no hay que perder de vista que el Estado sanciona algunas estructuras familiares a expensas de excluir otras, no sólo las no monógamas sino las diversas formas de relaciones de parentesco. Estas pueden ser muy variadas; Butler, por ejemplo, propuso una definición amplia, incluyendo “aquellas que surjan para cuidar de las formas fundamentales de la

INTERSEÇÕES E TANGENTES

dependencia humana, que pueden incluir el nacimiento, la cría de los niñxs, las relaciones de dependencia emocional y de apoyo, los lazos generacionales, la enfermedad, la muerte y la defunción (por nombrar solo algunas)” (2014: 150).

En 2005, durante el proceso de demanda de la modificación del Código civil que permitió a las parejas de gays y de lesbianas casarse, las feministas lesbianas hicieron hincapié en que lo importante era la filiación, no el matrimonio. La ley no modificó los artículos relacionados con la filiación de los hijxs nacidxs dentro del matrimonio (arts. 116, 117 y 118). Si un niñx nace en una pareja heterosexual, los derechos se conceden automáticamente a la pareja de la madre, algo que no sucede en el caso de las parejas de lesbianas. Durante los primeros años de la aplicación de la nueva ley de matrimonio, las madres lesbianas casadas obtenían dos “libros de familia”: uno para el matrimonio y el otro para la madre biológica y su bebé. La pareja de la madre necesitaba adoptar al niñx si quería obtener los derechos de filiación. Estos problemas surgieron de nuevo en el contexto de la *Ley de reproducción asistida* de 2006. Esta ley no tuvo en cuenta que el matrimonio podía ser entre dos mujeres. El Gobierno, sin embargo, acabó eliminando los conceptos heterosexistas de la ley en 2007, permitiendo a una mujer casada reconocer la filiación del bebé de su pareja si se había concebido utilizando las técnicas de reproducción asistida (TRA de aquí en adelante). A pesar de estas modificaciones legales, las parejas de lesbianas siguen estando discriminadas en relación con las heterosexuales ya que tienen que casarse antes de que nazca el bebé, algo que los heterosexuales no necesitan hacer. Al final, el matrimonio es, en el caso de la parentalidad lesbiana, la manera más fácil de obtener derechos de filiación de lxs hijxs reconocidos a ambas madres sin tener que enfrentarse a un proceso de coadopción, a los plazos y a la posible arbitrariedad o prejuicios del o la funcionarix de turno.

No siempre van a mejor las cosas *per se*

Frente el discurso liberal que intenta convencernos de que todo va siempre a mejor, y que el progreso es sólo un proceso lineal de aumento de derechos y reconocimiento... podríamos mencionar muchos ejemplos. Uno de ellos es cuando en 2013, Ana Mato, Ministra de salud entonces y en pleno ataque a la sanidad pública en general, aprobó un Decreto que modificaba la *Ley de reproducción asistida* (2006), argumentando que “la ausencia de un hombre no es un problema médico”, en referencia a la esterilidad. Este Decreto supuso la expulsión de las lesbianas y mujeres sin pareja varón del acceso a las TRA en la sanidad pública. De esta manera, mientras se pretendía obligar a mujeres que no quieren ser madres a serlo a toda costa (el entonces Ministro de Justicia Alberto Ruiz- Gallardón tenía su proyecto de restringir la ley del aborto en marcha), a otras que sí querían se les privaba de esa posibilidad, ahondando además las desigualdades sociales. En la actualidad, sólo pueden acceder a las TRA las que vivan en comunidades donde hayan continuado ofreciendo estas técnicas en la sanidad pública (como el País Vasco), o se hayan recuperado recientemente gracias a una sentencia judicial favorable (Madrid) o tengan recursos para hacerlo a través de las clínicas privadas. A estas clínicas acuden lesbianas procedentes de países (muchos de ellos europeos) donde no pueden acceder a las TRA como parejas, sólo a título individual, y en ocasiones ni siquiera (el caso de Alemania, por ejemplo). Hoy en día este turismo “de fertilidad” es bastante notable en España y un increíble negocio con más de doscientas clínicas privadas a lo largo de todo el territorio.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Por otra parte, en el contexto actual de crisis y políticas de austeridad en el sur de Europa, las condiciones precarias en las que viven muchas personas probablemente están haciendo que la gente busque la manera de obtener el reconocimiento legal para así garantizar ciertos beneficios económicos a los miembros de las parejas. En el sur de Europa y en España en particular, en el contexto de un Estado del bienestar bastante reducido, las familias han tenido tradicionalmente un papel relevante en relación con todo lo referente a los cuidados, al apoyo económico, etc., y este papel ha aumentado durante la crisis. Para las personas no heterosexuales, las relaciones con las familias de origen no son siempre fáciles, y muchxs dependen en alguna medida de estas últimas y más en el contexto actual.

Como Gayle Rubin (1984) explicó, hay una jerarquía sexual que valora la heterosexualidad sobre la homosexualidad, la monogamia en las relaciones no monógamas, tener hijos por no tener, etc. Para las lesbianas, estar en una relación estable, sin una diferencia de edad significativa, monógama y con niñxs supone probablemente la mayor legitimidad que se puede alcanzar. Esta es una de las ideas que compartieron nuestras informantes en un trabajo de campo con parejas lesbianas: tener hijxs cambió mucho las relaciones con sus familias de origen y, en especial, con sus propias madres. Las entrevistadas se referían a los cambios experimentados con sus familias de origen en términos de “reconciliación”, una especie de “vuelta a casa” después de años de separación, distancia o relaciones no satisfactorias (Trujillo y Burgaleta, 2014).

Demandas y movilizaciones interconectadas

La propuesta de Weston sobre las “familias elegidas” subrayaba la idea de que la familia no es una institución estática sino una categoría flexible, cultural, que debería representar para la comunidad lgtbi un reto más que una herramienta para la asimilación en el sistema. La función del matrimonio en el capitalismo neoliberal es del todo menos progresista: se trata de privatizar el bienestar social, de desplazar los cuidados al ámbito doméstico en lugar de considerarlos un proyecto colectivo. La ampliación del matrimonio a gays y lesbianas extiende la capacidad de esta institución privatizadora de absorber funciones sociales. Esto explicaría, al menos en parte, que en estos últimos años, mientras se está consiguiendo el matrimonio para gays y lesbianas en algunos contextos (con o sin el derecho a adoptar), el aborto no está ni en la agenda (pensemos en Irlanda, en Argentina...) por no hablar de los derechos de las trabajadoras sexuales. No digo con esto que la consecución de los avances legales sea fácil o nos la regalen en ningún sitio, pero el hecho de que unos derechos sean más funcionales o menos incómodos para el sistema que otros debería hacernos pensar en los porqués, cuando menos.

Al mismo tiempo, pensando en el matrimonio de gays y de lesbianas, el interés por parte de algunas personas en la “igualdad” es real (además de legítimo, obviamente): la exclusión de los beneficios y el reconocimiento puede resultar negativa y tener efectos materiales. Pero también es real el reto que supone para otras formas de parentesco, al tratarse de una demanda de inclusión de las familias lgtbi frente a otras que siguen resistiendo por diversas razones a este modelo.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

A nivel colectivo, es fundamental fortalecer las políticas de alianzas con otras demandas y luchas. En este sentido, las reivindicaciones relativas al aborto libre y gratuito, la normalización del trabajo sexual (concepto diferente a la trata), la despatologización de los cuerpos y las identidades trans, el acceso a las TRA y las más recientes en relación con la donación de óvulos y la gestación subrogada son luchas que comparten, a mi modo de ver, la demanda feminista (y *queer*) de la autonomía y de la libertad corporal. No tengo espacio aquí para entrar a analizar cada una de ellas, pero creo que la ausencia de regulación y derechos no es el mejor escenario, y más en el contexto de desigualdades a nivel global de género, clase, raza, etc. en el que vivimos. En todo caso, me parece bastante contradictorio que estemos reclamando el derecho al aborto y no consideremos las demandas de las trabajadoras sexuales, o que nos movilizemos por los derechos trans y no por el aborto, por poner dos ejemplos. Es necesario que salgamos de una vez por todas de la política identitaria de los compartimentos estancos por la cual el aborto es una demanda del movimiento feminista y los derechos trans del movimiento trans, y así sucesivamente, y ver que estamos demandando lo mismo: que nuestros cuerpos son nuestros, y que nosotrxs decidimos sobre nuestras vidas. En estos tiempos de confluencias políticas (o, al menos, de su intento), trabajemos en esas políticas de alianzas, aunque sean puntuales, en acercar posiciones más que en ahondar en debates estériles como el de la prostitución *versus* la trata de mujeres.

En el momento actual de ataque sin precedentes a todo lo público y de intento de empujarnos décadas atrás en lo ideológico, el feminismo necesita urgentemente dejar de pensar en términos esencialistas, binarios, heterocentrados, blancos y burgueses, y considerar las intersecciones que están atravesando nuestros cuerpos y nuestras vidas. Por otra parte, el

GÉNEROS E SEXUALIDADES

movimiento lgtbi-**queer** necesita incorporar mucho más la mirada y las demandas feministas. Y pensando en las nuevas y no tan nuevas formaciones políticas, un aviso: estos no son temas ni demandas *particulares*, que *solo* nos conciernen a las mujeres y a las mal llamadas “minorías sexuales”. La lucha contra las violencias y las desigualdades que generan el neoliberalismo, el heteropatriarcado y el racismo es una batalla de todxs. En los setenta, el movimiento feminista luchó porque no se jerarquizaran las opresiones dentro de las izquierdas: primero había que ocuparse de las cuestiones importantes, que eran las relativas a la clase social, luego ya vendrían las de género, y los temas “sexuales” podían esperar incluso todavía más. Cuarenta años después esto debería estar ya claro: no se pueden subordinar unas demandas a otras porque están todas entrecruzadas, no se pueden dejar de lado las demandas feministas y sexuales, considerándolas menos importantes o urgentes, si realmente estamos pensando en *otra* política, en una que cambie verdaderamente las cosas.

Referencias

- Borrás, Vicente (ed.) (2014). *Familias también. Diversidad familiar, familias homoparentales*. Barcelona: Bellaterra.
- Butler, Judith (2004/2006). “¿El parentesco es siempre heterosexual de antemano?” en *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, págs 149- 187.
- Preciado, Paul (2013) “Qui defend l’enfant queer?” *Liberation*, 14 de Enero de 2013. http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. Traducción al castellano disponible en el siguiente enlace: <http://paroledequeer.blogspot.com.es/2014/08/quien-defiende-al-nino-queer-por.html>
- Rubin, Gayle (1984). “Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad”, en Carole Vance (comp.): *Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Talasa.
- Trujillo, Gracia (2009). *Deseo y resistencia. Treinta años de movilización lesbiana en el Estado español (1977- 2007)*. Madrid y Barcelona: Egales.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Trujillo, Gracia y Burgaleta, Elena (2014). “¿Queerizando la institución familiar? Entre los discursos bio-sociales y las multiples resistencias”, en *Feminismo/s* 23, junio, pp. 159-179.
- Warner, Michael. 1993. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory* Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Weston, Kath (1991/2003). *Las familias que elegimos. Lesbianas, gays, y parentesco*. Barcelona: Bellaterra.
- Wittig, Monique (1992/2006). *El pensamiento heterosexual*. Madrid y Barcelona: Egales.

PABLO PÉREZ NAVARRO

Cisheteromonor- matividad y Orden Público©

The time has come to think about queering the state.

Lisa Duggan

Oh sí, voy a ser mamá.

Almodóvar y Mcnamara

Si hubiese que elegir un único concepto jurídico por cuya historia y comprensión crítica debiéramos preocuparnos quienes habitamos los márgenes del género binario, de la heterosexualidad o de la monogamia, el de orden público bien podría encabezar la lista de candidatos. Quizá ya por ser, en un primer momento, una noción “tan vinculada al régimen franquista” (Elvira, 2008: 6) y, con él, al contexto de la represión posibilitada, entre otros dispositivos, por la Ley de Vagos y Maleantes. Ley sin duda emblemática de la historia de la homofobia en España que, si bien no portaba la expresión “orden público” en su texto, tampoco se puede desvincular de este. Muy al contrario, esta herencia de la Segunda República formaba parte de una creciente obsesión por la defensa del “orden público” que quedaría reflejada en

GÉNEROS E SEXUALIDADES

un conjunto de leyes que incluían la Ley de Defensa de la República, la Ley de Orden Público y la propia Ley de Vagos y Maleantes, en su versión del año 1933 (Ricardo Campos, 2014: 6), si bien no sería hasta caer en manos del régimen y una vez incluidos los “homosexuales” en su lista de potenciales delincuentes habituales (pues la ley permitía atajar el crimen antes de que se produjera, al más puro estilo de la película *Minority Report*), cuando desplegaría su máximo potencial represivo¹⁵, contra el que ya previnieran los anarquistas desde su promulgación (p. 7).

Reminiscencias dictatoriales y de la criminología ficción aparte, lo cierto es que la noción de “orden público” continua siendo, en la actualidad, un elemento clave en el ejercicio estatal del biopoder. Esto es, en palabras de Foucault, de ese “ejercicio del poder sobre el hombre (sic) en cuanto ser viviente” que, a lo largo del siglo XIX, adoptó la forma de una cierta “tendencia conducente a lo que podría denominarse estatalización-de-lo-biológico” (Foucault, 2000: 217). La genealogía y alcance de dicho orden no se limita, por supuesto, al territorio del Estado español. Este será, sin embargo, el principal referente geográfico de la reflexión que sigue, con la que pretendo contribuir a desbordar los límites disciplinarios de su análisis en el ámbito de las ciencias jurídicas desde el punto de vista de las políticas sexogenéricas y de algunas de sus intersecciones con otros vectores de opresión.

15. Este trabajo ha sido desarrollado en el marco del proyecto “INTIMATE – Ciudadanía, Cuidados y Derecho a Elegir: Micropolíticas de la Intimidad en Europa del Sur” – Starting Grant n. 338452 (2014–2019), coordinado por Ana Cristina Santos en el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra. Véase al respecto el detallado análisis de los “archivos de vagos y maleantes” de los juzgados de Cataluña y Baleares realizado por Geoffroy Huard (2015).

Genealogías del orden familiar

Destaca a primera vista, en los análisis de los juristas, la multitud de referencias a la extrema dificultad de acotar el significado de este “arquetipo limitador de los derechos fundamentales en general” (Martínez, 2014: 769). Así, en su amplio ensayo sobre el orden público, Ángel Acedo observa que “la doctrina civilista española ha intentado en algunas ocasiones, muy pocas por cierto, y con escaso éxito casi siempre, aproximarse a una noción precisa de orden público” (1997: 326) y que “los civilistas se han visto y se ven forzados a la tarea ingrata, difícil, quizá imposible, de explicar y definir lo sea el orden público” (de Castro y Bravo, 1982, cfr. Acedo, 1997: 325). Otros consideran que se trataría, “de un concepto subjetivo, en blanco” (Montalvo Abiol, 2010: 198), entre otras cosas porque “el ordenamiento jurídico no nos obsequia con definición alguna del mismo” (201). Situación por la que, concluyen aún otros, se trataría de “un término *fragmentado y potencialmente peligroso* como instrumento de limitación institucional de los derechos fundamentales de los ciudadanos” (Ortega, 2003: 16: cursivas mías).

Alcanza el consenso, en cualquier caso, a situar su origen en el derecho romano, vinculado a un cierto *ius publicum* que sería “imposible de derogar mediante la voluntad privada” (Acedo Penco, 1997: 329; Muñoz, 2007: 15). Su ingreso en el derecho moderno, tras un largo periplo por el derecho medieval y del antiguo régimen (Noriega, 2007: 8) habría tenido lugar con su inclusión en el sexto artículo del código civil napoleónico de 1804 (Ángel, 1997: 332; Echandia, 1946: 251; Muñoz, 2007: 16; Noriega, 2007: 10), por el que se establecía que “no se pueden derogar por convenios particulares las leyes que interesan *al orden público y las buenas*

GÉNEROS E SEXUALIDADES

*costumbres*¹⁶. Dada la influencia del *code*, este límite del principio liberal de no injerencia del estado en las libertades individuales pasó a convertirse en un ingrediente clave de la mayor parte de los códigos civiles europeos y latinoamericanos (Noriega, 2007: 10); además de estar muy presente (aunque por otros caminos) en el derecho anglosajón, donde fundamenta la criminalización de los tradicionalmente llamados crímenes “sin víctimas”, esto es, contra el orden público¹⁷.

Bastante común resulta también la distinción entre algo así como un sentido “vulgar” (Acedo Penco, 1997: 338) del orden público y otro técnico o propiamente jurídico. El primero, a veces referido como “orden público de policía” (Echandia, 1946: 252) u “orden material” (Ortega, 2003: 19), estaría directamente asociado a la ausencia de disturbios en el espacio público. De él se ocuparía en la actualidad la Ley Orgánica de protección de la seguridad ciudadana (Ascensión, 2008: 6), popularmente conocida como *ley mordaza*¹⁸. El segundo sentido es el que principalmente nos ocupa y se refiere, por su parte, al mantenimiento del orden en el difícilmente delimitable ámbito de los principios y valores fundamentales que sostienen el conjunto del ordenamiento jurídico (Ortega, 2003: 23). A este se refiere el Tribunal Constitucional cuando dictamina que el “respeto a

16. «On ne peut déroger, par des conventions particulières, aux dispositions qui intéressent l'ordre public et les bonnes mœurs», Code civil des Français (1804), Art. 6.

17. En cuya tipificación destacan las llamadas *Public Order Acts* del Reino Unido y otros países.

18. Diseñada *ad hoc* para criminalizar formas emergentes de la protesta social tras la irrupción del Movimiento 15-M. Según un editorial del New York Times, se trataría de una vuelta a los “tiempos oscuros del franquismo” (“Spain’s Ominous Gag Law”, 22-4-2015, http://www.nytimes.com/2015/04/23/opinion/spains-ominous-gag-law.html?_r=0). Esta asociación resulta especialmente acertada si tenemos en cuenta que vino a endurecer otra ley de seguridad ciudadana (la llamada *ley Corcuera*) que sucedió, por su parte, a la Ley de Orden Público franquista (Sol, 2012).

INTERSECCIONES E TANGENTES

los derechos fundamentales y libertades públicas garantizados por la Constitución es un componente esencial del orden público”¹⁹, así como el Tribunal Supremo cuando explica, por su parte, que el orden público está “constituido por los principios jurídicos, públicos y privados, políticos, morales y económicos, que son absolutamente obligatorios para la conservación del orden social en un pueblo y en una época determinada”²⁰.

Uno de los más dilatados debates al respecto de este sentido jurídico consiste en determinar si coincide con, o más bien excede a, el conjunto de normas efectivamente escritas en la legislación. En el ya citado tratado Ángel Acedo propone, superando en cierto modo el debate, entender al orden público como “instrumento de cierre del ordenamiento en manos de los jueces” (1997: 328). Interesante descripción que sitúa al orden público en una suerte de espacio limítrofe, entre la legislación y aquello que, posibilitando su “cierre”, la excede. El concepto haría así suya la esquivia lógica del *supplement* derrideano, introduciéndose en la legislación como aquel tipo de “excedente” o, incluso, de “organismo parasitario” (Derrida, 1971: 225) capaz de “enriquecer otra plenitud” sin producir “ningún relieve” (185). La indecidibilidad ontológica (¿es el Orden Público, en definitiva, interior o exterior al ordenamiento?) a la que apunta tal posición tendría la ventaja, al menos, de explicar la intensidad del debate sobre si el orden público consiste o no en “ley y nada más que ley” o por qué los jueces, en cada uno de sus usos (o recitaciones performativas) del concepto, estarían ejerciendo algo así como una “función cuasi-legislativa” (Aguilar Navarro, 1953; cfr. Ángel, 1997: 348).

19. STC 19/1985, de 13 de febrero.

20. STS DE 5 de febrero de 2002, cursivas mías.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

En adelante, para diferenciarlo del anterior, nos referiremos a este sentido²¹ (meta)jurídico como Orden Público[®]. Su alcance se extiende por la casi totalidad de las ramas del derecho, desde el civil al constitucional, pasando por el laboral, el procesal o el administrativo (Ortega, 2003: 16-22). El derecho familiar²² no es una excepción. Al contrario, las alusiones a este sentido del orden en las sentencias relacionadas con este ámbito tienen una bien consolidada historia. Las atribuciones del *pater familias*, por ejemplo, se imponían en la España de Franco sobre la base de que “si en un contrato celebrado entre cónyuges se dispensa a la mujer de la potestad marital, el acto es nulo absolutamente *por ir contra el orden [público] familiar*” (Echandia, 1946: 258). Ya avanzada la transición se constataba que “las normas sobre la competencia y forma de autorización del matrimonio *son de orden público* y quedan obviamente sustraídas a la autonomía de la voluntad”²³; mientras que, en la actualidad, los juristas suelen coincidir en que puede hablarse con propiedad de un “orden público familiar” (Acedo; 363, García Presas, 2010: 241).

Cabe preguntarse, por tanto, por cuál es la forma que adopta el Orden Público[®] en el ámbito familiar, es decir, a qué formas de parentesco y filiación alcanza el reconocimiento estatal y en qué exclusiones constitutivas descansa ese reconocimiento. En otros términos, y por señalar tan sólo algunas declinaciones posibles de esa pregunta, ¿continúa el Orden Público[®] reafirmando la primacía de la heterosexualidad

21. El uso de la marca “©” o “copia registrada” sirve aquí para indicar su pertenencia, en tanto que copia, a una cadena histórica de iteraciones en instancias judiciales, tanto como la pretensión de cada una de esas citas de consolidar los límites de una cierta identidad que es, como veremos, cultural y legislativa a un tiempo.

22. Entendido como “conjunto de normas jurídicas de derecho privado que regulan la familia en todos sus aspectos” (García Presas, 2010: 240).

23. 24 de septiembre de 1987 (cfr. Acedo, 388).

o supuso el matrimonio igualitario, por el contrario, la superación plena de esta? ¿Hasta qué punto transformó la extensión del derecho a la adopción las estructuras heterosexuales de la filiación? ¿Qué límites establecen en su nombre los juzgados a la diversidad relacional y qué lugar ocupa en ellos la monogamia? ¿En qué medida se fundamenta este orden familiar en la concepción binaria del género? ¿Cómo interacciona, en fin, el Orden Público[©] familiar con la construcción de identidades culturales y nacionales en sentido amplio?

El Orden Público[©] heterosexual

Pese a la exclusión de homosexuales y transexuales de la Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social (sucesora de la Ley de Vagos y Maleantes) en 1979²⁴ (Trujillo, 2016: 63), el Orden Público[©] español continuó siendo estrictamente heterosexual hasta finales del siglo XX. Momento en que, leyes autonómicas de parejas de hecho mediante (Pichardo Galán, 2009: 144), comenzó el proceso de desheterosexualización que se consumó con la promulgación de la ley estatal del matrimonio igualitario, adopción incluida, en el año 2005. Tal sería, al menos, la interpretación dominante desde el punto de vista de una cierta fetichización del matrimonio como símbolo de la igualdad formal que resulta, por lo demás, bastante ubicua (Platero Méndez, 2007: 93). Sin embargo, lo cierto es que basta una mirada a la regulación actual de las relaciones de filiación para poner en evidencia que incluso el desplazamiento meramente “formal” de la norma heterosexual está lejos de haber concluido. Muy al contrario, la flexibilización de las regulaciones del parentesco ha servido

24. Si bien el más indirectamente relacionado delito de “escándalo público” no fue eliminado del código penal hasta 1988.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

más bien para dejar al descubierto la biologizante infraestructura heterosexual del Orden Público[®] familiar.

Esta base heteronormativa de la filiación resulta evidente en relación con la inscripción de la llamada “filiación natural”. En otras palabras, aquella que se establece de forma directa tras el nacimiento, sin mediación de procesos de adopción (Hernández Rodríguez, 2014: 160). Efectivamente, para comenzar, la ley de reproducción asistida vigente²⁵ consagra la heterosexualidad como filiación *por defecto* con cada una de sus referencias a la figura del “marido”²⁶, además de con su falta de previsiones para el establecimiento la filiación en parejas lesbianas. Notoria ausencia que, si bien fue total en el momento de su promulgación pronto pasaría, en una corrección posterior²⁷, a considerar el muy específico caso en que ambas madres se encuentren casadas entre sí (Díaz Martínez, 2007: 78; Trujillo, 2016: 65). En consecuencia, la inscripción de la doble maternidad *de nacimiento* se permite en la práctica sólo cuando hay casamiento. Condición que, al no tener equivalente alguno en el abierto campo de la filiación heterosexual, resulta insólita en un cualquier supuesto escenario de “igualdad formal”. A menos, claro está, que entendamos que esta no se estableció entre tipos de relaciones sino más bien *entre matrimonios* del mismo y de distinto sexo.

El caso de la filiación de nacimiento por parte de dos progenitores de sexo legal masculino no es manos llamativo. De hecho, la decisión sobre su legitimidad se encuentra en manos del Tribunal Constitucional, tras una batalla judicial

25. Ley 14/2006, actualizada por última vez en julio de 2015.

26. Menciones del tipo: “Si la mujer estuviera casada, se precisará, además, el consentimiento de su marido...” (Art. 6) o “Ni la mujer progenitora ni el marido, cuando hayan prestado su consentimiento formal” (Art. 8)

27. A través de la Ley 3/2007.

INTERSECCIONES E TANGENTES

que se va aproximando a la década de antigüedad y que, de mantener el actual rumbo, podría resolverse en el Tribunal Europeo de Derechos Humanos (TEDH). Todo ello como resultado de que la posibilidad de establecer una filiación de nacimiento sin figuras maternas es declarada ilegal en la ya citada ley de reproducción asistida, en la que se establece que los contratos de gestación subrogada no tienen efecto legal en el Estado español ²⁸.

En consecuencia, un número indeterminado²⁹ de parejas subrogan anualmente la gestación en terceros países (Caravaca & González, 2015: 49; Hernández Rodríguez, 2014: 149). El actual conflicto se originó, en concreto, cuando un consulado español se negó a trasladar, al registro español, una doble paternidad masculina previamente inscrita en los Estados Unidos. Momento a partir del cual la relación de filiación entre estos padres (españoles) y los menores (estadounidenses) se encontró, junto a la de muchas otras parejas homoparentales, en un hostil limbo jurídico (Blanco-Morales Limones, 2015: 13). Desde entonces, si bien la inscripción de la filiación se ha ido facilitando tras sendas instrucciones de la Dirección General de Registros y Notariado (DGRN) y tres sentencias relacionadas del TEDH contra Francia e Italia (Caravaca & González, 2015: 54-55), el llamado “caso cero” prosigue su curso. Las sentencias dictadas hasta la fecha esgrimen múltiples argumentos, entre los que destacan por derecho propio el de que la filiación que se pretendía inscribir “ni es ni puede serlo a efectos materiales, pues biológicamente

28. Ley 14/2006, Art. 10.

29. Según algunos cálculos de agencias especializadas podría situarse en torno a las 1000 “parejas” por año. El País, “Las familias españolas buscan vientres de alquiler ‘baratos’”, 1 de mayo 2014, http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/05/01/actualidad/1398974404_290772.html.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

resulta imposible”³⁰ y el de que, como argumenta el Tribunal Supremo, la inscripción atenta contra el “orden público internacional”³¹.

Así las cosas, puede afirmarse que el Orden Público[®] español internacionaliza, por una parte, el recurso a la gestación subrogada, de forma similar a lo que no hace tanto hiciera con el aborto, esto es, limitando su acceso en función de los costes que la mediación de kilómetros (e intermediarios) supone. A la vez que, por la otra, hostiga muy específicamente³² el tipo de filiación que considera “biológicamente imposible”, pese a que son más bien las sentencias judiciales, antes que la biología, quien impide su reconocimiento³³. En consonancia, claro está, con una ley de reproducción asistida que perpetúa ese “heterosexismo de estado” para el que la “unión sexopolítica entre un hombre y una mujer son las condiciones necesarias e inmutables para la reproducción” (Paul B. Preciado, 2014); a la par que se aferra a un marcado biologicismo que demuestra, en fin, que la pretendida superación del “continuo coito/alianza/filiación” (Pichardo Galán, Stéfano Barbero, & Martín-Chiappe, 2015: 189) está lejos de haber

30. Juzgado de Primera Instancia N.º 15 de Valencia, 15 Sep. 2010. Cursivas mías.

31. STS 6 febrero 2014. En general, se entiende por “orden público internacional” aquella dimensión del orden público propia del Derecho Internacional Privado que impide el reconocimiento de los efectos de cualquier ley extranjera (en este caso, la que permitió la inscripción de la filiación de nacimiento) cuando esta perturba en demasía lo que aquí hemos venido llamando Orden Público (Monreal, 1976: 122-123).

32. Al parecer, las subrogaciones heterosexuales (entre el 70 y el 80 por ciento del total, según algunas estimaciones; “Papá, mamá y la tía Samantha” 2015) resultan invisibles para los funcionarios y juzgados españoles, incluso cuando, como explican desde Son Nuestros Hijos, las fechas de nacimiento y las de entrada de sus progenitores en el país de destino ponen frecuentemente en evidencia la mediación de la subrogación (<http://sonnuestroshijos.blogspot.pt/p/nuestros-hijos-son-espanoles.html>).

33. Pero que alcanza un espectro de cuestiones administrativas relacionadas, como las negativas al disfrute de la llamada baja por “maternidad” en ausencia de una figura materna.

sido consumada mediante la mera extensión del derecho a la adopción. Antes bien, la fragmentación de ese continuo ha servido más bien para dejar al descubierto un estrato más profundo de la filiación heterocentrada, a saber, un continuo “parto/matrimonio/filiación” que domestica las posibilidades de la doble maternidad lesbiana a la par que pretende cancelar las de una filiación de nacimiento marica cuyo perturbador y antisocial espectro invocaran Almodóvar y Mcnamara en la ya mítica *Voy a ser mamá*.

Un nombre *propio*

Por supuesto, el alcance disciplinario del Orden Público® sobre la diversidad genérica, deseante y relacional está lejos de limitarse a la consolidación del biopolítico nexo entre “madres” y “gestantes”. E incluso esta requiere, como toda la inercia heterosexualizante del dicho orden en su conjunto, de un gesto fundante que permita articular los mimbres legales de esa articulación normativa entre sexos, géneros y deseos que Butler denominó “matriz heterosexual” (Butler, 2007: 36).

El hecho de que en el Estado español existan dos, y solo dos, posibilidades para la obligatoria inscripción registral del sexo, que su alteración esté restringida a la mayoría de edad, a unos rígidamente estipulados períodos de hormonación previa (Morelo, 2007: 151), a la supervisión de la autoridad médico-psiquiátrica en unidades específicas y, en suma, a criterios heterónomos y procesos patologizantes, permite intuir la intensidad de la violencia “de género” (Coll-Planas, 2010: 55) que el marco binario descarga, en especial, sobre todo el abanico de las identidades trans. Entre las poliédricas dimensiones del así estatalizado “orden de género” (Lombardo, 2003; cfr. Platero Méndez, 2007: 4) destaca, dados sus efectos sobre el variado conjunto de prácticas institucionales y burocráticas

GÉNEROS E SEXUALIDADES

binarias que Dean Spade denomina “violencia administrativa” (2015: 168), las marcas de género de los documentos de identidad (Spade, 2015). Marcas, en plural, dado que no se limitan a la obvia referencia al sexo legal (que Monique Wittig comparara en “La categoría de sexo” con la mención de la raza en los documentos de identidad durante el apogeo del racismo de estado en los Estados Unidos; 1992: 29), sino que incluyen, además, ese otro signo lingüístico mediante el cual el binarismo de género tiende a invadir, literalmente, nuestra vida cotidiana desde nuestra más tierna infancia: el llamado nombre *propio*.

Ciertamente, entre las restricciones impuestas por la ley que regula actualmente la inscripción del nacimiento, de la filiación, del nombre y de sus posibles cambios se encuentra la de que el nombre no debe hacer “confusa la identificación”³⁴. En la práctica administrativa y judicial, esta confusión incluye sin duda la genérica, como ya se insinúa en aquel primerísimo artículo de la ley de identidad de género que recuerda que el cambio de sexo debe acompañarse con el de nombre, a fin de no que estos no resulten “*discordantes*”³⁵. De ahí que sea bastante común referirse a la transición legal de sexo con fórmulas mixtas del tipo “cambio del registro legal del nombre/sexo” (Suess, 2010: 38) y que pueda afirmarse que, al menos por lo que al establecimiento del sexo legal se refiere, la mención registral del nombre propio tiene un efecto equivalente al de la mención del sexo. Situación que explica que, a día de hoy, el cambio de nombre en menores trans, incluso *sin cambio de la mención registral de sexo*³⁶, se encuentre

34. Ley 20/2011, de 21 de julio, del Registro Civil, Art. 51.

35. Ley 3/2007, Art. 1.

36. El Mundo, “El Supremo ve inconstitucional que los menores transexuales no puedan inscribir el cambio de sexo”, <http://www.elmundo.es/sociedad/2016/03/17/56ea93c0ca4741601d8b45fb.html>

INTERSEÇÕES E TANGENTES

totalmente judicializado (Platero, 2014: 173), en claro contraste con la rutinaria sencillez del trámite de cambio de nombre “intragénero”, o que los autos que lo autorizan recurran aún hoy a justificarse con diagnósticos de “disforia de género”³⁷, como si de un cambio de sexo legal se tratara.

Así pues, dada la importancia del binarismo de género como fundamento de las presunciones de heterosexualidad que aún habitan nuestro sistema legislativo, no resulta sorprendente que el establecimiento del nombre (y apellidos, pese a que estos se encuentren bastante más emancipados del binarismo genérico) sea todavía un asunto de Orden Público[®] de primer orden. O, incluso, “donde más continuamente se trata esta materia [el orden público] en los registros civiles” (Acedo Penco, 1997: 388). Y es que ese nombre tan mal llamado “propio”, marca lingüística con la que tan íntimamente tendemos a (des)identificarnos, no es un simple performativo de género entre otros, como bien saben quienes batallan por la autodeterminación de su sexo/nombre legal. A diferencia del muchas de las “invenciones fabricadas y preservadas mediante signos corpóreos y otros medios discursivos” (Butler, 2007: 266), la repetición del nombre sexuado, desde el documento que registra la filiación hasta el de defunción (pensemos en la cantidad de lápidas que no respetan la identidad de género de los cuerpos bajo ellas enterrados) conlleva una inscripción de la ley binaria del género en nuestra carne material y administrativa digna de la máquina de la colonia penitenciaria de Kafka.

37. El Mundo, “Autorizan a una niña de cuatro años cambiar de nombre por motivos de transexualidad en Gipuzkoa”, 2-2-2016, <http://www.elmundo.es/pais-vasco/2016/02/02/56b0b133ca474161538b45ab.html>

La troika cisheteromonormativa

Así disciplinado, nombre y marca de género mediante, el binarismo queda listo para organizar el campo de las unidades familiares y reproductivas. Siempre dentro, claro está, de un marco jurídico que añade, a la infraestructura heterosexual de la filiación, al menos otro ingrediente clave para la regulación del ámbito genérico, deseante y relacional. Uno que se mantiene en la actualidad en un estupendo estado de salud, a saber, ese ubicuo elemento cuyas implicaciones no sólo jurídicas, sino sociales y culturales en sentido amplio reúne Brigitte Vasallo bajo la denominación de “marco monógamo” (Vasallo, 2015).

Su relación con lo que venimos llamando Orden Público[®] es, si cabe, aún más estrecha que la de la propia heterosexualidad o el binarismo sexogenérico. Al menos en el sentido de que, como componente de la institución matrimonial y sus derivados, la monogamia atraviesa los siglos, en ese entorno geopolítico que solemos denominar “occidente”, apenas sin inmutarse. Presente ya en la regulación del matrimonio del derecho romano y posteriormente sublimada en el derecho canónico, ingresó en el derecho moderno, incólume, a comienzos del siglo XIX, en el ya citado código napoleónico (Caravaca & González, 2005: 21). Momento en que se estataliza, mediante la administración civil de la “unión entre varón y mujer”, la bien avenida troika constituida por el binarismo de género, su jerarquizada complementariedad heterosexual y, organizando esta en unas fácilmente censables unidades reproductivas, la monogamia.

La coincidencia, en este texto inaugural del derecho moderno, de la introducción del Orden Público[®] como límite de las libertades individuales y el matrimonio civil representa un

INTERSEÇÕES E TANGENTES

hito histórico en la evolución del control biopolítico de poblaciones a gran escala. Es más, dada la vida posterior de ambos fetiches jurídicos, y la de sus íntimas relaciones, puede argumentarse que esta sincronía elevó de hecho la citada tríada al estatuto de Orden Público³⁸, convenientemente reunida en una única institución. Lo que así se secularizó no fue, en consecuencia, tanto el sacramento matrimonial como la potestad para la gestión del régimen cisheteromononormativo³⁸, entendido este como el control estatal de la matriz heterosexual en aquellos entornos (temporales, espaciales o jurídicos) que privilegian la monogamia a la par que discriminan y ejercen diversas formas de violencia administrativa sobre otras estructuras relacionales, sean estas de origen religioso, laico o aconfesional.

Actualmente, los y las migrantes polígamas se encuentran, junto al bebé sin papeles de la subrogada y las infancias trans, entre los más evidentes exponentes de la violencia que este régimen despliega en el Estado español y otros muchos de su entorno sobre quienes viven en conflicto con cualquiera de sus tres ejes constitutivos. Los casos de las viudas de relaciones polígamas a las que se ha concedido el derecho a recibir sus correspondientes pensiones de viudedad, en virtud de la aplicación del denominado “orden público atenuado” (Calvo Caravaca & Carrascosa González, 2007: 470; Campiglio, 2012: 165; Lema Tomé, 2003: 17) son apenas el reverso amable de una excluyente praxis jurídica que comprende desde la denegación del derecho a la reagrupación familiar (María Lourdes Labaca Zabala, 2009) hasta la de las solicitudes de nacionalidad.

38. El término “cisheteromononormativo” resulta del injerto entre los de *heteronormatividad* (Warner, 1991) y *mononormatividad* (Pieper M. & Bauer, 2005), al que añado el prefijo *cis* para destacar el binarismo de género sobre el que descansa tanto la complementariedad heterosexual (dimensión cualitativa) como la restricción monógama (dimensión cuantitativa).

GÉNEROS E SEXUALIDADES

En especial, en las sentencias referidas a este último caso, el repetido argumento de que la poligamia “repugna al orden público español”³⁹ deviene sistemáticamente prueba de una supuesta “falta de integración en la sociedad española”⁴⁰. Se produce con ello un sustancial cambio de registro entre el tipo de conflicto jurídico por el que habitualmente se apela a la cláusula de “orden público internacional” para no reconocer los efectos de leyes extranjeras incompatibles con la propia (Monreal, 1976: 121) al del juicio de valor sobre supuestos grados de integración social. Así, más que a efectos jurídicos aceptables o no para la jurisprudencia (como las propias pensiones de viudedad) se convierte a individuos concretos en el muy corpóreo objeto de aplicación del Orden Público[®]. Sustancial giro en virtud del cual el régimen cisheteromonor-mativo despliega su potencial para el ejercicio de la violencia estatal implícita en la amenaza o en la realidad efectiva de la deportación a la par que pone en evidencia alguna de sus ramificaciones en materia de políticas migratorias y, a través de estas, de sus intensas relaciones con el clasismo, la xenofobia, el racismo y la discriminación religiosa.

Este recurso implícito a una homogénea, monolítica y monógama concepción de la “sociedad española”, dista mucho de ser, por lo demás, un complemento casual del recurso al Orden Público[®]. Antes bien, es digno descendiente de una sus más propias líneas genealógicas. Según explica uno de sus exégetas más influyentes, M. Savigny, el Orden Público[®] fue introducido en el derecho moderno nada menos que como garante de la comunión entre “los pueblos de occidente, asentada en el cristianismo y en el Derecho Romano” (Monreal, 1976: 123;

39. Ver por ejemplo las sentencias del Tribunal Supremo 6358/2002 y 4764/2009, o la de la Audiencia Nacional de 14 de marzo de 2013.

40. Idem.

Savigny, 1851: 35). Su función no sería por tanto otra que la de proteger, según otros eruditos de la doctrina francesa, “los principios comunes a las naciones civilizadas (...) expresión de la moral y la justicia objetivas” (Lerebours-pigeonniere & Loussouarn, 1962: 500; Monreal, 1976: 124) de perturbadoras influencias extranjeras. Universalista y xenófoba genealogía, pues, que contribuye quizá a explicar el lugar que ocupa el matrimonio como peculiar alternativa a las políticas de asilo, como si de una suerte de versión moderna de la figura de la conversión religiosa se tratara, así como que medidas de corte claramente islamofóbico, como la reciente prohibición de usar el *burkini* en hasta una docena de municipios franceses, se hayan fundamentado legal y políticamente en una preocupación por el mantenimiento del “orden público”⁴¹.

El estado del desorden púb(l)ico

Aun concediendo un valor relativo a la sugerencia de que “Estado y Orden Público han ido de la mano desde el principio de los tiempos” (Montalvo Abiol, 2 010: 205), resulta evidente estamos ante un importante mecanismo por lo que a la reproducción de las variantes nacionales de la filiación, del género

41. Las ordenanzas hablan del “trouble à l'ordre public” (sentido material del orden público) pero lo hacen en la práctica indistinguible de este sentido universalista y xenófobo del Orden Público propiamente dicho, tanto en la arbitrariedad de unas ordenanzas que combinan la prohibición con apelaciones a las “buenas costumbres” como, sobre todo, en sus explicaciones políticas. La teniente alcalde de Niza, por ejemplo, ha explicado que se trata de mantener “nuestro ideal de la relación social” y de luchar “contra el comunitarismo” (Huffington Post, 19-08-2016 “Avant Nice, les communes françaises qui ont interdit le burkini sur leurs plages”; http://www.huffingtonpost.fr/2016/08/19/burkini-plages-interdiction-nice-n_11604624.html), mientras que la presidenta del Frente Nacional, Marine Le Pen, considera que se trata de una cuestión “de orden público, ciertamente; pero más allá, se trata de la esencia de Francia” (20Minutos, 16-08-2016, “Una docena de municipios ya prohíben el burkini en Francia”; <http://www.20minutos.es/noticia/2818216/0/mujeres-multa-cannes-francia-burkini-playa/#xtor=AD-15&xts=467263>).

GÉNEROS E SEXUALIDADES

y de la diversidad relacional se refiere. De ahí la importancia de su desestabilización para cualquier política que pretenda hacer suyo el impulso crítico que abría este ensayo: “ha llegado el momento de pensar en queerizar el estado” (Duggan, 2009: 1). Aunque si algo así como *pensar en* esta queerificación es, de hecho, posible, lo será tal vez sólo a condición de asaltar la dicotomía entre distintos sentidos del orden, es decir, aquella que nos permite distinguir entre la ausencia de disturbios en el espacio público y el Orden Público[©] en sentido (meta)jurídico. Puesto que, tal y como observa desde la filosofía del derecho Miguel Álvarez Ortega, en un ensayo en que aboga justamente por una reformulación unificada del concepto, “sostener que una catástrofe natural no perturba el orden material o la paz social *y una revuelta callejera sí no deja de ser sorprendente*. Si optamos en cambio por considerar *la quiebra de los valores sociales en juego*, la distinción puede resultar más diáfana” (Ortega, 2003: 25; cursivas mías).

La conexión así apuntada entre perturbación de la “paz social” y “quiebra” de los “valores sociales en juego” dista de indicar una mera posibilidad de reformulación teórica de un abstracto concepto jurídico. Antes bien, la existencia de un estrecho vínculo entre ambos sentidos del orden bien podría ser la intuición básica de, entre otras formas de activismo callejero y combativo, la que conocemos como activismo queer. Recorrería en ese caso tanto los disturbios de Stonewall (*avant la lettre*) como la visita de Act-Up a la misa de St. Patrick, los tragafuegos de las Lesbian Avengers o los *kiss-ins* de Queer Nation. Estaría también muy presente en las campañas “El Ministerio de Sanidad tiene las manos manchadas de sangre” de la Radical Gai, en la sexualizada cartelería lesbiana de LSD, en los *die-ins* de la Transmaricabollo de Sol contra el apartheid sanitario y en la defensa de los espacios de cruising de Barcelona de Triangles Rosas. Formaría también parte

INTERSEÇÕES E TANGENTES

del combativo LGTB bloc de la resistencia del Gezi Park, de todas las asambleas queer de los movimientos Occupy, de la convocatoria antiausteritaria de las Panteras Rosa durante el Rios para o Carmo y también, sin lugar a dudas, del reciente asalto de Lesbians and Gays Support the Migrants al centro de detención de inmigrantes de Yarl's Wood. En su diversidad, todas ellas ocupan esas efímeras grietas del campo de lo posible a través de las cuales, en ocasiones, el más anárquico y minoritario desorden púb(l)ico deviene conmoción política. Claro está que los efectos de tales aperturas son, por definición, inanticipables. Lo que explica, quizá, por qué suelen tener tanto éxito en atraer la atención de las fuerzas del orden.

Referencias

- Acedo Penco, Á. (1997). El orden público actual como límite a la autonomía de la voluntad en la doctrina y la jurisprudencia. *Anuario de La Facultad de Derecho*, 14-15, 323-392.
- Ascensión, E. (2008). Libertad de circulación y orden público en España. *Revista Para El Análisis Del Derecho*, (2), 1-19.
- Blanco-Morales Limones, P. (2015). Una filiación: tres modalidades de establecimiento. La tensión entre la ley, la biología y el afecto. *Bitácora Millennium DIPr.*, 1, 1-16.
- Butler, J. (2007). *El género en disputa*. Barcelona: Paidós.
- Calvo Caravaca, A. L., & Carrascosa González, J. (2007). Los matrimonios entre personas del mismo sexo en la Unión Europea. *Revista Crítica de Derecho Inmobiliario*, 700, 443-475.
- Campiglio, C. (2012). Los conflictos normo-culturales en el ámbito familiar, 4(Octubre), 5-21.
- Campos, R. (2014). Pobres, anormales y peligrosos en España (1900-1970): De la "mala vida" a la ley de peligrosidad y rehabilitación social. En *XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 5-10 de mayo*. Barcelona. http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ricardo_Campos.pdf (accedido el 26-08-2016).
- Caravaca, A.-L. C., & González, J. C. (2005). Derecho internacional privado y matrimonios entre personas del mismo sexo. *Revista de Instituciones Europeas*, vol. 1, 758-824. <http://eprints.ucm.es/7864/> (accedido el 26-08-2016).

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- Caravaca, A.-L. C., & González, J. C. (2015). Gestación por sustitución y derecho internacional privado. Más allá del tribunal supremo y del tribunal europeo de derechos humanos. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, 7(Octubre), 45–113.
- Coll-Planas, G. (2010). La policía del género. En M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.), *El género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 55–67). Barcelona y Madrid: Egales.
- Díaz Martínez, A. (2007). La doble maternidad legal derivada de la utilización de técnicas de reproducción humana asistida. *Derecho Privado Y Constitución*, 21, 75–129.
- Duggan, L. (2009). Queering the State, 39, 1–14.
- Echandia, H. D. (1946). Evolucion de la noción de orden publico. *Revista de La Universidad Nacional (1944 - 1992)*, 6, 251–262.
- Foucault, M. (2000). *Defender la sociedad: curso en el Collège de France (1975-1976)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- García Presas, I. (2010). El derecho de familia en España desde las últimas reformas del código civil. En *Actas del I Congreso Iberoasiático de Hispanistas Siglo de Oro e Hispanismo general* (pp. 237–265). Delhi: Publicaciones digitales del GRISO/Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra.
- Hernández Rodríguez, A. (2014). Determinación de la filiación de los nacidos en el extranjero mediante gestación por sustitución: ¿hacia una nueva regulación legal en España? *Cuadernos de Derecho Transnacional*, 6(2), 147–174.
- Huard, G. (2015). Los «invertidos» en Barcelona. Masculinidades cuestionadas durante el franquismo en los archivos judiciales. En R. M. Mérida Jiménez & J. L. Peralta (Eds.), *Masculinidades en la transición* (pp. 207–223). Barcelona y Madrid: Egales.
- Lema Tomé, M. (2003). Matrimonio poligámico, inmigración islámica y libertad de conciencia en España. *Migraciones Internacionales*, 2, 149–170.
- Lerebours-pigeonniere, P., & Loussouarn, Y. (1962). *Droit international privé*. Paris: Dalloz.
- Lombardo, E. (2003). EU Gender Policy: trapped in the Wollstonecraft Dilemma? *The European Journal of Women's Studies*, 10(2), 159–179.
- Labaca Zabala, Maria Lourdes (2009). El matrimonio polígamo islámico y su repercusión en el derecho español. *Revista Jurídica de Castilla Y León*, 261–331.
- Martínez, M. M. (2014). Límites a la libre circulación de personas en la UE por razones de orden público, seguridad o salud pública en

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- tiempos de crisis: una reevaluación a la luz de la jurisprudencia del TJUE. *Revista de Derecho Comunitario Europeo*, 49, 767–804.
- Monreal, E. N. (1976). *Defensa de las nacionalizaciones ante tribunales extranjero*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
 - Montalvo Abiol, J. C. (2010). Concepto de orden público en las democracias contemporáneas. *Revista Jurídica de La Universidad Autónoma de Madrid*, (22), 197–222.
 - Morelo, P. G. (2007). La nueva ley ¿es tan buena como nos la venden? En M. G. Ruiz (Ed.), *Transexualidad. Situación actual y retos de futuro* (pp. 147–154). Asturias: Conseyu de la Moceda del Principáu d'Asturies.
 - Muñoz, E. S. y. (2007). Orden público e impugnación de acuerdos sociales. *Revista Xurídica Galega*, 54, 13–22.
 - Noriega, A. E. F. (2007). *El orden público en el derecho privado*. Tesis del Magister en Derecho Civil, Pontificia Universidad Católica del Perú.
 - Ortega, M. Á. (2003). Orden público: unidad axiológica, espacio europeo. *Anuario de Derecho Europeo*, 3, 15–45.
 - Pichardo Galán, J. I. (2009). (Homo)sexualidad y familia: cambios y continuidades al inicio del tercer milenio. *Política Y Sociedad*, 46(1), 143 – 160.
 - Pichardo Galán, J. I., Stéfano Barbero, M. de, & Martín-Chiappe, M. L. (2015). (Des)naturalización y elección: emergencias en la parentalidad y el parentesco de lesbianas, gays, bisexuales y transexuales. *Revista de Dialectología Y Tradiciones Populares*, 70(1), 187–203.
 - Pieper M., & Bauer, R. (2005). Call for papers: International conference on polyamory and mono-normativity. University of Hamburg, 5–6 November. <http://www.wiso.uni-hamburg.de/index.php?id?3495> (accedido el 26-08-2016).
 - Platero Méndez, R. (2007). Entre la invisibilidad y la igualdad formal: perspectivas feministas ante la representación del lesbianismo en el matrimonio homosexual. En A. Simonis (Ed.), *Cultura, Homosexualidad y Homofobia. Vol II. Amazonia: retos de visibilidad lesbiana* (pp. 85–106). Madrid: Laertes.
 - Platero, R. (Lucas). (2014). *Transexualidades. Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.
 - Preciado, P. B. (2014). Procreación políticamente asistida. *Parole de queer*. <http://paroledequeer.blogspot.pt/2014/04/procreacion-politicamente-asistida-por.html> (accedido el 26-08-2016).
 - Savigny, F. C. (1851). *Tratado de derecho romano Vol. VIII*. Paris: Institut de France.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- Spade, D. (2015). *Una vida normal*. Barcelona: Bellaterra.
- Suess, A. (2010). Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. En *El género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 29–55). Barcelona y Madrid: Egales.
- Trujillo, G. (2016). Mi cuerpo es mío: parentalidades y reproducción no heterosexuales. *Viento Sur*, 146(1992), 61–68.
- Vasallo, B. (2015). *Limits, boundaries and borders: frontex questioned from a queer non-monogamous perspective*. Coimbra: Keynote at 1st International INTIMATE Conference “Queering Partnering.” http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/canalces/14097_brigitte_vasallo.mp4 (accedido el 26-08-2016).
- Warner, M. (1991). Introduction. Fear of a Queer Planet. *Social Text*, 29, 3–17.
- Wittig, M. (1992). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona y Madrid: Egales.

Parte 2

Desesta-
bilizar os
gêneros e
as sexua-
lidades

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

Trânsitos de Gênero

leituras queer/trans da potência do rizoma gênero*⁴²

*“Eu é que estou escutando o assobio no escuro.
Eu que sou doente da condição humana.
Eu me revolto: não quero mais ser gente. Quem?”*

Clarice Lispector, *Água Viva*

0. Desidentificações e primeiras impressões

Começamos pelo detrás do título, do avesso, como se queer⁴³ fosse português e quisesse dizer deslizar categorias, gêneros, identidades e desejo que se complexificam, tornando-se mais tortas, mais invertidas, deslizando como ácido numa pedra e corroendo-a um pouco, deixando rasto, marcando a pedra. Um queer antes demais sensibilidade e traço, não identidade, mas antes um traço de uma desidentificação (Muñoz, 1999): um modo de apropriar e reconstruir um texto culturalmente

42. Este texto foi anteriormente publicado na obra de Leandro Colling (2016). Ativismo das dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA e é republicado aqui com alterações.

43. E por isso não vou o grafar em itálico. Vou mantê-lo como se fosse português.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

codificado que é ressignificado, para passar a expôr os termos universalistas e de exclusão dessa mensagem, enquanto se apropria o texto para que este passe a dar conta e a incluir identidades e identificações de minorias. Com Gayatri Spivak (2014), podemos apreender um método de descolonização, para mim des-heterossexualização⁴⁴ que também pode ser queer, usando Frantz Fanon como exemplo: quando Fanon (1967) descreve a sua própria reação à frase de uma menina francesa branca assustada, ao vê-lo em França, recém chegado da Martinica “Mãe, olha o *preto*” - subsumir toda a sua identidade a ser um negro que é tido como um insulto numa ideologia racista e colonial, sobretudo no país colonizador. Similarmente, o insulto homo e transfóbico produz o mesmo tipo de efeitos. A reação de Fanon foi proceder a um esforço de analisar e lutar contra a descolonização. Encontramos aqui outro paralelismo com o movimento queer - ir entender os processos de heterossexualização do mundo e desconstruí-los. Por fim, o importante capítulo que Fanon dedica a Hegel neste livro, desmontando-lhe o eurocentrismo, o que permite, segundo Spivak (2014) aprender que “a lição de Fanon é que se usa o que os senhores [coloniais] desenvolveram e vira-se do avesso, para que sirva os interesses de quem foi escravizadx ou colonizadx” (p.61). Ou como alude Spivak (2012), a necessidade e a importância da sabotagem. Esta lição é fundamental para os ativismos e teoria queer, da necessidade de virar uma teoria ou uma frase ou o que seja do avesso para a usar de que forma a que sirva os interesses de quem foi colonizadx pelas normas de género e de heteronormatividades.

Nas propostas queer ou feministas queer, estamos sempre no domínio da sabotagem que pode ser *hackear*, piratear, reciclar,

44. Usada aqui no sentido que Butler (1992) dá regime de heterossexualidade hegemónica.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

em produzir teoria *bandita* (Singer, 1993), que vai cozinhar e devorar (Colling & Pelúcio, 2015 a recorrerem à metáfora antropofágica de Oswald de Andrade), infectar com a marca do hífen (Oliveira, 2014). Do queer, precisamos de professar a nossa dificuldade de tradução da palavra, mas gostamos de lexicalizá-lo no português, língua creolizada, espaço intermédio entre o colonializado e o império na sua posição de semi-periferia, entre Caliban e Próspero, na figuração de Boaventura de Sousa Santos (2003). Esse português, língua semi-periférica, não tem queer, nem cuir, nem sequer kuir, mas nada nos impede, pois não consta que tenhamos que obedecer aos dicionários. Lexicalizemos o queer, tiremo-lo da sua gramática política inicial e usemo-lo noutros sistemas linguísticos (Spivak, 2012), adaptando-o, comendo-o. Vamos engoli-lo, degluti-lo e transformá-lo dentro de nós, do espaço que definimos como nossa cultura, esse rizoma que não acaba nunca.

Tal como o espanhol também não temos queer, como reflete Juan Pablo Sutherland (2009) mostrando nuances estéticas (manipulações em torno do identitário pela hiperbolização, metaforização do estigma e neo-barroquização da identidade como um lugar de fuga da violência) e políticas (assentes na ideia de que a identidade se dissolve numa hiper identidade - maricas, urso, bicha, fufa, travesti) desse queer que não temos em português. Esta distinção é particularmente importante pois permite a produção de políticas pós-identitárias e de modos de resistir à normalização e à domesticação neoliberal do bom sujeito/cidadão homossexual (Richardson, 2005), preocupação em muitas sociedades ocidentais e em determinadas classes sociais. Contudo a experiência de um mundo muito maior, de um Sul global e de diversas classes, 'raças', grupos culturais levam-nos a cruzar o queer também com outras dimensões e outras relações de poder. E se fizéssemos como Tim Stüttgen (2014), uma hifenização dos saberes e

GÊNEROS E SEXUALIDADES

experiências e pusessemos o A de BlAck no meio de Queer e isso desse Qu*A*re? Imaginar queer deve ser também a capacidade de o pensar a partir de epistemologias do sul (Santos, 2014), a partir de um posicionamento que recusa o eurocentrismo e o ocidentalismo na produção dos saberes/poderes/praxis que surgem a partir das lutas contra o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado – que eu prefiro aqui definir como as normas de gênero, permitindo aludir simultaneamente às sexualidades, ao gênero, à sua interseccionalidade e ao controle e policiamento das expressões de gênero. Assim, as epistemologias do Sul (Santos, 2014) são para além de geográficas, relativas a modos de conhecimento que produzem a dessubjugação do conhecimento e as modalidades tradicionais da sua legitimação, conhecimentos que servem grupos e movimentos sociais, em vez do desperdício de conhecimentos e do epistemicídio que resulta na supressão do conhecimento subordinado pelos conhecimentos colonizadores ocidentais. Este desperdício e este verdadeiro epistemicídio aconteceu com os saberes queer, feministas e trans, como reconhece Susan Stryker (2006), na análise que propõe, a partir de Michel Foucault, da dessubjugação dos saberes trans. Este texto inscreve-se nesta genealogia da dessubjugação e da luta contra o epistemicídio, que o pensamento *straight* (Wittig, 1992), ou hegemônico heterossexual promove e que colonizou toda a academia e mesmo o pensamento da esquerda.

Este texto tem vários sinais diacríticos como o -, o *, ou o uso de x's no meio das palavras, para criar a indeterminação de gênero, simultaneamente um desejo de abarcar mais e desejo de complexificar, de ir desnaturalizando a linguagem como maneira de ver nela uma performatividade que instala a ilusão de uma metafísica da substância (Butler, 1992). Refiro-me sobremaneira ao uso da expressão trans*. Em trans*, como mostra Lucas Platero (2014), a adição do * alude à necessidade

INTERSEÇÕES E TANGENTES

de assinalar uma heterogeneidade de corpos, identidades e vivências para lá das normas socialmente impostas. Este uso implica pois um trabalho ativo de sabotagem da norma, dar visibilidade no texto e na vida, à norma e à expressão de género que a ressignifica. Precisamente o meu objetivo aqui: sabotar o sistema de pensamento sobre os processos de produção do género, tomando como ponto de partida, não os indivíduos que são conformes à norma de género, mas aqueles que apresentam performances subversivas de género (Butler, 1990). Ou seja, conceptualizar os processos de constituição do sujeito genderizado a partir de sujeitos trans*, em vez de recorrer às pessoas que (aparentemente) se situam e se posicionam na norma, como normativas.

Trata-se pois de um questionamento queer que não presume nenhuma equivalência entre género, identidade e desejo, e que pelo contrário, os encara como um deslizamento, uma não continuidade. É também de um questionamento a partir de uma epistemologia trans* que duvida da continuidade essencial da diferença sexual como grande narrativa para as teorias do género. Assim proporemos também uma dimensão ontológica do género, a partir da sua dupla constituição enquanto norma e expressão (Butler, 1990), para além de nos referirmos às dimensões do exercício da violência e morte das populações trans*.

Necropolíticas, potência e potestade de género: Espinosa polindo nossas lentes

Antonio Gramsci (1992: 371), a partir da prisão, avisa:

‘A crise consiste precisamente no fato de que

GÉNEROS E SEXUALIDADES

enquanto o velho está a morrer, o novo ainda não pode nascer; neste interregno surge uma grande variedade de sintomas mórbidos’.

Esta análise do modo como a inovação e a mudança se interligam com as estruturas já existentes, gerando uma situação de atrito e de conflito, pode ser aplicada ao caso do género. Pensemos nos movimentos contra o ensino e a produção de conhecimento sobre género, que recusam a difusão e disseminação do conceito nos programas escolares e na educação, que hoje em dia estão presentes em vários países. Manifestações organizadas contra o género (o que quer que isso queira dizer), que se juntam a objectivos políticos de impedir legislação sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, estatuto familiar centrado exclusivamente no casal heterossexual, com o propósito de suscitar o impedimento de casais do mesmo sexo em adotar crianças.

Contraste-se este movimento conservador e fundamentalista das normas tradicionais de género com aquilo a que Judith Butler (2005) chamou de Novas Políticas de Género, ligados aos movimentos transgénero, transexual, intersexo e as suas relações com o feminismo e a teoria queer. De fato, como Butler (2005) mostra, a relação entre as singularidades e as normas é de tensão: um ‘eu’ que constituído pelas normas, mas que se esforça por manter uma relação crítica e transformadora com elas. Esta tensão tem uma profunda relação com o reconhecimento de humanidade: “*Posso sentir que sem alguma forma de reconhecimento não posso viver. Mas também posso sentir que os termos através dos quais a minha vida é reconhecida tornam a minha vida invivível*” (Butler, 2005: 4). Ou seja, trata-se de uma tarefa que pode ser lida como alargar o âmbito de reconhecimento do humano para incluir pessoas que necessitam de reconhecimento para

INTERSEÇÕES E TANGENTES

lá das normas dimórficas e binárias do género. O facto de países como a Argentina e Malta já terem legislação completamente assente na autodeterminação das pessoas para efeitos do reconhecimento legal do género já é uma evidência dos impactos destas problematizações trazidas pelos movimentos sociais, pelos estudos de género e teoria queer e por outrxs aliadxs.

A emergência destes movimentos e das suas reivindicações (o novo) e a existência de grupos, instituições, estados e religiões que põem em causa qualquer possibilidade de resignificação das relações sociais de género traduzem esta crise a que alude Gramsci, que é marcado pelas dificuldades acrescidas ao novo em emergir, pela resistência do velho em desaparecer. Os sintomas de morbidez, a que se refere Gramsci, são marcados por duas lógicas a que iremos aludir: uma lógica ideológica, marcada por uma maneira de ver o género naturalizado como sexo e como tal, sem possibilidade de mudança e com consequências para a manutenção de um modelo de família muito tradicional, falsamente tido como maioritário, centrado no casal heterossexual reprodutor, com uma divisão sexual do trabalho clássica e que parte do contrato/sacramento casamento, que vai alimentar imaginários religiosos e conservadores, heteronormativos, misóginos e transfóbicos. Este modelo é apregoado como estando em risco e as formas de diversidade familiar são tidas como ameaçadoras ao modelo e capazes de o pôr em causa e por isso devem ser contidas e controladas, quando não mesmo banidas, como é evidente nas leis familialistas, sem terem em conta a diversidade de formas de organização familiar e relacional.

Por outro lado, a lógica da violência, simbólica ou não, sobre a diversidade do género, através do exercício de violência e mesmo de assassinato contra pessoas queer e trans*.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

De acordo com Balmer & Hutta (2012), no Relatório da TransgenderEurope, o caso do Brasil é o pior dos casos contabilizados (sempre subestimados) sendo o país do mundo com mais casos noticiados de assassinato contra pessoas trans* até 2011. Estes números, obtidos neste relatório, mostram que no Brasil ocorreram 50% (325) dos homicídios de pessoas trans* na América do Sul e Central (644) e 39% dos homicídios de pessoas trans* em todo o mundo (831), dados do período entre 2008 e 2011. Berenice Bento (2014) descreve a situação do Brasil como transfemícidio, ou seja, como uma política de eliminação intencional, disseminada e sistemática desta população e que apresenta características distintivas como sejam as mortes ritualizadas, que ocorrem no espaço público, em situação de impunidade por parte do Estado, constituindo uma espetacularização exemplar que se constitui como preventiva. No caso português, a morte de Gisberta Salce Júnior⁴⁵, mulher trans brasileira imigrante, no Porto, às mãos de jovens rapazes institucionalizados numa instituição religiosa, descrevi-a anteriormente (Oliveira, 2014), recorrendo à idéia de necropolítica (Mbembe, 2003) e de necropolítica queer (Puar, 2007; Haritaworn, Kuntsman & Posocco, 2014). A necropolítica é uma forma de soberania assente na “*instrumentalização generalizada da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações.*” (Mbembe, 2003: 14). Enquanto Foucault (2006) se centrou na biopolítica e no biopoder, o foco na necropolítica implica determo-nos, como explicam Haritaworn et al (2014), em determinadas populações são sujeitas a um *overkill* (um excessivo número de homicídios, como é o caso da população trans* no Brasil e noutros países) o que coloca

45. Sobre quem Maria Bethânia canta “A Balada de Gisberta”. A história cruel de Gisberta com espancamento, tortura e afogamento da qual resultou a morte, deu origem a uma campanha quer nacional, quer internacional, “Justiça para Gisberta”, que será uma das primeiras de Transgender Europe contra violência anti-trans.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

essas populações numa ontologia de quase vida, dada a vulnerabilidade dessas populações ao necropoder. Puar (2007), na sua consideração sobre necropolítica queer, acrescenta as dimensões da radicalização e da classe: para alguns/mas, certos Estados reservam o casamento e a família, enquanto outras pessoas são aguardadas num campo de refugiados, enviadas para os seus países de origem quando pedem asilo político por conta da sua sexualidade ou por outras razões. Ou simplesmente deixadas morrer no Mediterrâneo. Assim, a necropolítica, queer, trans* e outras, fazem parte da democracia e constituem-na (Haritaworn et al, 2014), através de mecanismos legais, de desproteção, de encarceramento e de negligência, que se revelam mundos de morte, isto é,

“novas formas de existência social onde vastas populações são sujeitas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos”
(Mbembe, 2003: 39).

Estes movimentos que revelam o sintoma da crise do sistema de género compactuam, legitimam e fundamentam tais políticas e por isso se torna cada vez mais necessário um vigoroso combate aos seus ideários, dado que podemos ler as normas que representam e que pretendem ver cumpridas como o re-envio de ainda mais pessoas queer e trans* para estes mundos de morte, onde pela marca da vulnerabilidade possam ser deixadas nas garras do necropoder. Contudo este modelo que precinizam do género como forma de conformidade e opressão de outrxs só conta uma parte da história do género. Os sintomas mórbidos de Gramsci querem mesmo dizer morte.

Regressemos por momentos, a Baruch Espinosa, pelas mãos de Antonio Negri (2013) e de Judith Butler (2015). Ambxs defendem a tese de que há uma leitura profundamente

GÊNEROS E SEXUALIDADES

anti-individualista de Espinosa que encontra em Deleuze um dos seus primeiros expoentes. Butler (2015) argumenta a partir da ideia de que a *Ética* de Espinosa defende uma visão da categoria de vida como uma que não pode ser entendida de forma individual, até porque de acordo com Espinosa, o *conatus* (o esforço que cada coisa faz para perseverar no seu ser) é aumentado ou diminuído em função dos encontros com os outros. Assim, Espinosa estaria a advogar, na óptica de Butler, que a singularidade está implicada nas singularidades de outrxs e que como tal, o desejo da vida põe a singularidade do eu em questão, dada esta importância dx Outrx. Quando Espinosa se move da ética para a política, este projeto é claro, pois como propõe também Negri (2013) é marcado pela socialidade que não é mutuamente exclusiva ou oposta à singularidade; pelo contrário, a socialidade apropria-se da singularidade, desapossa-a e ao mesmo tempo, a singularidade limita as possibilidades totalizantes do social, mas que assume a sua especificidade no contexto em que é gerada, ou seja, na socialidade. Negri (2013) defende a tese de que a partir da consideração desta tensão entre socialidade e singularidade, a multidude é um dos *loci* teóricos de Spinoza a que vai dar maior importância, distinguindo entre ser-multitude, isto é, a composição fenomenológica da multidude como um conjunto de singularidades a partir de um princípio de utilidade; e fazer-multitude, um processo material e coletivo dirigido por uma paixão. Esta multidude é a origem da Lei e do Estado, a fonte da soberania e constrói uma ideia de cidadania multitudinária e a sua potência reside nas diferenças entre singularidades. Paul B. Preciado (2011) recorre precisamente a este ideia das multidudes queer como o sujeito possível da política queer:

“Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”.” (p.18)

Nota-se de forma bastante clara o impacto das ideias de Espinosa e a sua relevância para um pensamento queer. O contributo de Espinosa pode ser muito útil igualmente noutro contexto, o contexto da constituição do sujeito genderizado, como irei mostrar.

Se pensarmos na teoria da performatividade de género, proposta por Butler (1990), é preciso entender que existe uma relação complexa entre normas e expressões de género, em que a norma, que é constituído pela repetição e pela citacionalidade das performances, vai por sua vez, condicionar o modo como essas expressões são legíveis e reconhecíveis à luz dessas normas de inteligibilidade, se a falha da performance (que sempre ocorre) não desconstrói a pseudo interioridade e especialização do género. Poderíamos decompor sem opor, pois não se trata de um antinomia, mas de uma relação de interdependência e de tensão criativa, estas maneiras de olhar para o género enquanto expressão, enquanto possibilidade, enquanto promessa, condicionado por uma outra forma de género, decorrente da repetição e citacionalidade da primeira, mas que impõe este modo de representação do género como normativo. Simultaneamente a teoria de Butler nos permite olhar para um género que é ativamente feito e criado, mas que está sempre significado por determinadas normas de género. Esta distinção permite-nos avançar para considerar processos mais vastos de significação do poder e que dão razão a Patricia Porchat (2015) quando afirma a clara influência no trabalho de Judith Butler.

E aqui Espinosa é um filósofo muito pertinente para a teoria do género na sua distinção entre poder como *potentia* e poder como *potestas*. Para Espinosa, o poder não pode ser entendido simplesmente de uma forma simples, como um exercício de força sobre outrem. Na sua aceção *potestas*, é um poder ligado a uma concepção de comando, uma faculdade, implicando a capacidade de agir e criar efeitos, um poder que está ligado à possibilidade de ser usado ou inibido, portanto uma concepção transcendente do poder. O poder *potentia* implica o uso e exercício da força em acto, localizado, um poder que é imanente e onde se coordena desejo subjectivo e construção. Esta distinção foi já usada em relação ao género por Rosi Braidotti (2011), mas no meu caso pretendo localizá-la em relação às teses butlerianas, em que a *potestas* está claramente ligada às normas de género que estão sempre em relação com o género imanente, a *potentia* de género que tem que ver com a expressão do género no concreto, que é claramente afectada pelas normas, que são limites à ação do género. Esta é uma concepção do género que é simultaneamente a norma e o que está para lá da norma. O conceito de potência de género é particularmente útil para compreender determinadas incorporações da norma e das suas ressignificações, profundamente ligada ao corpo e aos usos do corpo e implicando um pensamento que vê no género simultaneamente ação e limite da ação. Contudo implica passar a pensar-se o género num outro quadro ontológico.

Trânsitos de género: passos para uma ontologia

Denise Riley (1988) pergunta-se se é possível habitar um género sem um certo grau de horror. Tenho dificuldade em

INTERSEÇÕES E TANGENTES

não dar uma resposta negativa a esta dúvida. Uma resposta a este questionamento implica uma curta viagem aos primeiros usos do conceito (ver Oliveira, 2013), nomeadamente ao trabalho de John Money que funda o conceito como uma alternativa à ontologia do sexo como natural, imutável e dimórfico. De facto, desde o início, que o género tem uma relação com as pessoas trans* e intersexo, dado que o conceito foi criado para precisamente servir de sustentação a uma terapia comportamentalista de reprogramação do género, isto é, a um trabalho que visava que crianças intersexo ou que tivessem sofrido algum acidente na sua genitália, se recondicionassem para viver no outro sexo. Assim, cria-se a identidade de género, que para Money, Hampson & Hampson (1957), se constitui como a expressão privada do género, um aspeto fundamental da existência e que tende a confluir para uma expressão pública, entendida como o papel de género, que envolve dimensões de reconhecimento social e cumprimento de expectativas sociais de conformidade. Esta identidade de género, que implica transferir para a esfera da psicologia o que antes era tido como um discurso da natureza e que por isso pertencia ao domínio da biologia, implicou uma série de implicações, a meu ver, que passo a enunciar:

- 1) individualizar o género, que passa a ser descrito como uma identidade;
- 2) resgatar o sexo do domínio estrito da biologia para operar sobre ele tecnologicamente (Preciado, 2008);
- 3) produzir técnicas de programação de género aplicáveis às pessoas com um género não conforme ao sexo.

Estas implicações, conforme também analisa Anne Fausto-Sterling (2000) decorrem também do sobre-investimento

GÊNEROS E SEXUALIDADES

ideológico que Money faz no dimorfismo de género. A diferença sexual continuou a ser a ontologia do género, sendo entendida de um modo transcendente aos sujeitos, que mesmo que apresentando identidades de género que possam ser distintas de um sexo biológico, são necessariamente reguladas por um sistema dicotómico e polarizado: masculino e feminino. E se pensarmos na diferença sexual como uma produção do género, como faz Butler (1990), pensando o sexo como uma representação desde logo marcada pelo género, em que o sexo se apresenta como dicotómico porque as normas de inteligibilidade do género assim o determinam. O que é corroborado pelos trabalhos de Fausto-Sterling (2000), que mostra como Money investe no modelo dimórfico do sexo, sem nunca ter em conta que o modelo dualista implica sempre a ideia de um sexo essencial que pre-existe o sujeito, sem entender o modo como os sistemas de inteligibilidade socialmente construídos do sexo (necessariamente género) são determinados pelas dinâmicas societais. Para Fausto-Sterling (2000), os sistemas de género estão em mudança e como vimos, há ampla evidência disso. As mudanças tecnológicas, mudanças nas tecnologias de género (Lauretis, 1987), implicam também que o horizonte de possibilidade se alargou, o que para esta autora, implica que estaremos a sair de uma era do dimorfismo sexual para entrarmos num modelo da variedade, da diversidade para além dos dois sexos. Argumento aqui também a favor dessa diversidade.

Simone de Beauvoir (1975) é uma das nossas guias. Apesar de recorrer à ideia de relações sociais de sexo, é possível afirmar que o pensamento de Beauvoir se inscreve numa tradição a que hoje chamamos Estudos de Género. Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir procede uma separação entre as ideias da diferença entre os sexos, para separar as mulheres de um destino social que é discursivamente construído como biológico.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Esta clarificação permitiu-lhe também evidenciar que é no domínio das relações sociais que se pode tratar a questão da desvalorização das mulheres face a um referente universal androcêntrico – o homem como peso e medida do humano. Assim, a desnaturalização que Beauvoir propõe recorre ao suporte de uma nova ontologia para substituir a antiga ontologia da diferença essencial entre os sexos: o devir mulher. A importante lição de Beauvoir do não se nascer mulher, tornar-se mulher, concretiza a ideia da permanente construção do género. Ora pegando nessa ideia de tornar-se mulher ou ir-se tornando mulher, não significa como afirma Butler (1990) que quem se torne mulher o faça por sua e espontânea vontade, mas sim por uma compulsão cultural para o fazer, e que quem se torne mulher seja necessariamente do sexo feminino. Estas questões remetem-nos para o plano fundamental do género descrito como um processo, um devir, um ir-se tornando.

Esta concepção do género como um devir também deve ser pensado no âmbito de uma reflexão mais geral sobre os usos do conceito de género que implica ver nele um rizoma (Deleuze & Guattari, 2007) em vez de um conceito, ou seja, implica pensar o género numa multiplicidade de propostas científicas, artísticas, culturais e políticas, ligadas entre si de formas inesperadas, com linhas de fugas e processos. Em vez de procurar definir qual é o género, pensamos o género como os géneros, inúmeras possibilidades, multiplicidades e diferentes posições sócio-políticas. Seguindo as propostas de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2007),

“qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, e tem de sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto de ordem. (...) Num rizoma (...) cada linha não aponta

GÊNEROS E SEXUALIDADES

necessariamente para um traço linguístico: eles semióticos de qualquer natureza são conectados com os modos de codificação muito diversos, eles biológicos, políticos, económicos, etc.” (p. 25-26).

Mais do que definir e concretizar um género, pensemos a sua teorização e a sua prática rizomaticamente. Igualmente é importante concretizar como esses elos se ligam com práticas sociais, teorias e terapêuticas biopsicossociais e a mecanismos de legitimação diferenciados.

O género é/são muitas teorias da complexidade, o que implica igualmente uma atenção aos devires e sobre devires. Deleuze & Guattari (2007) dizem:

Como é que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não seriam relativos, perpetuamente em ligação, apanhados uns nos outros? A orquídea desterritorializa-se ao formar uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa reterritorializa-se sobre esta imagem. A vespa desterritorializa-se, no entanto, tornando-se ela própria uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas reterritorializa a orquídea, ao transportar-lhe o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma enquanto heterogéneas. Poder-se-ia dizer que a orquídea imita a vespa de que ela reproduz a imagem de maneira significativa (mimese, mimetismo, fingimento, etc.). (p. 29)

O rizoma género são vespa a devir orquídea, orquídeas desterritorializadas em vespa. E assim podemos pensar que uma ontologia do género, relida a partir destes quadros teóricos, pode ser uma ideia de transito, de devir, de viagem. Em vez de

INTERSEÇÕES E TANGENTES

querer saber quem é/o que é a vespa ou a orquídea, porque não centrar a análise no trânsito? Na possibilidade de um ponto de vista psíquico e psicossocial atravessarmos o arco-íris do género, marca da diversidade humana e podermos pensar, sentir, agir, ser afectados a partir de pontos diferentes dessa constelação? Ou seja, a minha proposta assenta essencialmente na crítica à necessidade de constância do género, que é mais conceptual do que vivencial e mostra o género como um exercício bem mais fluido (apesar necessariamente da vigência das normas de género) do que se imagina nos modelos mais estruturais do género. Que implica este trânsito entre orquídeas e vespas, entre seres e figurações, um trânsito que reflete a relação do sujeito com as normas de se tornar sujeito, mas também com a melancolia de género e consequente forclusão da impossibilidade de se ser outrx (Butler, 1997).

Na minha perspectiva, e ligando diretamente o trânsito de género à potência e ao *conatus*, esse esforço de perseverar na sua existência (Chauí, 2006), pode ser lido como um esforço para perseverar naquilo que sentimos que somos e que é condicionado pelas normas de inteligibilidade de género. O processo de constituição de sujeitos, sendo constituído pela conformidade face às normas (Butler, 1997), não tem como implicação que haja um sexo prévio ao género. Assim não se trata de uma suposta consonância entre sexo e género, pois o género não tem nenhuma relação com o sexo a não ser a de o constituir como “matéria”. Há antes um tratamento social que encontra marcadores estéticos que presumem a constância, estabilidade e homologia do sexo em relação ao género. É impossível não ver nesta constância do género um simulacro que cria a aparência de substância do sexo que é sempre género. Assim tanto sujeitos trans* como sujeitos não trans* apresentam processos de trânsitos de género. O que as distingue são o recurso a diferentes tecnologias de género

GÉNEROS E SEXUALIDADES

(Lauretis, 1987), diferentes modos de tornarem esse género em matéria. Não me parece haver nenhuma distinção ontológica ou essencial entre pessoas trans* e pessoas não trans, deste ponto de vista, de todas viajarem pelo espectro dos géneros, e daí não recorrer ao prefixo cis⁴⁶ para identificar as últimas. As pessoas trans* recorrem a tecnologias de género variadas consoante o modo como fazem a sua expressão de género e mais uma vez a diversidade é muito grande: há pessoas trans* que se identificam com um género que querem ser, há pessoas trans* que não pretendem uma identificação normativa de género. Os sistemas categoriais de género são sempre insuficientes para transmitir a complexa e contraditória rede de identificações, desidentificações, tecnologias de género, performances.

Assim tomo como figuração desta ideia do género a figura da pessoa trans*. E é através da figuração trans*, que o género pode ser pensado a partir de um balanço que cruze simultaneamente a sua dimensão normativa do poder *potestas* com a sua dimensão *potentia*, que permite a operação desse poder. No caso das pessoas trans*, o Estado e a sociedade passam a ter presente e a ter que efectivamente lidar com pessoas abertamente em inconformidade com o género que lhes foi socialmente atribuído. A sua expressão de género não se atem nem se adequa às normas sociais, o que acarreta os terrores de uma necropolítica trans* com a que a democracia liberal só feita para quem não é se descarta de quem não cumpre as normas. O trânsito do género coloca em causa um aspecto essencial: a ilusão da imutabilidade e da constância do género.

46. Esse prefixo é usado por grupos dentro do movimento trans* com determinadas dimensões políticas. Contudo no espaço desta teoria, a ideia de cis esconde mais do que revela, dado que as pessoas não trans* também recorrem a tecnologias de género e viajam no espectro dos géneros.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Ao exporem-na/exporem-se, sujeitos trans* mostram ao resto do mundo a sua própria ontologia do gênero num espelho. E muitas vezes, à violência por revelarem o gênero em todo o seu esplendor: artifício, tecnologia.

Retome-se Espinosa. Marilena Chauí (2006) destaca a dimensão profundamente crítica do individualismo na qual Espinosa opera: mesmo a ideia de mente humana e de corpo humano implicam relacionalidade, intensificação ou diminuição do *conatus*. Essa potência interna que define a singularidade individual encontra expressão na ideia de que é o desejo (*cupiditas*) que podemos pensar como essência do humano quando determinado a fazer algo, em virtude de um afecto. Ou seja, o que Espinosa propõe é uma teoria dos afectos, aquilo que nos afecta e como podemos afectar os outros e esses afectos são os que nos permitem aumentar/diminuir a intensidade do *conatus*,

Chauí (2006) diz a partir de Espinosa:

“Dizemos que um ser é livre quando, pela necessidade interna de sua essência e de sua potência, nele se identifica sua maneira de existir, de ser e de agir. A liberdade não é, pois, escolha voluntária nem ausência de causa (ou uma ação sem causa), e a necessidade não é mandamento, lei ou decreto externos que forçariam um ser a existir e agir de maneira contrária à sua essência. Isto significa que uma política conforme à natureza humana só pode ser uma política que propicie o exercício da liberdade e, dessa maneira, possuímos, desde já, um critério seguro para avaliar os regimes políticos segundo realizem ou impeçam o exercício da liberdade.” (p. 119).

Assim, ao usar esta teoria para pensar o género estamos a optar por uma teoria não individualista, baseada na relação dialógica de um psiquismo em relação figura fundo com o social, com uma significação política e que não presume uma constância ou uma identidade. O *conatus* é uma força da potência da singularidade, que é aumentado ou diminuído em razão do diálogo com o social, afectos inibitórios ou potenciador.

Conclusão - Corpos em luta

Este trabalho é um passo inicial numa analítica do género, que recorre ao trabalho de Butler sobre a subjectivação do género como epistemologia do género e ao trabalho de Espinosa para pensar a sua ontologia. A minha preocupação foi retratar o modo como esta epistemologia requer uma ontologia baseada na ideia de trânsito e de como a inconformidade às normas de género é o terreno indicado para pensar conceptualmente estes processos de subjectivação. Igualmente, tive a preocupação de pensar esta proposta a partir de uma perspectiva queer e trans*, assumidamente pós-identitária, para mostrar como o género pode ser definido a partir de um plano grupal, mas antes a partir de uma singularidade que é balizada pelos limites que o social lhe impõe. Partilho com Donna Haraway (2002), a ideia de que

“Não existe nada no facto de ser fêmea que vincule naturalmente as mulheres. Não existe sequer o estado de ser fêmea, uma categoria em si mesma altamente complexa, construída em contestados discursos científico-sexuais e noutras práticas sociais. A consciência do género, raça ou classe é uma conquista que nos é imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais

INTERSEÇÕES E TANGENTES

contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. E quem conta como ‘nós’ na minha própria retórica?” (p. 232).

Este ‘nós’ é sempre e antes de mais, uma experiência de aliança política e não de nada que anteceda a criação deste coletivo, não há uma identidade essencial, há política e as identidades são sempre e desde logo, políticas. Este ‘nós’ são os corpos na rua na luta, o corpo da multidude e não nenhum contrato anterior ou nenhuma identidade primordial.

Para Butler, a filosofia de Espinosa é (2015) como uma ética que

“reconhece que uma vida desejante significa desejar a vida para si, um desejo que implica a produção de condições políticas para a vida e que permita alianças regeneradas que não tenham uma forma final, nas quais o corpo e os corpos, na sua precariedade e promessa, naquilo que até poderia ser chamado da sua ética, se incitem uns aos outros para viver.” (p.89).

Assim este meu projeto analítico implica precisamente um pensar de forma queer e trans* a política do género, os corpos, os desejos na *polis*. Ligar a teorização contemporânea do género ao trabalho de um polidor de lentes do século XVII implica também recorrer a fantasmas. Estas propostas implicam invocar estes passados para nos ajudarem a desbloquear os nossos futuros presos e pendurados na crise do género, quando as teorias, tal como a praxis, devem incitar estes desejos de que Butler fala, expresso na ideia de perseveração na singularidade do *conatus* de Espinosa e não olhar para o género como uno, para que este ser gente de Lispector no epígrafe possa abrir-se à multidude das gentes.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Referências

- Balzer, Carsten & Hutta, Jan Simon (2012). *Transrespect versus transphobia worldwide - A Comparative Review of the Human-rights Situation of Gender-variant/Trans People*. Berlim: Transgender Europe.
- Beauvoir, Simone de (1975). *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand
- Bento, Berenice (2014). Brasil, país do transfemínido. Artigos e resenhas do *Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos*. link: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf
- Braidotti, Rosi (2011). *Nomadic theory: the portable Rosi Braidotti*. New York: Columbia University Press.
- Butler, Judith (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1992). *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1997). *The psychic life of power: theories on subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- Butler, J. (2005). *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2015). *Senses of the subject*. New York: Fordham University Press.
- Chauí, Marilena (2006). Espinosa, poder e liberdade. In Atilio Boron (ed.). *Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Colling, Leandro & Pelúcio, Larissa (2015). Deslocamentos antropofágicos ou de como devoramos Judith Butler. *Periódicus*, 3, 1-6.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2007). *Mil Planaltos: Capitalismo e esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Fanon, Frantz (1967). *Black skin, white masks*. London: Pluto.
- Fausto-Sterling, Anne (2000). *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic books.
- Gordon, Avery (2008). *Ghostly matters: haunting and sociological imagination*. Minneapolis, MN: Minnesota University Press.
- Gramsci, Antonio (1992). *Selections from the Prison's Notebooks*. New York: International Publishers.
- Haraway, Donna (2002). O manifesto ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX. In Ana Gabriela

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Macedo (Ed). *Género, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia.
- Haritaworn, Jin, Kuntsman, Adi & Posocco, Silvia (2014). Introduction. In Jin Haritaworn, Adi Kuntsman & Silvia Posocco (Eds.) *Queer Necropolitics*. New York: Routledge.
 - Lauretis, Teresa (1987). *Technologies of Gender*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
 - Lispector, Clarice (2012). *Água Viva*. Lisboa: Relógio d'Água.
 - Mbembe, Achille (2003). Necropolitics. *Public Culture*, 15, 11-40.
 - Money, John, Hampson, John G. & Hampson, Joan L. (1957). Imprinting and the Establishment of Gender Role. *Archives of Neurology and Psychiatry*, 77, 333-336.
 - Muñoz, José E. (1999). *Desidentifications: queers of color and the performance of politics*. Minneapolis, MN: Minnesota University Press.
 - Negri, Antonio (2013). *Spinoza for our time*. New York: Colombia University Press.
 - Oliveira, João M. (2013). O rizoma 'género': cartografia de três genealogias. *E-Cadernos do CES*, 15, 3 -54.
 - Oliveira, J. M. (2014a). A necropolítica e as sombras na teoria feminista. *Ex aequo*, 29: 69 - 82
 - Oliveira, J. M. (2014b). Hyphenations: the other lives of feminist and queer concepts. *Lambda Nordica*, 2014, 38-59.
 - Porchat, Patricia (2015). Um corpo para Judith Butler. *Periodicus*, 3, 37-51.
 - Platero, Lucas (2014). *Trans*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.
 - Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, 19, 11-20.
 - Preciado, B. (2008). *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa.
 - Puar, Jasbir (2007). *Terrorist Assemblages: homonationalism in queer times*. London: Duke University Press.
 - Richardson, Diane (2005). Desiring Sameness? The Rise of a Neoliberal Politics of Normalisation. *Antipode*, 37, 515-535.
 - Riley, Denise (1988). *Am I That Name?": Feminism and the Category of "Women" in History*. London: Macmillan, 1988.
 - Singer, Linda (1993). *Erotic Welfare: sexual theory and politics in the age of epidemic*. New York: Routledge.

GÉNEROS E SEXUALIDADES

- Sousa Santos, B. (2014). *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Sousa Santos, Boaventura (2003). Between Prospero and Caliban: Colonialism, post-colonialism and inter-identity. *Luso-Brazilian Review*, 34, 9-43.
- Spivak, Gayatri C. (2012). Harlem. In *An Aesthetic Education in the Era of Globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press. (p. 399- 428).
- Stryker, Susan (2006). (De)Subjugated Knowledges: an introduction to Transgender studies. In Susan Stryker & Stephen Whittle (Eds.). *The transgender studies reader*. New York: Routledge. (pp.1-17)
- Stüttgen, Tim (2014). *In a Qu*A*re Time and Place: Post-Slavery temporalities, Blaxploitation and Sun Ra's Afrofuturism between intersectionality and heterogeneity*. Berlin: B_books.
- Sutherland, Juan Pablo (2009). *Nación Marica: Prácticas culturales y crítica activista*. Santiago de Chile: Ripio Ediciones
- Wittig, Monique (1992). *El pensamiento heterosexual*. Barcelona: Eguals.

Limbos da normatividade

Reflexões sobre o género humano nas experiências de cross-dressing

A força da normalização implica uma interpretação dos corpos segundo um sistema de género binário e heteronormativo. As pessoas cujos corpos são lidos das normas de género apresentam-se como inconformes à ordem social, podendo ser inclusivamente vistos como fora da própria inteligibilidade do humano. Adotando uma leitura construcionista, crítica e reflexiva, dos significados de agentes interativos em permanente troca e influência (Neves & Nogueira, 2004), propomos tecer considerações sobre as questões dos géneros construídos e performativos (Butler, 1999), sobre a interseccionalidade das categorias socialmente construídas (Nogueira, 2013), sobre conhecimentos situados (Oliveira & Amâncio, 2006), tendo em conta perspetivas, vivências e experiências de *cross-dressing*.

Com foco na desconstrução, na *desgenderização*, na *desidentificação*, acedemos à edificação da multidude, da diversidade,

GÉNEROS E SEXUALIDADES

da ambivalência e da resistência. A proposta é explorar os limbos da normatividade no âmbito das experiências de *cross-dressing*, explorar as performances de género não-normativas. Cruzando as formas de vestir, de agir, de comportar dos dois polos *genderizados*, sugerem-se possibilidades de ressignificação e recontextualização de formas e experiências.

O nosso ponto de partida localiza-se na construção social das práticas, na multiplicidade de discursos inseridos numa história, numa cultura, numa política, num espaço, num conjunto de relações dinâmicas (Gergen,1994). A nossa conduta é orientada pelas reconsiderações da totalidade das ações e pensamentos acerca do mundo e, por conseguinte, de nós mesmos (Gergen & Gergen, 2011). O principal desígnio é alcançar um conhecimento relativo, dependente do tempo, da cultura, do económico e do social, que vai sendo construído através das interações entre as pessoas, dos seus discursos e dos processos sociais (Neves & Nogueira, 2004). Dirigimo-nos para uma reflexão que intenta a significados localizados e contextualizados, que respeita a multiplicidade dos discursos, que acede à divergência e à diferença (Braun & Clarke, 2013). Numa lógica metodológica reflexiva e plural, que articula o método, a teoria e o problema a investigar, a clarificação dos pressupostos que orientam a produção do conhecimento acontece criticamente (Oliveira & Amâncio, 2006). A análise é interseccional, pelo que resiste à essencialização das categorias, atua na desconstrução e na pluralidade (Nogueira, 2013), compreende multidimensionalidades, teoriza opressões e privilégios como estatutos fluidos e dinâmicos, permeáveis à mudança e dependentes de localizações, contextos e culturas (Crenshaw, 1989).

“É-se o que social e culturalmente se constrói como possibilidade de ser ‘homem’ ou ‘mulher’, em função de uma construção linguística que demarca, ela própria, o ‘masculino’

INTERSEÇÕES E TANGENTES

do ‘feminino’.” (Carneiro, 2009, p. 147, 148). A emergência do conceito gênero está intimamente associada a uma ordem pré-existente aos corpos, gênero como “verdade” psicológica do sexo (Oliveira et. al., 2009), gênero como norma que opera nas práticas sociais como um *standard* implícito de normalização (Butler, 2004).

A tendência do entendimento comum enfatiza o binarismo da categoria social sexo, mas que é e sempre foi gênero (Butler, 1999). É suposto que subsistam “homens” “masculinos” e “mulheres” “femininas”. Por conseguinte, “ser pessoa” pode implicar a aprovação e integração das distinções de gênero, dos atos que se consideram normativos para cada “sexo”, para cada cultura. No âmbito das relações de dominação, um destes ‘sexos’ assume o poder e a dominância, enquanto que o outro grupo internaliza a subordinação e a desvalorização (Nogueira, 2001). Mais ainda, acontece que não há espaço para homens que são/estão femininos nem para mulheres que são/estão masculinas, o que implica uma ausência de espaços para pessoas que não fazem o gênero “homem” nem fazem o gênero “mulher”.

Com procedência nos paradoxos da “correção” de corpos (Butler, 2004), momentos em que o gênero foi criado como uma disposição pré-existente à experiência humana (Oliveira, 2010), opressão inerente de criação de estereótipos que mantêm a crença nas diferenças (Nogueira & Saavedra, 2007), passando pelas explorações feministas provocadoras de mudanças nos pressupostos teóricos e metodológicos da representação do sexo feminino e da percepção de ciência (Saavedra & Nogueira, 2006), encontrando as interseccionalidades e as multidimensionalidades das experiências vividas pelos sujeitos marginalizados (Crenshaw, 1989), chegamos às teorizações pós-estruturalistas, deixa-se de “ter gênero” e

GÊNEROS E SEXUALIDADES

passa-se a “fazer gênero” (Butler, 1999). Gênero como “performativo”, sendo essa mesma performance que o faz (Nogueira, 2003), gênero como o guião de conduta para a existência dos nossos corpos *genderizados*, a norma, o processo de regulação e “naturalização”, a cópia sem original (Butler, 1999, 2004).

“O gênero refere-se a uma relação social, e não a uma propriedade de indivíduos concretos, e essa relação que é marcada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação, é socialmente construída” (Amâncio, 2003, p. 702). O gênero não é um atributo interno estável e constante, é um saber da sociedade (Nogueira, 2013). Da análise de Spargo (1999) relativa às propostas de Butler sobre os nossos “gêneros atribulados”, retiramos a sua verdade: gênero não é a extensão conceptual, nem tão pouco cultural do sexo biológico e cromossômico, é sobretudo uma prática discursiva estruturada em torno da heterossexualidade, entendida como a norma das relações humanas. Contemplamos o conceito a par das teorizações de Butler e subscrevemos quando afirmou que

gender is not exactly what one “is” nor is it precisely what one “has.” (...) Gender is the mechanism by which notions of masculine and feminine are produced and naturalized, but gender might very well be the apparatus by which such terms are deconstructed and denaturalized. (Butler, 2004, p. 42)

Gênero é o processo de “naturalização” social (Butler, 1999), de regulação e “normalização” (Butler, 2004), o gênero é performativo, diz respeito a um conjunto de atos e gestos socialmente construídos, pelo que a “realidade” é produzida como uma “essência” interior, no entanto, essa “essência” é o efeito de um discurso social de normas e regulações que ditam comportamentos, atitudes, gostos e desejos que, por conseguinte,

INTERSEÇÕES E TANGENTES

criam a ilusão de existir um núcleo interior impulsionador de género (Butler, 1999). Esse núcleo não existe, só existe o seu holograma, o guião de conduta para a existência dos nossos corpos *genderizados*. Existe a experiência discursiva social que (nos) regula e é orientada por uma narrativa hegemónica, baseada nas estruturas polarizadas que pressupõe o sexo binário e a heteronormatividade (Femenías, 2003).

Alcançamos um conceito de género como um constructo temperado de opressão que inclui as normas mas também a resistência face às mesmas, género como um ato intencional e performativo, onde “performativo” implica uma construção dramática e contingente de significado, o efeito produzido nos corpos pelas suas estilizações, os seus gestos, os seus comportamentos (Butler, 1999). Alcançamos o género humano.

E encontramos-nos no campo *queer*, cuja constituição corresponde à opção de um modelo não identitário, relativamente a géneros e sexualidades, recusando o binarismo institucionalizado (Sedgwick, 1990). As afirmações *queer* denunciam a ordem de género heterossexual, são uma estratégia de resistência (Oliveira & Nogueira, 2009). Acedemos ao campo da construção de subjetividades *queer* (Butler, 1993). Insistimos na desconstrução dos dispositivos que produzem as diferenças de classes, “raças”, géneros e sexualidades. Vislumbramos um conceito, género como simultaneamente uma tecnologia e o seu produto, género como a representação de uma relação social, como uma construção que é tanto o resultado como o processo da sua representação (De Lauretis, 1987).

De um ponto de vista *queer*, compreendendo que o poder opera através de “identidades” sexuais e de categorias, desconstruir e recusar qualidades identitárias sexuais é a chave para a resistência. Tal significa que não existem “critérios

GÊNEROS E SEXUALIDADES

para membros *queer*” (Clarke, et al., 2013). *Queer* descreve uma diversidade de práticas críticas (Spargo, 1999). As afirmações *queer* recusam a fixidez de identidades e denunciam a ordem de gênero heterossexual, são, portanto, uma estratégia de resistência (Oliveira & Nogueira, 2009).

Embora o termo *queer* contenha nas suas origens conceitualizações insultuosas que remetiam à noção de estranheza (Butler, 1993), a sua evolução permitiu atribuir novos significados ao conceito. *Queer* passa a ser crítica das identidades essencialistas, fixas e inflexíveis (Clarke & Peel, 2009). *Queer* pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, contudo, em todos os casos, define-se como oposição ao que é considerado normativo. O conceito descreve a diversidade de práticas e prioridades críticas (Spargo, 1999).

Aproximamo-nos de experiências da diversidade. *Cross-dressing* como possibilidade de existência e ação performativa dos gêneros *queer*.

Foi a partir do século XIX e com a emergência de formas positivistas de ciência, que a experiência *cross-dressing* passou a ser compreendida como uma perturbação psicológica associada a orientações sexuais, ou uma prática “não-normativa”. Contudo, em períodos anteriores, e em locais específicos, *cross-dressing* era somente um comportamento humano, muitas vezes associado a cultos religiosos específicos de determinadas comunidades (Bullough & Bullough, 1993).

Reportando à cultura nativo-americana anterior à colonização⁴⁷, várias comunidades mantinham um culto pela pessoa

⁴⁷. Em 1492, Cristóvão Colombo e a sua tripulação na sua invasão das Américas quando deparados com as práticas culturais das tribos nativo-americanas (incluindo as

INTERSEÇÕES E TANGENTES

independentemente do espectro de gênero como conhecido hoje. *Cross-dressing* acontecia naturalmente, livre de dois polos *genderizados* e exclusivos. *Two Spirit*, termo usado por comunidades indígenas norte-americanas que designa variações de gênero, implica uma performance de gênero fluida, pelo que possuir características femininas e masculinas confere atributos de “super-humano”, tratam-se de pessoas reverenciadas e com significativa importância (Jacobs, Thomas, & Lang, 1997). Nas referidas culturas nativo-americanas é mais fácil a aceitação das “ambiguidades” que fazem parte da vida. Assim, uma pessoa *Two-Spirit* apresenta uma alternativa às diferenças entre “homem” e “mulher”, podendo definir-se como uma pessoa “morfologicamente homem” que não cumpre os papéis sociais tipicamente “masculinos” da cultura ocidental, e tem significativa importância, sendo que combina comportamentos, vestuário, papéis sociais (considerados) masculinos e femininos (Williams, 1986).

O termo travestismo foi cunhado por Magnus Hirschfeld em 1910, referindo-se à prática *cross-dressing* como uma “variação sexual”. Havelock Ellis estudou travestismos e sugeriu que a prática emerge de uma admiração pelo “sexo oposto” (Hotchkiss, 2012). Desde então, vários termos têm surgido para apelidar pessoas que não desempenham as normas de gênero binário, estando inerente a conotação clínica: disforia de gênero, fetichismo, *crossing*, representação masculina ou feminina, entre outros.

tradições das pessoas *Two-Spirit*), por serem incompatíveis com a bíblia cristã, manifestaram uma atitude condenatória, sacrificaram muitas vidas e procuraram eliminar tais tradições com opressão e violência (Bullough & Bullough, 1993). A tradição *Two-Spirit* permanece até aos dias de hoje, contudo com reduzida saliência.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Atualmente a leitura clínica tende a patologizar o comportamento. O mais recente manual de perturbações mentais apresenta um capítulo para os transtornos parafilicos, estando presentes as características de diagnóstico para a “perturbação travesti” (APA, 2013). Tal perturbação implica que um homem envergue roupas e acessórios de mulher.

Nas prévias descrições patológicas está espelhada a norma regulatória, guiada pelo poder heteronormativo que constitui o género (Butler, 2004). O corpo (e o que é feito dele) está dependente da sua construção enquanto corpo *genderizado*. Assim, o corpo foi sendo esculpido socialmente, concedendo-lhe a sua superfície sexuada que emergiu como o sinal da “identidade” e do “desejo” de uma norma de corpos heterossexuais (Butler, 1999). Fazer um género é um processo complexo de naturalização, procedimento que requer diferenciação dos prazeres do corpo e das suas “partes” que, por sua vez, se constituem com base num protótipo de género. Espera-se que os prazeres do corpo residam e emanem do pénis, vagina e dos seios, contudo, tais descrições correspondem a um corpo que foi outrora construído ou naturalizado como um género específico, tendo em conta a matriz de normas de género (Butler, 1999). Outras possibilidades de ação passam a ser não normativas, tendencialmente “híper-sexualizadas” e ainda patologizadas, como é o caso das experiências de *cross-dressing* masculino para feminino, que usualmente envolvem a erotização das formas *genderizadas* de vestuário (Allen, 2014). Se a norma binária de “género” (homem/mulher) foi sendo constituída e estabelecida tendo em conta a norma binária de “orientações sexuais” (hétero/homossexual) (Butler, 1999), então os fenómenos como *cross-dressing* serão, como percebemos pela análise dos manuais de diagnóstico, comumente indissociáveis de questões de sexo (Allen, 2014).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

A matriz cultural através da qual tem sido desenvolvida a heterossexualização da “identidade de género” contribuiu para que se tornem ininteligíveis certas formas de existência pela ambiguidade de possibilidade de géneros, isto é, o género binário, como é conhecido, está de tal forma assolado de poder regulatório, pelo que as pessoas cujos géneros não se fazem conforme as normas tornam-se impossibilidades lógicas (Butler, 1999), tornam-se “patologias”, “estranhos processos desenvolvimentais”, “humanos com falhas”, “exceções à regra”. Rejeitamos tais assunções e é assim que respondemos a Burt (2012) quando pergunta “What’s wrong, exactly, with being a man in a dress? (...) Why are other people shocked, or distressed, when they see femininity poorly, or inexpertly, performed?” (p. 206).

A epistemologia *queer* convida a embarcar na jornada das investigações expandidas sobre interseccionalidades e anti-normalização (Eng, Halberstam & Muñoz, 2005). *Queer* como um estilo de vida das múltiplas existências, de múltiplas “pertencas”, inclui “identidades” sexuais, de género, sociais e culturais que se localizam fora do sistema heteronormativo, regulado pelas convenções da família, da reprodução, de um sistema capitalista (Halberstam, 2005).

Rejeitamos patologias, articulamos *cross-dressing* e a forma como o conceito “despolariza os géneros”. Para Butler (1999) a prática de *cross-dressing* ilustra a forma como a “identidade de género” constitui a produção da “realidade” que é em simultâneo o seu efeito, ou seja, ações de imitação sem procedência.

Vários autores e autoras referem-se a *cross-dressers* como pessoas que não seguem as normas binárias de género no que concerne ao vestuário e acessórios (Bullough &

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Bullough, 1993). Assim, incorporadas no termo *transgênerismo* que abarca todas as “identidades” ou expressões de gênero fora das normas sociais convencionais, surgem as conceptualizações no âmbito do *cross-dressing*, assim como o travestismo, o/a *drag*, entre outros e outras (Oliveira, 2010). “Cross-dressing, therefore, represents a symbolic incursion into territory that crosses gender boundaries.” (Bullough & Bullough, 1993, p. viii).

Numa metodologia exploratória inicial, procurámos compreender a experiência de certos eventos e perceber de que modo as pessoas dão significado aos seus mundos (Willig, 2010). Examinámos, por via de uma análise temática exploratória, a entrevista de uma pessoa que descreve a sua experiência de *cross-dressing*. Procurámos aceder a dados que são palavras, num campo crítico e experiencial (Braun & Clarke, 2013). Aprender a qualidade e a textura da experiência, deter significados (Willig, 2010). Capturar a análise de discurso no sentido de aceder à melhor compreensão possível de vidas sociais em interação (Potter & Wetherell, 1987), pois:

o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade em vias de nascer diante dos seus próprios olhos; e, quando tudo pode, por fim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode dizer-se a propósito de tudo, é porque todas as coisas, tendo manifestado e trocado o seu sentido, podem regressar à interioridade silenciosa da consciência de si. (Foucault, 1997, p. 37)

Acedemos aos limbos da normatividade através da experiência de *cross-dressing*, orlas onde se abrem caminhos para a fluidez de “identidades” que sugerem possibilidades de

INTERSEÇÕES E TANGENTES

ressignificação e recontextualização que, por sua vez, vêm colocar privações à cultura hegemônica que cultiva as “identidades de gênero” essencialistas (Butler, 1999).

Desgenderizações e alterações da ordem social heteronormativa (Spargo, 1999) são evidentes no discurso em análise. O participante propõe alterações à ordem social que se organiza em dois “gêneros” e dois “sexos” conectados, e se organiza segundo preferências heterossexuais. O entrevistado sente-se “(...) masculino, nunca tive dúvidas (...)” (E1), e desafia a masculinidade estereotipada, pelo que tanto se apresenta com uma aparência “sóbria, um estilo absolutamente banal: camisas, polos ou t-shirts (...)” (E1), como se apresenta com uma aparência mais “(...) extravagante (...) Muitos laggings, lentejoulas, hum... tops caicai feitos com gaffa tape(...) maquilhagem, saltos de 12cm de altura (...)” (E1) Confirma-se que “there is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the very ‘expressions’ that are said to be its results.” (Butler, 1999, p. 33)

Também foi clara a resistência face à normalização (Butler, 1999). O participante informa-nos que mesmo sentindo o magnetismo da norma, mesmo sentindo as reações adversas, mesmo sentindo que para muitos e para muitas o seu comportamento parece ser subversivo, parece ser perturbador, o participante desafiou a regra, resiste à norma, ou seja, “(...) sempre ignorei isso tudo (...) haviam reações adversas. Não necessariamente de um determinado grupo, ou de um tipo ou estrato de pessoas, não... de qualquer gênero, de qualquer background cultural, aparece de tudo, positiva e negativamente.” (E1) São estas as aspirações *queer* que procuram aceder à resistência face à normatividade (Clarke & Peel, 2009). Somos fusão de possibilidades (Penedo, 2008). Percebemos que “possuir uma identidade corresponde a um fechamento

GÊNEROS E SEXUALIDADES

de possibilidades, à estabilização e encerramento provisórios do Eu em torno de uns certos predicados que excluem a atualização de outros.” (Brandão, 2009, p.93)

Num horizonte de possibilidades *queer* (Spargo, 1999), compreendemos que o entrevistado é fiel à recusa de identidades, de categorizações, de ordens institucionalizadas e “gosto que depois não me consigam categorizar assim: ‘é um travesti’ ‘é um drag queen’ ‘é um não sei o quê’ (...) Não sou nenhuma destas coisas porque normalmente isto, cada uma destas coisas envolve um conjunto de outros fatores que depois eu não respeito.” (E1) O seu discurso espelha também a performatividade inerente ao género (Butler, 2004), o participante cria um personagem que é o próprio e ao mesmo tempo não é, um personagem que faz o género que quer: “No carnaval eu não me mascaro, eu tiro as máscaras, e revelo um lado em mim que não revelo naturalmente no dia-a-dia (...) tiro a máscara mas no fundo crio um personagem que sou eu mas que não é... que não é... que sou eu! Mas não deixa de ser um personagem.” (E1). Compreendemos que o entrevistado explora as estratégias das multitudes *queer* da “desidentificação”, as dos desvios das tecnologias do corpo. A recusa da identidade natural (homem/mulher), a rejeição das definições pelas práticas (heterossexual/homossexual). Fundamenta-se na multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que constroem os “normais” e os “anormais” (Preciado, 2011), são os corpos da resistência.

Destacamos a fluidez de possibilidades e de “identidades” (Butler, 1999), o entrevistado mostra que o que ele é e faz não pode ser estanque, não pode ser fixo, não pode ser imutável. Mostra que não é necessário manter a perspetiva essencialista sobre os géneros, as orientações, as pessoas. Existe a possibilidade de fluir, de experienciar um horizonte de possibilidades

INTERSEÇÕES E TANGENTES

de existência, “*é puxar mais por algo que já faz parte de mim e que se vê em mim no dia-a-dia, mas que... pronto, posso revelar mais naquele momento. E tendo essa possibilidade gosto muito.*” (E1) Com flexibilidade, “*Gosto de usar unhas pintadas mas não posso por questões de trabalho. Não sinto nada em relação a isso.*” (E1) O entrevistado acentua o entendimento *queer* dos gêneros e das sexualidades que materializa e harmoniza o surgimento das fragilidades do modelo binarista. (Des)significa-se, (des)territorializa-se, alcança-se a ambivalência de possibilidades. Tenta-se subverter o sistema dominante da representação sexual, o ‘sexo’ perde a sua mitológica condição essencialista (Oliveira, et al., 2009). É possível “ser”, num espaço de “happy limbo of a non-identity” (Foucault, 1980, p. xiii).

Acedemos à transversalidade do conceito heteronormatividade e à sua conscientização: a consciência da existência da norma “hétero”, do binarismo institucionalizado que comanda vidas e corpos: “*Também já frequentei (...) ambientes completamente heteronormativos, em que tens um bar com meninas de biquíni que só servem homens e um bar de homens de sunga que só servem raparigas.*” (E1). Percebemos, ainda, a heteronormatividade como obstrução, como impedimento, como impossibilidade de um ser, estar e fazer mais genuíno: “*Não uso as coisas muito extravagantes, geralmente, no dia-a-dia, especialmente em situações profissionais.*” (E1) Pois as operações sociais *genderizadas* no (nosso) sistema de normas e de performances de gênero concretizam a consonância e ressignificam as inconformidades. Ressignificam-se as performances subversivas de gênero como é o caso das afirmações *queer* (Oliveira & Nogueira, 2009).

Alcançamos experimentações no campo *queer*, sem nomes, sem categorias, sem “identidades”, “*(...) como momento de*

GÊNEROS E SEXUALIDADES

escape do cotidiano e ao mesmo tempo vai buscar um momento de performance.” (E1) E percebemos que segurança, naturalidade e confiança ajudam na relação com o mundo das normas: “A imagem que transmito é a de segurança absorta. Estou a ir, estou a fazer, isto é assim. Não estou a entrar em conflito com ninguém, mas também não me apago, não tento criar uma imagem de fraquinho, (...) não me escondo (...) é assim, e por isso também acho que as pessoas que se sentem desconfortáveis com a maneira de eu ser, daquilo que eu estou a fazer, hum... Também percebem isso, percebem que o faço naturalmente, falam para o lado, mas também não se sentem insultadas e invadidas, acho que é por aí...” (E1) Assim, encontramos-nos nos limbos da normatividade, de possibilidades de existência, de libertações do sistema de normas, da organização social heteronormativa. Cross-dressing como mais uma possibilidade de fazer o género humano.

Referências

- Allen, S. (2014). Whither the transvestite? Theorising male-to-female transvestism in feminist and queer theory. *Feminist Theory*, 15 (1) 51-72. doi: 10.1177/1464700113515171
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII (168), 687-714
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Washington, DC: Author
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles|London|New Delhi|Singapore|Washington, DC: Sage Publications
- Brandão, A. M. (2009). *Queer*, mas não muito: género, sexualidade e identidade nas narrativas de vida de mulheres. *ex aequo*, 20, 81-96
- Bullough, V. L., Bullough, B. (1993). *Cross Dressing, Sex and Gender*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press
- Burt, S. (2012). My life as a girl. *VQR*, 88 (4) 203-211
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge

INTERSEÇÕES E TANGENTES

- Butler, J. (1999). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge
- Carneiro, N. S. (2009). "Homossexualidades" *Uma Psicologia entre Ser Pertencer e Participar*. Porto: Livpsic
- Clarke, V. & Peel, E. (2009). From here to queer? Pitfalls and possibilities. *ex aequo*, 20, 41-53
- Clarke, V., Ellis, S., Peel, E., & Riggs, D. W. (2013). *Lesbian Gay Bisexual Trans & Queer Psychology: An Introduction*. New York: Cambridge University Press
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139-167
- De Lauretis, T. (1987). *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press
- Eng, D. L., Halberstam, J., & Muñoz, E. (2005). What's queer about queer studies now? *Social Text*, 23 (3,4), 1-17
- Femenías, M. L. (2003). *Judith Butler: Introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos.
- Foucault, M. (1980). "Introduction" to *Herculine Barbin*, New York: Pantheon, vii - xvii
- Foucault, M. (1997). *A ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água Editores
- Gergen, K. J. (1994). Exploring the postmodern. Perils or Potentials? *American Psychologist*, 49 (5), 412-416
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2011). *Reflexiones sobre la construcción social*. Madrid: Espasa Libros S. L. U.
- Halberstam, J. (2005). *In a Queer Time and Space - Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press
- Hotchkiss, V. R. (2012). *Clothes Make the Man: Female Cross Dressing in Medieval Europe*. New York: Routledge
- Jacobs, S. E., Thomas, W., & Lang, S. (1997). *Two-spirit People: Native American Gender Identity, Sexuality, and Spirituality*. University of Illinois Press
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: A Ciência ao Serviço da Mudança Social. *ex aequo*, 11, 123-138
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de*

GÊNEROS E SEXUALIDADES

gênero. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Nogueira, C. (2003, outubro). “Ter” ou “fazer” o gênero: O dilema das opções epistemológicas em psicologia social. Comunicação apresentada no XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Estratégias de intervenção – a Psicologia Social no contemporâneo, Porto Alegre, Brasil
- Nogueira, C. (2013). A teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas responsabilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. V. Zanella, A. L. Brizola, & M. Gesser (Eds.) *Práticas sociais, políticas e direitos humanos* (pp. 227-248). Abrapso
- Nogueira, C., & Saavedra, L. (2007). Estereótipos de gênero: conhecer para os transformar. *Cadernos SACAUSEF*, 3, 10-30
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados par a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3) 597 – 615
- Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2009) Introdução: um lugar feminista *queer* e o prazer da confusão de fronteiras. *ex aequo*, 20, 9-12
- Oliveira, J. M. (2010). Orientação Sexual e Identidade de Gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.) *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 19–44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero
- Penedo, S. L. (2008). *El Labirinto Queer: La Identidade n Tiempos de Neoliberalismo*. Madrid: Egales Editorial
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage
- Preciado, B. (2011). Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19 (1), 11-20
- Saavedra, L., & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127
- Sedgwick, E. (1990). *Epistemologies of the Closet*. Berkeley: University of California Press
- Spargo, T. (1999). *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa Editorial
- Willams, W. L. (1986). *The Spirit and the Flesh: Sexual Diversity in American Indian Culture*. Boston: Beacon Press
- Willig, C. (2010). *Introducing Qualitative Research in Psychology*. New Delhi: Tata McGraw-Hill

Branquitude e racialização do feminismo

*Um debate sobre privilégios*¹⁸

Até o momento em que as brancas forem capazes de confrontar seu medo e ódio das mulheres negras (e vice-versa), até conseguirmos reconhecer a história negativa que molda e informa nossas interações contemporâneas, não haverá diálogo franco e significativo entre os dois grupos.

(bell hooks, “De mãos dadas com minha irmã: Solidariedade feminista”)

Neste trabalho, assumimos a necessidade de pensar a branquitude constitutiva da teoria feminista, presente nas construções sobre o *ser mulher* – visto que tal condição produz efeitos e divergências dentro de uma estrutura racializada do gênero dentro do movimento feminista e suas ramificações.

48. Agradecemos às pesquisadoras integrantes do DEGENERÁ – Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros pelas acuradas discussões e reflexões que vêm sendo feitas coletivamente no Núcleo e que em muito contribuíram para o desenvolvimento das ideias abordadas neste texto. Em especial, agradecemos à professora e pesquisadora Giovana Xavier, pelas inúmeras trocas, sugestões e críticas feitas ao longo da produção desse texto.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Enquanto autoras brasileiras brancas e acadêmicas, produzimos este texto em diálogo com autoras do feminismo negro, que têm indicado discussões que o feminismo branco⁴⁹ não vem realizando, e propomos uma reflexão sobre os atravessamentos raciais que se fazem presentes nesse campo de debates.

Ao analisarmos o movimento feminista numa perspectiva histórica, verificamos que sua contribuição – através de lutas políticas e práticas de resistência – foi (e continua sendo) imprescindível na conquista, garantia e legitimação de direitos para as mulheres. Entretanto, podemos afirmar que a historicidade desse movimento se consolidou através de um discurso marcado por uma visão eurocêntrica e universalizante sobre as mulheres, centrado em mulheres brancas, de classes médias e cisgêneras⁵⁰.

O feminismo localizado como acadêmico, ou clássico, começou a ser problematizado na década de 1960 por mulheres negras estadunidenses⁵¹. Segundo Carneiro (2003, p. 118), as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino não são reconhecidas por este movimento hegemônico, o que conseqüentemente faz com que mulheres vítimas de outras formas de opressão – não considerando apenas o sexismo – continuem sendo silenciadas e invisibilizadas neste debate. Assim, refletindo sobre o contexto brasileiro,

49. Utilizaremos a denominação “feminismo branco” – expressão empregada por feministas negras que identifica um modo de mulheres se organizarem dentro do movimento e que promove uma invisibilidade conferida às questões de raça dentro do movimento e, conseqüentemente, do racismo dentro do feminismo.

50. O termo “cisgênero” designa pessoas que se identificam, ao longo das suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi atribuído no nascimento.

51. Como diversas estudiosas identificam, devido aos processos de escravização e dominação imperialista modernos, as mulheres negras não foram pensadas e construídas no imaginário social como “mulheres”, como o foram as mulheres brancas. (hooks, 1984, Carneiro, 2003, Haraway, 2004).

a autora afirma que há uma “insuficiência teórica e prática (...) para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais”. Essas problematizações “(...), vêm exigindo a reelaboração do discurso e [das] práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil”.

Neste sentido, propomos uma reflexão – disparada pelos pressupostos do pensamento de feministas negras e do feminismo interseccional – sobre a importância de discutirmos a branquitude presente no feminismo, que acaba por reproduzir e reforçar hegemonias e relações de saber-poder intragênero. Para tal, partimos de questionamentos trazidos por feministas negras sobre os tensionamentos presentes no movimento feminista quando outros fatores que transcendem a luta contra o sexismo entram em discussão ou em prática. Entendemos que há relações de poder intragênero no feminismo que são produzidas hierarquicamente a partir das interseções raciais, e que se atualizam em conceitos e práticas desenvolvidos nesse campo de debate intelectual e intervenção social.

A branquitude da categoria “mulher”: tensionando discursos no movimento feminista

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos

GÊNEROS E SEXUALIDADES

sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (Sueli Carneiro, “Mulheres em Movimento”)

Com o pensamento de intelectuais negras e o constante exercício de visibilização do discurso marginalizado destas mulheres, o feminismo negro vem investigando como marcadores sociais atravessam as diversas possibilidades de ser e agir socialmente. Essas produções de saberes e práticas de resistência são um ponto crucial para entendermos e ressignificarmos o papel do feminismo nas diversas questões que envolvem os processos de subjetivação das mulheres.

Podemos afirmar que muito raramente as feministas brancas interseccionaram analiticamente raça, sexo/gênero e classe em suas teorias e práticas. Frequentemente há o reconhecimento dessas especificidades por parte das mesmas, mas não há um espaço horizontal para tal diálogo dentro de suas produções e agendas, e o movimento crítico ocorre de forma diferente quando entram em pauta as questões raciais. É preciso pensar a não desconstrução da universalização do *ser mulher* para feministas brancas, que persiste até os dias atuais (Haraway, 2004).

Segundo Brah (2006, p. 341), não podemos analisar isoladamente os problemas que afetam as mulheres, muito menos universalizá-los: “Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas”, isto é, os discursos de feminilidades assumem significados específicos a partir das diferentes trajetórias que atravessam não apenas as questões de gênero, mas de raça, classe, sexualidade, geração, entre outros.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Para tanto, a abordagem interseccional considera a diversidade e as diferenças organizadas pelos diversos marcadores sociais para compreender criticamente a produção de desigualdades sociais e provocar novas formas de pensar o lugar das diferentes possibilidades de ser sujeito, inclusive academicamente. Constitui-se assim um contexto mais abrangente que amplia a visibilidade de identidades e experiências de sujeitos na cena pública; experiências e identidades sociais que se articulam através do complexo cruzamento de diversos marcadores sociais da diferença (Brah, 2006; Crenshaw, 1994).

Crenshaw (1994) nos convoca a pensar, pelo conceito de interseccionalidade, a desconstrução de uma perspectiva universalizante da(s) mulher(es) e de estereótipos que são produzidos por concepções dominantes, propondo uma agenda não essencialista que possa mediar as constantes tensões entre as afirmações sobre as múltiplas identidades e a contínua necessidade em se fazer políticas grupais. Brah (2006) propõe compreender a racialização do gênero através da interseccionalidade das diferenças:

Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis. (Brah, 2006, p. 351)

Compreender o impacto das diversas discriminações e exclusões sociais que as questões étnico-raciais produzem

GÊNEROS E SEXUALIDADES

é insuficiente. Por meio de novos modos de constatação sobre a pluralidade de subjetivações da mulher, os feminismos negro e branco precisam ser “tratados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes” (Brah, 2006, p. 358), podendo trabalhar em conjunto mediante articulações políticas e práticas feministas antirracistas, numa análise conceitual das questões de diferença que servem, de maneira pontual, para determinadas lutas e pautas.

Para que isso aconteça, faz-se necessário localizar a branquitude⁵² do movimento feminista, suas repercussões e construções subjetivas. Partindo de uma perspectiva histórica, percebemos a complexidade em (d)enunciar a questão de ser “branca ou branco” nas diversas esferas, sejam elas sociais, políticas, ideológicas, acadêmicas, culturais, e assim por diante. Tal complexidade pode ser entendida a partir da ideia de que pessoas brancas têm de não se reconhecerem ocupando uma posição privilegiada racialmente, o que conseqüentemente (re)produz formas de opressão que se consolidam pela denúncia de privilégios de outros grupos. Em grande parte, tal problematização é estruturada por feministas negras, devido às opressões por elas vivenciadas, em

52. “A partir da década de 1990, os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos começam a mudar seu enfoque, e novos olhares sobre o tema começaram a surgir. O movimento de mudança nesses estudos deu-se quando os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos “outros” racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos. Esses novos enfoques foram chamados de estudos críticos sobre a branquitude (*critical whiteness studies*). Apesar de os Estados Unidos serem pioneiros nos estudos sobre branquitude, encontramos produções acadêmicas sobre essa temática na Inglaterra, na África do Sul, na Austrália e no Brasil” (Schucman, 2014, p. 45). No Brasil, os estudos sobre branqueamento e branquitude no campo da psicologia emergem a partir da década de 1990, através de Jurandir Freire Costa, Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza (Santos, Schucman, & Martins, 2012).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

que apontam a dificuldade de feministas brancas em refletir sobre estruturas de opressão tão profundas e invisibilizadas como o racismo.

Neste sentido, é necessário pensarmos o sujeito branco – neste caso, as feministas brancas – como pertencente a um lugar simbólico que não é estabelecido por questões genéticas, mas por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam em função de seus fenótipos raciais. Racializar a pessoa branca, ou seja, considerar a branquitude como um marcador social do sujeito, que foi ao longo do tempo se consolidando e se constituindo normativamente através da interlocução de privilégios históricos e políticos, é imprescindível para que se entenda a posição sistemática desses sujeitos “no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”, através de discursos como o da meritocracia, por exemplo. Portanto, para se entender a branquitude, é importante entendermos “de que formas se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram” (Schucman, 2014, p. 56).

A questão aqui exposta não diz respeito apenas a sentimentos preconceituosos que porventura feministas brancas possam experimentar, mas a um movimento que mantém as mulheres brancas ocupando melhores lugares (inclusive no feminismo) em função de seus privilégios raciais, mesmo que não os reconheçam. Para isso, é necessário compreender o que faz com que os dispositivos de proteção da branquitude se mantenham e legitimem práticas opressoras em relação a outras mulheres, como as feministas negras. A branquitude opera nas relações intragênero como potencial força de poder.

A partir das observações expostas, exploraremos essas ideias trazendo alguns exemplos em que o racismo é (re)produzido em função de uma falta de consciência e não identificação do local de privilégio racial promovido pela branquitude. Em seguida, discutimos os efeitos da invisibilização das interseções gênero e branquitude no feminismo branco, refletindo sobre o lugar das mulheres brancas na luta antirracista.

Para não “dividir o movimento”? A invisibilização das pautas raciais no feminismo

A última delas, você não sabe. Elas queriam que o ônibus tivesse alguns pontos no condomínio, ao invés de largar todas elas na parada única. Imagina se os patrões iam querer aquele navio negreiro circulando pelas alamedas arborizadas? Tenha dó! Deixa como está, é bom para elas se exercitarem um pouco. Empregada doméstica moderna é sedentária, tem muito eletrodoméstico à disposição. (Cidinha da Silva, “Ônibus Especial”)

É frequente escutarmos de mulheres negras que o movimento feminista (seja acadêmico, seja do ativismo) não as acolhe, ou mesmo, que é opressor e racista, ainda que de maneira velada. Ao pautarem essas questões nos meios majoritariamente brancos do feminismo, mulheres negras e indígenas⁵³ são apontadas como aquelas que “dividem a causa comum das mulheres”,

53. As minorias raciais variam nas diferentes partes do mundo. No Brasil, em função do processo colonizador promovido por Portugal, as raças negra e indígena constituem os principais grupos raciais que vêm sofrendo racismo, extermínio, marginalização e invisibilização em diferentes níveis, desde o século XVI.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

criando tensões que atrasariam a luta coletiva por melhores condições para “todas as mulheres”. O lugar racializado de mulher, que porta pautas “específicas”, é então designado às mulheres negras e indígenas, em oposição ao conjunto universalizado de mulheres, que é pensado de maneira a invisibilizar a raça branca como um marcador social digno de análise.

Na literatura do feminismo negro há inúmeros registros de situações em que mulheres negras identificam racismo nas relações com pessoas brancas e, ao explicitarem essas opressões, se veem questionadas sobre a realidade e legitimidade dessas experiências. O discurso de Sojourner Truth proferido nos Estados Unidos em 1851, em que ela se pergunta “e eu, não sou uma mulher?”, é recorrentemente citado para exemplificar de que maneira mulheres negras precisam estar o tempo todo afirmando sua mulheridade em uma sociedade que lhes nega as características tidas como definidoras do feminino (delicadeza, sensibilidade, fragilidade, passividade, etc.). Mas basta estarmos um pouco mais atentas aos debates teóricos, acadêmicos e dos movimentos ativistas contemporâneos, para perceber a repetição exaustiva dessas situações em espaços considerados inclusivos e supostamente seguros para mulheres discutirem e conversarem sobre questões de gênero.

Num de seus diversos exemplos sobre essas situações, bell hooks (1984) narra uma ocasião em que se matriculou em uma disciplina de pós-graduação sobre teoria feminista, sendo a única estudante negra da turma. Ao questionar o fato de que a bibliografia da disciplina não incluía autoras negras, indo americanas, hispânicas ou asiáticas, as mulheres brancas presentes trataram-na com raiva e hostilidade, como se ela estivesse “destruindo” (palavra usada por algumas delas) a turma e cada uma delas com suas críticas. hooks discute

GÊNEROS E SEXUALIDADES

o efeito retórico dessa acusação, que reforça a ideia de que mulheres negras são atrevidas, agressivas e causadoras de problemas, estereótipos que geram hierarquizações no debate feminista e, ao serem acionados por mulheres brancas, criam para estas os lugares de “vítimas” das falas de mulheres negras que apontam opressões e práticas racistas invisibilizadas.

Giovana Xavier, por sua vez, descreve em seu blog⁵⁴ inúmeras situações em que se vê como mãe, ativista e pesquisadora entre mulheres brancas, tendo que se fazer ouvir e representar enquanto feminista negra em espaços nos quais pairam desconfianças sobre seus questionamentos quanto ao racismo das práticas mais naturalizadas. Questionar a escolha da imagem de arte *naïf* pelas mães brancas para ser a capa do anuário escolar da turma de seu filho pequeno, em que crianças negras, ao contrário das brancas, são retratadas sem olhos; ou indagar sobre a ausência de pesquisadoras negras em mesas que tematizam “gênero e raça” na abolição da escravidão, em eventos de prestígio na academia brasileira são práticas experienciadas pela pesquisadora que vive como “negra 24h/dia” numa sociedade racista que não admite sê-lo, e que causam incômodo em diferentes grupos de mulheres brancas que são confrontadas com o silencioso pacto narcísico (Bento, 2002) que lhes assegura privilégios raciais.

Como feministas, sabemos que a percepção das estruturas de opressão e da concretude de suas lógicas cotidianas é mais evidente justamente para aqueles que encontram-se em posições marginais. Não ser beneficiado/a por determinada opressão faz com que os efeitos danosos dessa lógica sejam mais visíveis. Tal marginalidade, inclusive, é condição para

54. Preta ‘Dotora’ na Primeira Pessoa. Disponível em: <http://pretadotora.blogspot.com.br/>

INTERSEÇÕES E TANGENTES

o que Haraway (1995) define como objetividade feminista. Assim, é inquietante que feministas brancas, que se dedicam a visibilizar as opressões de gênero as mais imperceptíveis nas relações sociais, mostrem-se tão refratárias aos apontamentos que mulheres negras têm feito sobre o racismo estrutural presente também nos espaços e teorizações feministas. A invisibilização das interseccionalidades raciais em debates de pautas caras ao feminismo (como aborto, violência obstétrica, objetificação da mulher pela mídia, divisão sexual do trabalho, para citar alguns exemplos) tem sido uma das principais críticas de mulheres negras (feministas ou não) ao feminismo branco.

No Brasil, foi possível observar essas questões emergirem após o lançamento do filme “Que Horas Ela Volta?” (2015), da cineasta branca Anna Muylaert. O filme, que tem protagonistas mulheres, conta a história de Val (interpretada pela atriz Regina Casé), uma empregada doméstica que trabalha há muitos anos na casa da família de Bárbara (Karine Teles). Val cuida do filho do casal, da cachorrinha, da arrumação da casa, das roupas, da comida da família. O filme mostra, em diálogos perturbadoramente familiares para a sociedade brasileira, a dependência da família em relação a Val, seja nas questões práticas, seja nas questões emocionais. Já no início do filme, Val recebe a notícia de que Jéssica, sua filha adolescente (Camila Márdila), que cresceu longe da mãe em sua terra natal, vai para São Paulo, onde Val trabalha, prestar o vestibular para uma prestigiada universidade pública. A mãe pede à patroa para receber a filha nesse período, e durante a hospedagem vão ficando evidentes os choques de classe entre patroa, empregada e a adolescente.

O filme teve grande repercussão no país e no exterior, e mobilizou muitos debates sobre trabalho doméstico, sobre

GÊNEROS E SEXUALIDADES

ódio de classes, e sobre as recentes conquistas de direitos das classes populares nos últimos anos no país. Entretanto, a questão racial não é central no filme, tendo sido invisibilizada também na repercussão que a obra teve na grande mídia. As atrizes que interpretam Val e Jéssica não são negras, o que fez com que o racismo presente nas relações patrões-empregadas domésticas no Brasil não fosse um conflito encenado na trama. Coube às feministas negras explicitarem esse silêncio, no país em que o trabalho doméstico é exercido majoritariamente por mulheres negras⁵⁵. É evidente que toda a dinâmica da relação casa de família – quartinho de empregada, que Muylaert leva para as telas, foi herdada dos séculos de escravidão no Brasil. Entretanto, ao não escalar atrizes negras para representar esses papéis, a diretora promove um branqueamento do conflito, ressaltando outras características das personagens (sua origem de classe pobre, oriundas de uma região considerada periférica no país em relação à cidade de São Paulo, onde a história se passa).

As críticas de feministas negras à invisibilização das questões raciais no filme foram recebidas com muito desconforto por feministas e demais pessoas brancas nos debates, discussões nas redes sociais e eventos ocorridos à época de seu lançamento. Entender e refletir sobre esse desconforto coloca-se como um grande desafio para feministas brancas, pois ele explicita as dificuldades (ou mesmo impossibilidades) de aproximações de pautas entre feministas brancas e negras. Como destaca Bento (2002), as pessoas brancas que se dispõem a participar dos debates sobre racismo nem sempre

55. Conferir, por exemplo, o texto de Giovana Xavier, “Branquidade, que horas ela chega?”, disponível em: <http://pretadotora.blogspot.com.br/2015/10/ler-tantos-pontos-de-vista-diversos-e.html>, e de Stephanie Ribeiro, “Afiml, o que leva os Brancos adorarem Que horas ela volta?”, disponível em: <http://www.geledes.org.br/afiml-o-que-leva-os-brancos-adorarem-que-horas-ela-volta/>

INTERSEÇÕES E TANGENTES

estão de fato dispostas a se reconhecer como beneficiárias desse mesmo racismo que buscam combater. Essa recusa em reconhecer os privilégios raciais pode produzir reações contraditórias, desagradáveis, como culpa, dor, raiva, agressividade ou sentimento de impotência, que frequentemente são projetados nas pessoas que explicitam o racismo presente nas relações. Além disso, o entendimento por boa parte das feministas brancas de que discutir raça e racismo é discutir negritude, não se posicionando como mulheres brancas no debate⁵⁶, reproduz a descorporificação e não-localização dos saberes, que o movimento feminista tanto denunciou na ciência (Haraway, 1995, Harding, 1993).

A interpelação feita por mulheres negras a respeito do lugar racial privilegiado ocupado por feministas brancas precisa ser elaborada de maneira a sermos capazes de incorporar interseccionalmente a questão racial em nossos estudos e análises sobre opressões de gênero, localizando-nos também em marcadores raciais, e não apenas de gênero. Além disso, é preciso avançar na discussão sobre o que significa produzir saberes antirracistas no feminismo a partir do lugar de feministas brancas. Isso significa que um certo debate centrado na disputa sobre “quem pode falar sobre racismo?”, deva ser deslocado para “de que lugar eu falo sobre racismo?”. No nosso entender, essa reflexão precisa ser dialógica e permanente, especialmente quando realizada por pessoas brancas. Não podemos supor que basta nos localizar enquanto “brancas” para que o problema da branquitude esteja resolvido,

56. Há poucos estudos feitos sobre a branquitude no movimento feminista, e seus efeitos, enquanto categoria racial, nas vivências e trajetórias de feministas brancas. Geórgia Marciniuk, primeira autora desse texto, está desenvolvendo uma pesquisa de campo em sua dissertação de mestrado em Psicologia Social, sob a orientação da professora Amana Mattos, segunda autora. A pesquisa está em andamento, com previsão de conclusão para 2018.

pois isso seria apenas o primeiro passo. Para não recairmos na essencialização de categorias raciais, é preciso estarmos em permanente desconstrução de preconceitos arraigados, de concepções de merecimento baseadas em características raciais extremamente naturalizadas, e atentas às críticas de mulheres negras a possíveis reincidências em lógicas racistas e desumanizantes, das quais pessoas brancas – inclusive mulheres – se beneficiam cotidianamente.

Considerações finais

Neste texto, discutimos como o silenciamento de questões raciais, que não explicitam a branquitude nos saberes e práticas do feminismo branco, excluem reflexões sobre hierarquias raciais presentes no movimento, contribuindo para a marginalização de experiências de mulheres não-brancas em diferentes âmbitos.

Discutir raça e racismo dentro do movimento feminista nos possibilita pensar sobre como as práticas de sujeitos são (re) produzidas e como a não racialização do “ser mulher (branca)” acaba por legitimar concepções racistas de gênero. Falar e problematizar o racismo exige reflexão e entendimento sobre os lugares que ocupamos e sobre nossas práticas, visto que o não reconhecimento do lugar de privilégio racial desfrutado por mulheres brancas já se torna uma forma de racismo, por não permitir o tensionamento de hierarquias raciais intragênero. Em diálogo com produções de feministas negras, indicamos algumas complexidades interseccionais presentes na discussão sobre gênero, destacando a necessidade de que seja feito um debate reflexivo sobre a branquitude das produções e práticas feministas, de modo que estas possam contribuir, de fato, para a luta antirracista.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Referências

- Bento, M. A. S. “Branqueamento e branquitude no Brasil” Em I. Carone, M. A. S. Bento (Orgs.) *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-57). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cardernos Pagu*, 26, 329-376.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Wmen of Color. Em M. A. Fineman, & R. Mykitiuk, *The Public Nature of Private Violence* (pp. 93-118). Nova York: Routledge.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Harding, S. (1993). Rethinking Standpoint Epistemology: What is “Strong Objectivity”? Em L. Alcoff, E. Potter (Eds.). *Feminist Epistemologies*. Nova York: Routledge.
- hooks, b. (2013). “De mãos dadas com minha irmã: Solidariedade feminista”. In: *Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade* (pp. 127-150). São Paulo: Martins Fontes.
- hooks, b. (1984). *Black Women: Shaping Feminist Theory. Feminist Theory from Margin to Centre*. Nova York: South End Press.
- Santos, A. d., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 166-175.
- Schucman, L. V. (2014). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Silva, C. da (2011). Ônibus Especial. Em *Oh Margem! Reinventa os Rios!* São Paulo: Selo Povo Editora.
- Truth, S. (1851). *E não sou uma mulher?* Akron, Ohio. Discurso proferido na Convenção dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/sojourner-truth-2/> Acessado em: 8 de setembro de 2016.

KARLA GALVÃO ADRIÃO, JAILEILA MENEZES,
EMILIA BEZERRA E ROSEANE AMORIM

Circuitos integrados?

Intersecções de gênero, sexualidade e geração nas vivências afetivo-sexuais de um jovem e sua rede de convívio no nordeste do Brasil.

Introdução

O presente estudo é parte de uma pesquisa⁵⁷ que foi desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil, entre os anos de 2014 e 2015. Teve como objetivo analisar os significados e práticas produzidos sobre os campos dos Direitos Sexuais (DS) e dos Direitos Reprodutivos (DR) por mulheres e homens jovens e sua rede de convívio e apoio (família, comunidade, escola, sistema de saúde, amizade, religião) em uma região do Estado de Pernambuco, em processo de intenso crescimento econômico. Analiticamente, a pesquisa buscou salientar a intersecção entre os marcadores de gênero, sexualidade e geração que se presentificam nas vivências afetivo-sexuais dos/das jovens desta região.

57. Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico. Apoio CNPq/Brasil.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Os Direitos Reprodutivos tratam da garantia de meios que promovam a liberdade de escolha reprodutiva, reforçando o exercício mais amplo da cidadania, na conquista de garantias legais e na participação nas decisões públicas. Os direitos sexuais, por sua vez, constituem-se como o respeito à viver a sexualidade com prazer, o direito à liberdade e autonomia no exercício responsável da sexualidade. Isso implica viver a sexualidade livre de coerção, discriminação e violência. Se por um lado entendemos que o respeito a tais direitos não deve se restringir à vivência adulta da sexualidade (Menezes et al, 2016), não podemos, todavia, desconsiderar que efetivamente há uma série de interdições ao exercício desses direitos por jovens.

A discussão sobre sexualidade e juventude está historicamente perpassada pela interferência de uma matriz desenvolvimentista que fortalece discursos e práticas de etapização (que partem de um modelo pautado em etapas cristalizadas da vida) e universalização das vivências sexuais. Essa perspectiva organicista e biologicista tem grande penetração em significativas instituições sociais responsáveis pelo ordenamento da vida humana nas sociedades ocidentais (família, escola, judiciário, sistema de saúde). O discurso desenvolvimentista sobre a sexualidade é comumente apropriado por diversas instâncias sociais para reforçar a subalternização de crianças, adolescentes e jovens a uma lógica normativa que limita suas oportunidades de exercício de autonomia.

Entendemos que o exercício de contextualização faz-se fundamental para a produção de leituras que considerem a pluralidade de modos de ser, a heterogeneidade das vivências de sexualidade na juventude, considerando que esta não é simplesmente uma passagem, mas um momento biográfico marcado por articulações particulares de aspectos socioeconômicos, territoriais, religiosos, raciais. De acordo

INTERSEÇÕES E TANGENTES

com Novaes (2006, p.105): “jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais”.

A reflexão sobre juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos solicita atenção ao contexto sociocultural e econômico no qual os/as jovens estão inseridos/as, bem como ao conjunto de crenças, valores, interesses, normas e práticas sociais que circunscrevem suas existências na relação com instituições sociais e suas redes de convívio e apoio. Na pesquisa que realizamos buscamos inspiração nas noções de cena e cenário sexuais (Paiva, 2006) para dinamizarmos o entendimento das possibilidades e limites de atuação dos/das jovens com relação aos seus desejos, prazeres, afetos, negociações (cena) e ao desenvolvimento de programas de promoção à saúde e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos (cenário).

A sexualidade é considerada um ponto central para compreender o modo como as várias relações de poder constituem os sujeitos, através de comportamentos aceitáveis ou inaceitáveis (Bozon, 2004). É importante pontuar que o aprendizado da sexualidade não se limita ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação afetiva e sexual, que envolve introjeção da cultura sexual do grupo ao qual o/a jovem faz parte, mas também disputa com relação a esses valores culturais. Em uma perspectiva construcionista e pós-estruturalista da sexualidade há uma relação dinâmica entre saber-poder-verdade-sujeito, nesse sentido importa olhar para aspectos macropolíticos que circunscrevem possibilidades de ação, considerando-se, concomitantemente, a inventividade e as transformações nas dimensões micropolíticas.

Neste capítulo abordaremos a interseccionalidade entre os marcadores de geração, gênero e sexualidade nas vivências

afetivo-sexuais de um jovem morador de um município em processo de crescimento econômico. A análise considerará o discurso do jovem e de sua rede de convívio e apóio, buscando pelas diversas articulações possíveis (afetivas, institucionais) e seus efeitos em termos de saberes e poderes que sustentam e/ou desafiam os códigos de sexualidade da cultura local. Problematizaremos a dificuldade de acesso e reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos e suas implicações nas vivências sexuais do jovem. Iniciamos apresentando o método da pesquisa, passando em seguida para a discussão dos dados produzidos e trazendo considerações ético-políticas para as questões abordadas.

Sobre o Método

Para o desenvolvimento da pesquisa buscamos subsídios no debate feminista pós-estrutural (Butler, 2004; Haraway, 1995) sobre o uso de categorias de desigualdade, a partir da noção de interseccionalidade (Piscitelli, 2008; Nogueira, Saavedra & Costa, 2008) e de subalternidade (Spivak, 2010). A noção de interseccionalidade ajudou-nos a compreender e tratar dos fenômenos sem os considerar como linhas paralelas que não se encontram, ou como categorias que se sobrepõem sem serem relacionadas efetivamente. Seguindo a inspiração dos estudos sobre subalternidade nos propusemos a pesquisar *com* jovens ao invés de pesquisar *sobre* eles/elas (Castro, 2010), posicionando-os/as como construtores do mundo no aqui e agora de suas possibilidades de ação e entendimento da vida social.

Consideramos também importante para o estudo dos significados e práticas sobre os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos de jovens, a referência às redes de convívio (família, escola, comunidade, serviço de saúde, religião e amigos/as) na construção e nos “destinos” da sexualidade, na produção

INTERSEÇÕES E TANGENTES

e reprodução da vida social (Quadros & Adrião, 2010). Assim, esta pesquisa tomou a prerrogativa de trabalho em redes, tendo em vista o que Haraway (2009, p.76) chama de “circuito integrado” e o lugar de mulheres e homens jovens neste cenário. De acordo com Haraway (2009, p. 76) o circuito propõe uma rede ideológica que “sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político”. Importa considerar quais elementos compõem a rede de apoio e convívio do jovem, como esses elementos se relacionam no sentido da produção ou não da autonomia sexual juvenil. No debate sobre sexualidade e juventude a questão da autonomia é central enquanto análise dos discursos e práticas sociais que possibilitam e/ou limitam a autodeterminação, ou seja, em qual condição efetiva de poder e negociação alguns grupos sociais participam (ou não) das decisões sobre reprodução e sexualidade (Corrêa & Petchesky, 1996).

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: na primeira foram realizadas entrevistas dirigidas com 18 jovens estudantes do ensino médio e residentes nos municípios Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca⁵⁸. Nessa primeira fase de entrevistas buscamos explorar a percepção dos jovens sobre as mudanças econômicas na região e os impactos em suas vidas e de seus familiares. Importa pensar que em uma perspectiva compreensiva das cenas e cenários sexuais havia uma expectativa de que ao crescimento econômico anunciado para a

58. Esses municípios compõem parte da região metropolitana do Recife denominada sub-região SUAPE e que sofreu significativas transformações nos últimos 10 anos impulsionadas pelo crescimento econômico do Complexo Industrial SUAPE. A instalação de várias indústrias na área de petroquímica de combustíveis em geral e fabricação de seus derivados (plásticos, embalagens) e acessórios (fabricação de contêineres) impactou os territórios geográficos e simbólicos da população local. A presença dos trabalhadores de grandes obras que migraram de várias regiões do país para a construção do complexo portuário também afetou as dinâmicas sociais, culturais e econômicas do lugar.

região garantisse desenvolvimento social com melhoria da qualidade de vida da população.

A segunda etapa de construção de informações consistiu em entrevistas sobre temas relativos aos campos dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos com quatro jovens e sua rede de convívio. Decidimos por estes quatro jovens considerando 02 de cada sexo, a complexidade da condição socioeconômica explorada na primeira entrevista e a disponibilidade e interesse em continuar na pesquisa. Cada um/a desses/as jovens indicou um membro da família, um/a amigo/a, um/a representante de sua religião, um/a profissional da escola em que estudava, um/a profissional da rede de saúde local, para também serem entrevistados/as na perspectiva de circuito integrado. Para analisar as informações construídas, utilizamos a análise temática de conteúdo (Bardin, 1977) e a interseccionalidade dos marcadores sociais gênero e geração nas vivências sexuais dos/das jovens.

Para o presente capítulo problematizaremos aspectos da vivência sexual de um jovem homem tomado como semente, termo que utilizamos para designar o encaminhamento analítico em duas frentes: sincrônica (trazendo aspectos da carreira afetivo-sexual do jovem na relação com eixos que a literatura considera fundamental para a compreensão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos na intersecção com marcadores de gênero e geração) e diacrônica (aborda a vivência da sexualidade do jovem a partir dos significados atribuídos pelo circuito-rede de convívio).

Diego e suas vivências sexuais

Diego tinha 19 anos no período da realização das entrevistas, declarou-se “afrodescendente”, morava com a avó em Nossa

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Senhora do Ó – município de Ipojuca. Evangélico “não praticante”, tinha uma namorada que morava em Recife, com quem viveu a primeira relação sexual. Cursava o terceiro ano do ensino médio e não tinha emprego fixo. Esporadicamente prestava serviços como garçom em um hotel da região. Sobre os planos para o futuro, pensava em estudar Medicina, mas ponderava por questões financeiras. Também falou na possibilidade de trabalhar “na região de Suape”, o que se coloca como estratégia para ter uma renda fixa.

Ao falar sobre sua iniciação sexual, Diego narra que antes da primeira transa, praticava “sexo oral, esses negócios”, mas nunca chegou “até lá” (referindo-se ao gozo com penetração vaginal). Além disso, coloca que a maioria das meninas com as quais ficava (antes do namoro) também eram virgens. A primeira relação sexual foi com sua namorada, convergindo com os achados de pesquisa sobre o aprendizado da sexualidade (Knauth, VÍctora, Leal & Fachel, 2006). Os dois eram virgens e a relação sexual aconteceu depois de um ano de relacionamento.

Quando investigados os significados sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos a partir da compreensão da rede do jovem Diego, algumas questões chamaram atenção. É prevalente uma cultura sexista na localidade investigada que tem implicações nas vivências sexuais dos/as jovens. O código sexual da cultura local desqualifica as jovens que tem relação sexual antes de uma idade/momento considerado ideal.

Percebemos que as questões de geração e gênero estão bem presentes nesses posicionamentos, pois tais categorias são constituídas a partir de relações de poder e estabelecem normas e comportamentos considerados “adequados” de forma diferenciada para homens e mulheres. Gênero é considerado por

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Scott (1995, p.86) “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Sendo ainda, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Scott sugere que as relações de gênero se engendram no campo social mediadas por significados, linguagens, ações e percepções traduzidas nas dimensões materiais e simbólicas de existência, logo constitui um campo em disputada.

As dinâmicas hierárquicas que se atualizam na articulação das categorias de gênero e geração (re)posicionam homens e mulheres, mais velhos/as e mais novos/as, em referência à família, à comunidade, aos espaços diversos de convivência (Scott, 2010).

Na localidade estudada, é aceitável e até mesmo uma exigência que o homem jovem, independente da idade, inicie suas práticas sexuais, como comprovação de sua masculinidade. Já para as mulheres o mesmo não pode acontecer, sob o risco de ficarem “mal faladas”, serem inferiorizadas e desvalorizadas no mercado matrimonial.

Da cena sexual referida pelo jovem Diego na abertura desse tópico chama atenção uma relação diferenciada com o código da cultura sexual do local, pois ele como jovem homem não seguiu a regra de uma relação sexual sob qualquer condição. Resolveu aguardar o que considerou momento e pessoa ideal e o fez em contexto de namoro e não em situação de “ficar com” (modalidade de relacionamento considerada menos séria). Outro aspecto importante de relativização da cultura sexual é que o marcador etário, comumente utilizado para classificar a precocidade ou não da relação sexual é negociado em função de “com quem” a jovem está se relacionando e pela perspectiva de casamento. Esses dados corroboram pesquisas anteriores realizadas no nordeste do Brasil (Quadros & Adriaio,

2010). A seguir abordaremos o posicionamento de cada pessoa entrevistada na rede de Diego.

Família

Diego indicou um de seus primos para participar da entrevista, um jovem de 20 anos que expressou um conjunto de preocupações com relação à banalização das relações sexuais. O discurso da banalização é regulado pela perspectiva etária que qualifica a precocidade do ato sexual antes da vida adulta.

Em uma pesquisa realizada com jovens de 15 a 19 anos, em São Paulo, Borges e Shor (2005) perceberam que a primeira relação sexual não foi planejada pela maior parte dos jovens, sem diferença entre homens e mulheres. No que se refere à idade para a primeira relação sexual, as mulheres continuaram tendo a primeira relação mais tarde que os homens. Em sua maioria (82,9%), guardando a primeira vez para ser compartilhada com pessoas cujo relacionamento compreendesse um compromisso, como, por exemplo, namorados ou noivos. As questões de gênero se destacam por conta do temor vivenciado pelas mulheres de se “entregarem” a alguém que pode vir a abandoná-las.

A relação entre esta e a nossa pesquisa está na localização de vivências sexuais de risco - pois os/as jovens não conseguem usufruir de situações que os/as qualifique em suas experiências sexuais (informações, insumos) - e na moralização da sexualidade das jovens mulheres com vistas à legitimidade do ato sexual em relações estáveis e matrimoniais, limitando seu repertório experiencial.

Refletindo sobre a integração dos elementos do circuito ou rede de convívio e apoio, entendemos que o discurso da precocidade,

GÊNEROS E SEXUALIDADES

a vivência do risco e a moralização da sexualidade mostram o tipo de relação existente entre a família e o sistema de saúde, pois os/as jovens informaram que tem dificuldade de acessar o Posto de saúde para tirar dúvidas e buscar preservativo: *é um pouco, você fica com vergonha, né? mas é: você vai lá e pega* (entrevistado do circuito de Diego - Família).

Os dados nos permitem afirmar, considerando a intersecção entre geração e gênero como fundamental ao entendimento da sexualidade de jovens da região pesquisada, que para além da família, há uma lógica familiar que regula as vivências sexuais. O valor-família se estende a instituições que deveriam garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos dos/das jovens, mas acabam funcionando como instâncias de controle e regulação dos corpos juvenis. Por exemplo, as mulheres jovens, ao frequentarem o posto de saúde na busca de uma consulta ginecológica podem ser vistas pela comunidade como uma mulher que não é mais virgem, que não casou ou não tem um companheiro fixo e mesmo assim iniciou a vida sexual, manchando assim a própria reputação e a de sua família. No caso do homem jovem, a presença no posto para pegar preservativos não gera comentários sobre sua reputação, mas sim sobre a precocidade, o que pode constrangê-lo no exercício de seus direitos.

Amizade

A amiga entrevistada, de 17 anos, falou sobre como são percebidas as relações de amizade entre os/as jovens na região e foi possível observarmos a forte interferência de valores sexistas: Não aceita como se fossem amigos, menino e menina se estão juntos é como se fossem namorados (entrevistado do circuito de Diego -Amizade).

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Em um trabalho sobre amizade entre jovens mulheres e sexualidade, Franch (2013) ressalta que o grupo de pares aparece como instância socializadora, que ajudaria nos aprendizados de autonomia e conquista da independência. O grupo de pares seria o lugar para tirar dúvidas e receber conselhos sobre sexualidade, o que tem uma grande importância na subjetivação dos/as jovens.

No entanto, mesmo a sexualidade sendo um assunto comum nos grupos de amizades entre as jovens, é preciso ser muito cuidadosa na hora de fazer circular informações a respeito do próprio comportamento sexual. A gestão da própria reputação é um assunto delicado nesse meio, gerando um difícil equilíbrio entre a vontade de partilhar as próprias experiências e o medo da divulgação (e da deturpação) do próprio comportamento sexual (Franch, 2013). Em nossa pesquisa chama atenção que os/as jovens tiram dúvidas sobre sexualidade na internet e que entre amigos ocorre mais o compartilhamento das conquistas amorosas, de brincadeiras e piadas “picantes”.

Escola

O trabalho com o tema sexualidade nas escolas, embora recomendado por instâncias educacionais para um tratamento transversal, acaba se limitando a aulas de áreas tradicionalmente reconhecidas como especialistas da questão, a saber, ciências e biologia, o que revela a matriz organicista de compreensão da sexualidade. Historicamente o assunto tem sido abordado pelo viés dos perigos e riscos que a vivência da sexualidade pode conter, isso porque a educação sexual passa a ser recomendada nas escolas como forma que o Estado encontrou para responder ao crescimento do número de casos de gravidez na adolescência e infecção por HIV (segunda metade do século XX).

GÊNEROS E SEXUALIDADES

No que diz respeito às temáticas que poderiam ser trabalhadas neste sentido, o professor entrevistado, de 30 anos, relatou ser importante problematizar:

Gênero, Puberdade, métodos de prevenção, DSTs, a questão do relacionamento, é... como que eu diria? Não sei se você me entende bem... mas eu digo assim: O relacionamento afetivo! Certo? Porque existe um pouquinho também dessa história: “Só porque eu estou abraçando... eu enquanto homem estou abraçando outro homem, será que eu sou também... eu sou gay? Se duas meninas estão se abraçando será que elas são gay? Então, os relacionamentos afetivos entre homoafetivos ou heterossexuais (entrevistada do circuito de Diego- Escola).

O mesmo parece entender a importância de abordar o assunto para além das aulas de biologia ou ciências, pensando sexualidade enquanto um conceito amplo, que vai envolver relações de gênero, violência, erotismo, dentre outros aspectos. A escola é uma Instituição que tem meios para trabalhar as relações de gênero e novas formas de pensar sobre sexualidade. Entretanto, o reconhecimento e abertura deste docente para o trato da questão representa uma exceção, pois foi recorrente o discurso de que cabe à família, ao sistema de saúde e não é responsabilidade docente. Nesses termos chamamos atenção para uma rede vazada, pois entendemos a necessidade de uma boa articulação entre os vários elementos do circuito para que as lógicas de gênero e sexualidade atuem a favor dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dos/das jovens.

Saúde

A entrevistada indicada foi uma agente comunitária de saúde (ACS), de 48 anos, que falou um pouco sobre o acesso de jovens ao posto de saúde.

não, o serviço que eles vem procurar mais é dentista, né? Mais dentista. Agora parte de consulta médica, clínica, eles vêm menos. Vem mais assim, quando eles tão assim precisando de... com algum sintoma assim. Porque digamos, pra prevenção eles não vêm. Prevenção de um modo geral, que é pra pegar preservativo, pra fazer uma prevenção, né? (entrevistada do circuito de Diego- Saúde).

Segundo o manual de atendimento integral (Brasil, 2000), as consultas são momentos privilegiados para o aconselhamento de práticas sexuais responsáveis e seguras. O uso do preservativo deve ser enfatizado como prática indispensável na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez. Pode ser o momento de esclarecimento de dúvidas, de conversar sobre a importância do afeto e do prazer nas relações amorosas e para alertar sobre situações de risco e vulnerabilidade, inclusive o abuso e/ou exploração sexual. Mas para que isso aconteça é importante que seja garantido o acesso dos/as jovens ao posto de saúde e que as consultas clínicas e ginecológicas sejam incentivadas como algo importante para a saúde do/a jovem.

A entrevistada relatou também que são realizadas palestras no Posto de Saúde, mas o público é sobretudo adulto, de modo que não há um trabalho destinado ao segmento jovem da população, mesmo sendo função do/a ACS desenvolver um trabalho planejado para os/as jovens. Percebemos que essa

não é uma realidade na região da presente pesquisa. Não se trata, evidentemente, de culpabilizar esses/as profissionais pela ausência desse trabalho, mas sim questionar por que não pensar ações, palestras, oficinas para os/as jovens?

As relações de gênero, ao sugerirem condutas diferenciadas para homens e mulheres em relação à primeira relação sexual, ao tipo de vínculo com o primeiro parceiro e às decisões acerca das práticas contraceptivas, geram impacto importante no processo de decisão de relacionar-se sexualmente de formas mais ou menos seguras e necessitam ganhar espaço na elaboração das políticas públicas voltadas à saúde de homens e mulheres jovens (Borges & Shor, 2005).

Considerações finais

Os relatos sobre as vivências sexuais construídos com Diego e sua de rede de convívio, nos informam sobre aspectos relativos às vivências de outros/as jovens. As falas do jovem contribuem para o debate sobre iniciação/vida sexual e percebemos que a forma como posicionam-se em relação à questão da prevenção/contracepção - quando narra relações sexuais sem o uso de preservativo ou qualquer outro método - revela uma fragilidade de alguns atores/atrizes da rede da qual faz parte. Encontramos um modelo de família que não parece entender como importante a abordagem de temas relativos à sexualidade do homem jovem, indicando aí uma nuance de gênero. Ao mesmo tempo, um modelo de escola que contraria Planos que regem o campo da educação, reduzindo a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos a questões do biológico e/ou associando tal tema a vivências de risco ou problema - caso da gravidez não planejada. Uma rede de saúde que ainda não encontrou uma forma de atrair jovens (mulheres e homens em geral), de modo planejado e efetivo, para atendimentos

INTERSEÇÕES E TANGENTES

onde esses/essas possam, de fato, sentirem-se acolhidos/as para buscarem informações.

Retomando a noção de Haraway (2009), de “circuito integrado”, compreendemos que os significados e as práticas dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos de mulheres e homens jovens em um território de crescimento econômico, são pautadas por uma “rede ideológica” marcada por desigualdades de gênero e geração – categorias que se sobressaíram nas falas aqui apresentadas. Portanto este último marcador relacionado às questões de gênero nos informa sobre uma juventude que parece vivenciar aspectos da sexualidade e reprodução com pouca autonomia e liberdade, uma vez que as instituições as quais podem acessar (família, escola, sistema de saúde, entre outras) acabam por reforçar significados e práticas moralizantes e normativas concebidas pelas relações de gênero.

Referências

- Bardin, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, A. L. V. & Schor, N. (2005). Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 21(2), 499-507.
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Brasil.(2000). Ministério da Saúde. *Manual de Atendimento à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens*. (4. ed.). Brasília.
- Butler, J. (2004). The Force of Fantasy: Mapplethorpe, Feminism, and Discursive Excess, em Sara Salih with Judith Butler (eds.). *The Judith Butler Reader*. (pp. 183-203). Oxford: Blackwell Publishing.
- Castro, L. R. de. (2010). *Falatório: participação e democracia na escola*. Coordenação: Lucia Rabello de Castro – Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Corrêa, S. & Petchesky, R. (1996).Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2.147-177.
- Franch, M. (2013). Amigas, colegas e “falsas amigas”. Amizade e sexualidade entre mulheres jovens de grupos populares. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n.4 - 2010. 28-52.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

- Haraway, D. (2009). Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, T. (org). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. 2ª edição. (pp.31-118). Belo Horizonte: Autêntica.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07- 41.
- Knauth, D. R., Victoria, C. G., Leal, A. F. & Fachel, J. (2006). As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: Heilborn, M. L. et al. (Orgs). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. (pp. 267-307). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Menezes, J. de A., et al. (2016). Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico. Relatório final - projeto de pesquisa: Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 43/2013.
- Nogueira, C., Saavedra, L. & Costa, C. (2008). *(In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco*. (pp. 59-79). Campinas: Pro-Posições. v. 19, n. 2.
- Novaes, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, M. I. M. & Eugenio, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. (p. 105-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Paiva, V. (2006). Analisando cenas e sexualidades: a promoção da saúde na perspectiva dos direitos humanos. In: Cáceres, Careaga, Frasca & Pecheny (org). *Sexualidad, estigma y derechos humanos. Desafíos para el acceso a la salud en América Latina*. Lima: FASPA/UPCH. Septiembre.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Revista Sociedade e Cultura*. v. 11.
- Quadros, M. T. de & Adrião, K. G. (2010). Relatório final do projeto de pesquisa *Mulheres e Dupla proteção em diferentes circuitos de Socialidade*. FACEPE: Recife.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. (pp. 71-99). Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez.
- Scott, P. (2010). Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: Scott, P., Cordeiro, R. & Menezes, M. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. (pp.15-33). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- Spivak, G. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEANDRO COLLING, ALEXANDRE NUNES DE SOUSA E
FRANCISCO SOARES SENA

Enviadescer para produzir interseccionalidades

O que é enviadescer e qual a sua potência para pensar as interseccionalidades? Para tentar responder essas questões, inicialmente defenderemos que pessoas e coletivos sintonizadosxs com as perspectivas queer têm trabalhado com mais ênfase a interseccionalidade em suas ações e políticas, pensadas aqui como um ativismo das dissidências sexuais e de gênero. Identificaremos algumas expressões artivistas no Brasil da atualidade e recuperaremos alguns debates sobre as históricas relações entre arte, política e ativismos e, ao final, analisaremos brevemente o trabalho de Mc Linn da Quebrada, que nos ensina como enviadescer para produzir interseccionalidades, ou melhor, nos provoca para pensar em como é necessário incluir o enviadescer nas estratégias que almejam as interseccionalidades.

Na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero, em quais setores temos visto com mais ênfase a tentativa de trabalhar

GÉNEROS E SEXUALIDADES

com interseccionalidade? Uma pista para responder essa pergunta pode estar nas conclusões do estudo realizado por Colling (2015) sobre as diferenças entre os movimentos LGBT e os ativismos queer em Portugal, Espanha, Chile e Argentina. Ele aponta uma série de diferenças dentro desses dois blocos e também entre essas duas grandes formas de realizar e pensar políticas sexuais e de gênero. Ao final, o pesquisador detecta que os coletivos ou ativistas independentes que se autodenominam ou que estão sintonizados, de alguma forma, com o que hoje se convencionou chamar de perspectivas queer, defendem e tentam desenvolver ações mais interseccionais do que a maioria do movimento LGBT institucionalizado, que possui diferenças entre si mas, via de regra, elege como bandeiras temáticas que dizem respeito apenas às pessoas gays e lésbicas e, em menor intensidade, às travestis e transexuais.

Essas interseccionalidades ocorrem de diversas maneiras e a depender da realidade de cada país. Apenas um exemplo: se na Argentina e no Chile as pautas da diversidade sexual e de gênero, para quem está sintonizado com perspectivas queer, recaem mais sobre questões de classe, em Portugal e Espanha, além de temas ligados às classes, ativistas queer dialogam também com os problemas causados pelas políticas de imigração, o que em geral também exige a interseccionalidade com questões raciais.

As interseccionalidades dos ativismos sintonizados com perspectivas queer estudados por Colling parecem atentas ao alerta realizado por Puar (2013). Em diálogo com Kimberlé Crenshaw e outras autoras, Puar defende que o modo como tem sido usado o conceito/ideia de interseccionalidade apresenta muitas limitações. Ao invés de dessencializar as identidades (o que era seu propósito inicial, vindo de perspectivas pós-estruturalistas), colabora-se para essencializar

INTERSEÇÕES E TANGENTES

determinadas identidades, em especial as chamadas “mulheres de cor”. E isso não acontece, diz ela, apenas pelo modo como as “mulheres de cor” trabalham com esse conceito, mas também como as brancas o utilizam. Por exemplo: quando usamos uma perspectiva interseccional quase sempre falamos das pessoas negras. Ou seja, a interseccionalidade tem sido pensada para essencializar identidades marcando as posições das pessoas negras e deixando as brancas em uma posição de conforto, do tipo, “quem precisa da interseccionalidade são só as pessoas negras”.

Como apontam teóricos do racismo transnacionalistas, pós-colonialistas e críticos, a centralidade do posicionamento dos sujeitos “mulheres brancas” tem sido reassegurada mediante a forma como a interseccionalidade tem sido empregada. A teoria da interseccionalidade argumenta que todas as identidades são vivenciadas e experienciadas como interseccionais (de tal forma que as próprias categorias são entrecortadas e instáveis) e que todos os sujeitos são interseccionais, independentemente de se reconhecerem ou não como tais. Contudo, o método da interseccionalidade é mais predominantemente utilizado para qualificar a “diferença” específica das “Mulheres de Cor”, uma categoria que agora se tornou, eu diria, simultaneamente vazia de significado específico, por um lado, e superestimada em seu emprego, por outro. Dessa forma, a interseccionalidade sempre produz um Outro, o qual sempre é uma “Mulher de Cor”, que deve, invariavelmente, mostrar-se como resistente, subversiva ou articuladora de um protesto (Puar, 2013, p.347).

E onde encontramos mais perspectivas interseccionais no tocante a diversidade sexual e de gênero no Brasil? Ao contrário do que ocorre em outros países, a exemplo de Portugal, Espanha e Chile (Colling, 2015), no Brasil não existe algum

GÊNEROS E SEXUALIDADES

coletivo que se identifique como queer. No entanto, isso não quer dizer que as perspectivas queer não existam (ontem e hoje) ou que inexistam pessoas e coletivos que estão sintonizados com questões caras aos estudos e políticas queer. No Brasil essas perspectivas estão mais visíveis no chamado artivismo, que nomearemos aqui de artivismos⁵⁹ das dissidências sexuais e de gênero⁶⁰. É aí que encontramos uma grande resistência contra a onda conservadora e o fundamentalismo religioso que elegeu, nos últimos anos, as pessoas LGBT como um dos seus alvos preferidos. A resistência ao conservadorismo está em um novo ou novíssimo movimento, que não é e nem quer ser, ao menos por enquanto, institucionalizado. Está numa multidão de diferentes que encontramos em escolas, universidades, ruas, locais ocupados, redes sociais, teatros, bares, prédios públicos diversos, algumas igrejas e terreiros de religião de matriz africana, produzindo potentes contradiscursos.

A emergência desses artistas e coletivos artivistas pode ser explicada por várias razões. Eis algumas: o espantoso crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, em

59. “Artivismo é um neologismo conceitual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polêmicas entre a arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas (...). A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística, de participação e de criação artística” (Raposo, 2015, p. 4)

60. Usamos a expressão “dissidências” em contraposição à ideia de “diversidade sexual e de gênero”, já bastante normalizada, excessivamente descritiva e muito próximo do discurso da tolerância, ligada a uma perspectiva multicultural festiva e neoliberal que não explica como funcionam e se produzem as hierarquias existentes na tal “diversidade”.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

especial os situados nas dissidências sexuais e de gênero; a ampliação do acesso às novas tecnologias e a massificação das redes sociais; a ampliação da temática LGBT na mídia em geral, em especial em telenovelas, filmes e programas de televisão; a emergência de diversas identidades trans e pessoas que se identificam como não-binárias em nosso país, além da valorização da fechoação, da não adequação às normas (corporais e comportamentais) de meninos afeminados, mulheres lésbicas masculinizadas e outras várias expressões identitárias flexíveis que provocaram a abertura do fluxo antes mais rigidamente identitário. Mas talvez a mais importante das razões esteja exatamente na própria necessidade, autodeclarada ou não, de reagir frente ao quadro terrível no qual estamos inseridos.

Assim como o ativismo queer pesquisado por Colling (2015), essas pessoas artivistas trabalham de formas diferenciadas, mas alguns aspectos as unem: 1) priorizam as estratégias políticas através de produtos culturais, pois entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é eficaz para produzir outros processos de subjetivação; 2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando elas reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; 3) explicam as sexualidades e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biologizantes, genéticas e naturalizantes; 4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades são e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente; 5) rejeitam a ideia de que, para ser respeitado ou ter direitos, as pessoas devam abdicar de suas singularidades em nome de uma “imagem respeitável” perante a sociedade; 6) e, como já destacamos, parecem mais conscientes da necessidade de interseccionar as suas

GÊNEROS E SEXUALIDADES

lutas com vários outros marcadores sociais das diferenças, a exemplo de questões étnicas, de classes, gerações, níveis de escolaridade, capacidades corporais, territorialidades, etc.

Alguns exemplos? Temos dezenas, pois essas experiências procriam rizomaticamente em vários cantos do Brasil. Na música, aparentemente, temos nomes que rapidamente se tornaram bem conhecidos nacionalmente, como Johnny Hooker, Liniker, Jaloo, Caio Prado, Rico Dalasam, As Bahias e a Cozinha Mineira, MC Xuxu e MC Linn da Quebrada, sobre esse último adiante falaremos um pouco mais porque seu trabalho está visivelmente sintonizado com as características apontadas acima. Na cena teatral temos o Teatro kunyn (São Paulo), As travestidas (Fortaleza), Atelier voador e Teatro A queda (Salvador). Fora isso, uma profusão de coletivos diversos, com ênfase em performances, como O que você queer? (Belo Horizonte), Cena queer (Salvador), Anarcofunk (Rio de Janeiro), Revolta da lâmpada (São Paulo), Selvática ações artísticas (Curitiba), Cabaret drag king (Salvador), Coletivo coioote (nômade), Seus putos (Rio de Janeiro). A lista poderia ser bem mais longa.

Como sabemos, a produção artística brasileira que problematiza as normas sexuais e de gênero não é absolutamente nova, a exemplo do grupo Dzi Croquettes (Cysneiros, 2014) e o cinema de Jomard Muniz de Britto (Sant'anna, 2016), bem como nas artes visuais, com Flávio de Carvalho, Hélio Oiticica e Leonilson (Lord & Meyer, 2013). Outros vários exemplos poderiam ser citados, como é o caso do Teatro Oficina (São Paulo). No entanto, o que temos percebido com mais intensidade nos últimos anos é a emergência de outros coletivos e artistas que trabalham dentro de uma perspectiva interseccional via dissidências sexuais e de gênero e que, ao mesmo tempo, explicitam suas intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as

INTERSEÇÕES E TANGENTES

suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política, em especial quando contrapostas às formas mais “tradicionais” usadas pelo movimento LGBT *mainstream*.

Ao analisar o trabalho de algumas dessas artistas, a pesquisadora Patrícia Lessa (2015) apontou para algumas características. Uso intenso das novas tecnologias e redes sociais, produções não voltadas para espaços fechados ou museus, mas para as ruas, festas e outros espaços públicos de sociabilidade facilmente acessados, horizontalidade das produções e, fundamentalmente: “as artistas, por meio dessas práticas, questionam o corpo, o sexo, e o modelo dessexualizado do contrato de casamento, propondo novas formas mais criativas de estar no mundo e de sentir a multiplicidade e o valor da liberdade para a vida” (Lessa, 2015, p. 222).

Arte, política e ativismo

Diante dessa discussão, cabe refletir um pouco mais sobre as relações e as polêmicas em torno dos cruzamentos entre arte e política, que também não são recentes. Na verdade, não parece possível falar de alguma expressão da criação humana que esteja fora dos processos políticos de interpelação e de poder. Contudo, essas relações nunca foram simples. Se voltarmos à primeira metade do século XX, veremos Antonio Gramsci (1975) concordar com seu adversário, o filósofo Benedetto Croce, que afirmava que a arte é educadora enquanto arte e não enquanto arte-educadora. Vejamos o estranho da situação: dois pensadores de filiações teóricas antagônicas, um idealista e o outro materialista, assentiam no mesmo entendimento quando o tema em questão era arte. Assim, o debate girava em torno de perguntas como: deveria a arte possuir uma função pedagógica ou mesmo uma intencionalidade política? Questões como essa mostravam os tensionamentos

GÊNEROS E SEXUALIDADES

existentes naquele campo mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, problematizações que atravessariam o século XX e chegariam até nossos dias.

Já Mourão (2015), em uma linha que se assemelha às percepções de Foucault sobre o discurso da bifurcação entre razão instrumental e razão dialética⁶¹, aponta para a necessidade de, ao contrário da reprovação moral de instrumentalização da arte, deveríamos perguntar de que formas e com quais intenções a arte é instrumentalizada, uma vez que no século XX isso ocorreu de forma recorrente. Nesse contexto, ainda segundo o autor, apartar a arte da sua dimensão transformadora seria uma perda para as sociedades contemporâneas, pois “pactuar com a exclusão de uma dimensão interventiva da arte é diminuir a liberdade numa sociedade que se queira democrática e participativa, inclusive ao nível artístico”. (Mourão, 2015, p. 56).

Giovanni (2015), por sua vez, atenta para o fato de que as vanguardas modernistas já apontavam para uma função experimental e disruptiva dos limites entre vida cotidiana, política e arte. Essas fronteiras estariam borradas uma vez que os artistas se apresentavam empenhados na busca de outras linguagens que rompessem com a tradição. Inclusive, na visão da mesma autora, citando Esposito, estaríamos revivendo hoje um momento semelhante àquele com o aparecimento do ativismo. Contudo, esse não é um ponto pacífico entre os artistas modernistas.

Uma possível chave para o entendimento desse fenômeno atual chamado de ativismo parece ser a expressão política que

61. Ver FOUCAULT, M. (1975) *Nietzsche, Freud, Marx/ Theatrum filosoficum*. Porto: Rés Limitada.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

problematiza, através das artes, as mais diversas questões sem o corrimão das identidades fixas e que privilegia a experiência do corpo em trânsito. Esses fenômenos, que já apareciam durante os questionamentos modernistas, vão ganhar características muito próprias como a emergência das chamadas subjetividades flexíveis (Rolnik, 2011) do final do século XX. É nesse sentido que parece ser possível diferenciar as propostas de articulação arte-política (Movimento Antropofágico, Tropicalismo, contracultura, do que hoje se chama de artivismo) daquela arte-militante pelo que Marcelo Ridenti (2000) chamou de “a grande família comunista brasileira”. Para além de suas nuances internas e diferenciações entre lukácsianos e brechtianos, a “grande família” tem em comum o fio condutor da construção de uma arte para a conscientização. Para a elevação do que se chamava de “povo”, uma categoria problemática, desde a condição de “classe em si” até status de “classe para si”. Discurso muito comum entre os conhecidos Teatro de Arena, CPC da UNE e demais experiências similares do início dos anos 1960 no Brasil e que ficaram conhecidas como arte popular revolucionária (Hollanda, 2004). Essas experiências foram denominadas por Rolnik (2011) como pertencentes ao campo da macropolítica, que ficaram conhecidas como arte engajada. Ao contrário desse fenômeno, a autora argumentará que a arte envolvida com o desbloqueio das possibilidades do corpo e da liberação do fluxo do desejo está no campo das micropolíticas e seus processos de subjetivação criativos⁶².

Outra escritora que pode ajudar a pensar a tensão entre arte e política é Susan Sontag. A ensaísta americana considerava os dois campos como radicalmente distintos. Não pelas temáticas

62. Contudo, é importante questionar em que medida o artivismo em sua experiência empírica se afasta e se aproxima dessas noções de elevação de consciência de um determinado público.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

abordadas, mas pelas formas de condução da escrita criativa. A mesma afirmava que quando alguém escreve um panfleto ou um ensaio tem que fazer o esforço de comunicar e argumentar em torno de uma ideia. Uma tese coerente. Por sua vez, quando alguém escreve ficção pode colocar as inúmeras e contraditórias vozes que lhe habitam na boca de diversos personagens⁶³. A autora parece sugerir a necessidade de fuga de uma possível arte-didática que reduziria as capacidades criativas e prescreveria modos unívocos de ação.

Mesmo não considerando sua obra ficcional como diretamente política, o texto literário de Sontag que obteve maior repercussão mundial foi *Assim vivemos agora*, de 1986, no qual tratava da AIDS em uma época em que o governo americano negava a existência da epidemia. O fato da escritora ser uma personalidade internacionalmente famosa ajudou enormemente o ativismo da AIDS, então nascente. Ao ponto da mesma ser homenageada na ópera-rock *Rent*, de Jonathan Larson, um clássico do teatro sobre a AIDS.

A relação da escrita de Susan Sontag com a AIDS estava inserida em um movimento maior que foi chamado posteriormente de “epidemia discursiva” (Bessa, 1997), momento em que a temática da síndrome “invadiu” a produção de numerosos artistas. Inclusive, muitos deles se tornando ativistas. O tensionamento arte-ativismo esteve fortemente presente nas intervenções públicas do ACT Up e Queer Nation (Downing, 2002). Os mesmos realizavam as mais diversas *performances*, como invadir igrejas, prefeituras e outras repartições públicas.

63. Essa postura da escritora já existia antes do interesse dela pela epidemia da AIDS, o que pode ser constatado em sua entrevista ao programa de TV “Voices” de 1983. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9PcJR5MWrzc> [acessado em 02 de agosto de 2016]

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Não raro, havia também os *happenings* mórbidos, nos quais os pacientes terminais faleciam em praça pública para denunciar o descaso dos governos com a síndrome⁶⁴. Outro ato performático era o chamado *Candlelight*, uma vigília para o luto público em alusão às vítimas da AIDS (Sousa, 2016).

Uma outra diferenciação entre o que se chama de ativismo e a arte engajada de outrora parece residir no foco dado ao corpo como expressão simultaneamente política e artística, além do contexto de crises e emergências de novas possibilidades de ocupação do espaço público na virada do século XX para o XXI. A irrupção desses ativismos parece estar ligada às expressões de políticas do corpo como local de fruição e ação política. Se a queda do muro de Berlim e o fim das experiências do chamado socialismo real decretaram também o fim da História e da Política, vemos, no alvorecer do século XXI, formas outras de criação de esferas de interlocução. Elas serão chamadas por diversos termos como: ocupações, espaço de aparecimento, espaços liminares, espaços criativos, etc. (Giovanni, 2015; Mourão, 2015).

Embora esses espaços e experiências não tenham sido criados exclusivamente na década vigente, como vimos, as políticas queer e coalizões da AIDS já agiam nesse sentido. Para Mourão, a crise de 2008 teria sido um importante elemento catalizador do ativismo na Europa e nos EUA. Nas palavras do escritor: “atualmente, em grande medida por causa da crise socioeconômica, tem-se cruzado práticas artísticas e posicionamentos relativos à pólis com uma renovada vitalidade” (Mourão, 2015, p. 55).

⁶⁴. Já no Brasil, tivemos a temática da AIDS invadindo obras como as de Caio Fernando Abreu, entre outros. Contudo, o único autodeclarado ativista da AIDS e escritor brasileiro parece ter sido Herbert Daniel (Bessa, 2002).

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Vitalidade que se contrapõe à captura das artes e das subjetividades flexíveis ao que Rolnik (2011) chamou de “geopolítica da cafetinagem”. Se as sociedades totalitárias tenderiam à paralisia do chamado “corpo vibrátil” e de uma subjetividade criadora, a maquinaria capitalista flexível, por sua vez, teria como ação absorver e transformar em mercadoria os movimentos de contestação. O que Hija de Perra (2014), citando Zizek, chamou de “shopping queer”⁶⁵.

Dentre as diversas formas de nomeação desses espaços outros de criação, privilegiamos aqui os momentos em que os autores se valem do conceito de “espaço de aparição/aparência/aparecimento”⁶⁶ para pensar esses novos modos de ocupação artística da cena pública. É o que Mourão atesta quando analisa a exposição *Nossos sonhos não cabem nas urnas*. Para o escritor, a mesma funcionava como uma espécie de metáfora visual pois cada projeção se ligava a outra e, simultaneamente ao conjunto, num todo. A composição refletia virtualmente várias realidades performadas, analogia do que Hannah Arendt chamou de “espaço da aparência” (Arendt 2001: 249) – o espaço que permite estruturar a esfera pública e por ela ser estruturado, um espaço que só é possível constituir pela pluralidade de atores. Neste caso, atores de contrapoder em diversas *performances artistas* no espaço público (Mourão, 2015, p. 65)

65. Um movimento que não se reduz à apropriação da expressão queer em produtos culturais como os seriados “Queer as folk” ou “A queer eye for the straight guy,” mas abrange a transformação em mercadorias de todas as construções imagéticas e discursivas potencialmente vendáveis, como a fotografia de Che Guevara, os óculos de John Lennon e toda a expressão do que ficou conhecido como movimento hippie.

66. Os diversos autores traduzem de forma distinta a expressão arendtiana originalmente formulada em inglês: *space of appearance*. Preferimos traduzi-la como espaço de aparecimento, uma vez que “espaço de aparência” pode remeter ao dualismo platônico aparência x essência, o que não cabe no pensamento arendtiano, uma vez que, para ela, ser é aparecer.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

É nesse sentido ainda que Giovanni aponta a contribuição de Judith Butler para a renovação do pensamento de Hannah Arendt ao trazer para o debate da esfera pública as questões ligadas à corporeidade, as quais formam, por sua vez, negligenciadas pela última. Assim, Butler “já apontou que pensar essas manifestações de rua em termos de abertura de espaços políticos – de “espaços de aparecimento” na teoria arendtiana – exige hoje que investiguemos a dimensão corporal da ação” (Giovanni, 2015, p. 23).

Em sintonia com o livro mais recente de Butler (2015c), que discute essas questões, *Notes towards a performative theory of assembly*, Mourão (2015) reafirma esse local do corpo na interação arte e ativismo quando argumenta que faz parte de toda política algo performativo e toda performance é algo político. Ao mesmo tempo em que repõe, nesse domínio, a *performance art* como espaço privilegiado de ação e criação. É também nesse sentido que Giovanni compreende o lugar do corpo performático no ativismo. Vale a longa citação:

Se há um lugar onde o “poder liminar” de uma ocupação se preserva fora da praça ocupada, esse lugar é o corpo – aquele que Foucault chamou ao mesmo tempo de “utopia” e “topia implacável” (Foucault 1966). Para Marcelo Expósito, reside nos corpos a memória social das sublevações políticas, e através deles se explica a ressonância e os mimetismos complexos entre episódios distintos de ocupação temporária de “espaços falsamente públicos” para subverter suas funções e constituir temporariamente prefigurações de uma nova democracia. Se a ocupação se tornou um paradigma em um ciclo de revoltas das últimas décadas, segundo o autor, é porque “em cada nova insubmissão coletiva os

GÊNEROS E SEXUALIDADES

corpos recordam: se produzem acontecimentos em que o movimento em seu conjunto sabe e lembra mais do que a mera soma dos sujeitos conscientes que o compõem” (Expósito 2014:228). Se o momento de um protesto se mostra aberto a outros possíveis, segundo o autor, é porque quando cada corpo ali abre-se aos outros reativa-se uma memória sensível de outras lutas incompletas e expectativas irrealizadas. (Mourão, 2015, p. 23).

Como já sinalizamos, essa parece ser uma característica diferencial do chamado artivismo como forma de intervenção política. Não mais um espaço de ação para levar a consciência a uma totalidade fechada chamada de “povo”, mas para a reabertura da experiência à vulnerabilidade ao Outro ou, nos termos de Rolnik (2011), a desobstrução e vibratilidade do corpo. Tendo por base essas premissas, Colling questiona:

vivenciamos um período de subjetividades flexíveis, perversamente apropriadas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que forças conservadoras se articulam e retomam discursos de regimes ditatoriais e, no meio desse turbilhão, determinadas pessoas reagem, tentam produzir outras mensagens mas que, ao mesmo tempo, também não estão necessariamente imunes da lógica do capital sobre as suas produções pretensamente desestabilizadoras e subversivas (2016, s/p).

Como saída possível, Rolnik aponta a necessidade de superação da anestesia da vulnerabilidade ao outro. Uma vez que “a vulnerabilidade é a condição para que o outro deixe de ser simplesmente objeto de projeção de imagens pré-estabelecidas e possa se tornar uma presença viva” (2011, p. 12). Um corpo

INTERSEÇÕES E TANGENTES

aberto à possibilidade de afecção. As performances artivistas, nas mais variadas formas de ocupações, expressões e linguagens, seriam esse espaço de aparecimento privilegiado, tendo em vista que as mesmas são “uma voz independente na esfera pública, procurando interpelar o Outro a partir de certas estratégias, arriscadas na sua audácia.” (Mourão, 2015, p. 28).

É importante pontuar que a construção desses espaços contingentes de aparecimento em nada tem a ver com a esfera pública burguesa teorizada por Habermas. É o que nos lembra Barbalho quando mobiliza diversos autores que vão na contramão do filósofo frankfurtiano:

Ortega, ao discutir o pensamento de Hannah Arendt, coloca que, ao contrário da esfera pública habermasiana, que tende para unificação, para a identidade, a ideia de espaço público, na óptica de Arendt, privilegia as diferenças, a pluralidade. E não estando ligado ao Estado, o espaço público privilegia locais de ação política, pois são múltiplas as possibilidades com as quais se pode criar algo novo, experimentar novos espaços (2006, p. 15)

Vale ressaltar, contudo, que em termos de artivismo queer essa relação não se apresenta de forma necessariamente apartada das demandas em direção ao Estado. É o caso do coletivo *Mujeres al borde*, de Bogotá (Vidal-Ortiz, Viteri & Amaya, 2014) ou mesmo do coletivo *As travestidas*, de Fortaleza (Lírio, 2015). Na verdade parecem se delinear duas grandes linhas de atuação que não são estanques. Uma mais ligada à chamada “democracia radical”, empenhada em questionar e denunciar os limites dos direitos estabelecidos pelo Estado neoliberal, assim como a pressão por outras formas de condução da política mas também formas de reconhecimento dentro do Estado.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Essa linha de pensamento faz parte das reflexões de Judith Butler, Chantal Moufee, etc. E outra linha mais conectada às perspectivas anarquistas de questionamento não só do Estado neoliberal, como também qualquer forma de condução a partir do Estado. Perspectiva mais alinhada com as reflexões de Paul B. Preciado e as chamadas multidões queer.

Essas questões são importantes para pensar a política do desejo no pensamento de autoras como Butler (2015b), conceito que, em sua produção mais recente, aparece também como desejo/demanda de reconhecimento por parte do Outro. No caso de Butler, ao se perguntar o que é reconhecível como uma vida válida, parece haver a retomada de uma cena pós-hegeliana de reconhecimento. Contudo, não há aqui uma demanda por reconhecimento a partir dos predicados/identidades nos termos da dialética senhor/escravo. Parece ser nesse sentido que o pensamento da teórica queer aponta hoje para uma política da despossessão (Butler & Athanasiou, 2013; Butler, 2015a, 2006). Em uma espécie de reconhecimento sem identidade. O reconhecimento do outro não mais pelos predicados que possui, mas por uma espécie de precariedade que atinge a todos e todas.

Ainda no Brasil, temos as apropriações do pensamento de Judith Butler por parte de Vladmir Safatle (2015, 2012). Para o filósofo, viveríamos em uma política do medo como afeto paralisador da criação. E somente a circulação de afetos para além da esperança ou do medo que garantiria a construção de uma política da despossessão. Uma política para além das identidades, dos predicados. Em última instância, uma política do desamparo no sentido psicanalítico, na qual eu me deixo ser despossuído pelo Outro e uma espécie de vínculo ético surge a partir da experiência de precariedade. Esse desbloqueio possibilitaria a emergência do novo, do impensável, daquilo fora da existência discursiva palpável.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Todas essas propostas de Butler, Preciado, Mouffe, Safatle, Rolnik, guardadas as suas diferenças, problematizam a insuficiência da unidade do sujeito, do indivíduo moderno e as formas de fazer política. Parece ser dessa insuficiência que surgem as formas de interlocução entre arte e ativismo.

O ativismo de Mc Linn

Como vimos, o ativismo sintonizado com perspectivas queer aposta na possibilidade de desestabilização das identidades, na transformação social e na quebra de normas regulatórias. O propósito é estranhar tanto as formas de fazer arte quanto as formas de produzir ativismo. Essa perspectiva de dialogar estreitamente e intencionalmente com um “lugar de abjeção” pode ser assinalada como uma forte expressão dos ativismos queer que pretendem enfrentar as imposições do sistema heteronormativo.

A seguir um trecho da música *Enviadescer*, de Mc Linn da Quebrada, que rejeita um modelo de “gay-macho-discreto” e da hetero/homonormatividade (Oliveira, 2013), comportamento e “modo gay de ser”, uma espécie de higienização que reitera o ideal da masculinidade hegemônica, ratificando esse lugar através da desqualificação do que seria uma expressividade considerada feminina:

*Hey, pssiu, você aí, / Macho Discreto, /chega mais,
/cola aqui, /vamo bater*

*um papo reto, /que eu não to interessada no seu
grande pau ereto. /Eu gosto*

*mesmo é das bicha! Das que são afeminada das
que mostram muita pele*

GÊNEROS E SEXUALIDADES

rebolam, saem maquiada. /Eu vou falar mais devagar pra ver se consegue

*entender:/ Se tu quiser ficar comigo boy,/ hahaha/
Vai ter que envidescer.*

(Envidescer- Mc Linn da Quebrada) (Fonte: Canal do Mc Linn da Quebrada no YouTube)

Negra, periférica, paulista e deliberadamente escrachada. É através de uma musicalidade que mistura funk e rap e de uma estética que explora roupas, cabelo e maquiagem hiper-coloridos, além de danças e performances irreverentes, que Mc Linn da Quebrada vem contestando fortemente o “macho alfa” e o “gay-discreto” através do cruzamento de estilos musicais dominados por cantores e cantoras que valorizam as suas masculinidades ou feminilidades em corpos com gêneros tidos como coerentes com suas genitálias. Por sua vez, com muito glitter e enfrentamento, o trabalho de Mc Linn não só critica a imposição heteronormativa do “gay-discreto”, mas também enaltece e visibiliza as resistências das bichas pintosas.

O trabalho de Mc Linn ainda ironiza e desqualifica a ideia hegemônica de masculinidade. Sua música desconsidera a ideia binária do pênis como centro do desejo, fortalece e atribui sentido positivo a uma estética que apresenta características marginalizadas e tidas como abjetas. Para além da letra da canção, as imagens do clipe⁶⁷ também trabalham com uma perspectiva queer interseccionalizada com vários outros marcadores sociais das diferenças, a exemplo de questões geográficas, raciais, de gênero, classe, padrões corporais e

67. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=saZywh0FuEY>

INTERSEÇÕES E TANGENTES

orientação sexual. O clipe é gravado no bairro onde Linn mora e com pessoas cujas corporalidades são diversas e também marginalizadas. Sapas, bichas, corpos gordos e negros compõem o clipe com danças e que produzem interseccionalidades como propostas estéticas de enfrentamento.

“É das bicha afeminada” que ela se refere com desejo e como modo de resistência. Não há aspiração pela norma, ao contrário, ela é fortemente criticada. Também não há um compromisso com uma estética asséptica ou com uma linguagem culta. É justamente a partir dessa “ofensa” que sua estética e letra se produzem, fortalecendo esses aspectos geralmente marginalizados, como o corpo da bicha afeminada, e atribuindo a ele outros sentidos.

A negação e o desprezo atribuídos a esses corpos e sujeitos são reapropriados de forma que o estranho e desviante se configurem como perspectiva de construção e reivindicação política e artística (Inácio, 2016, p. 89). O corpo subalterno torna-se então o elemento central das possibilidades de borrar as fronteiras binárias entre os gêneros, por exemplo, e também as perspectivas mais tradicionais a respeito da arte.

E é justamente a partir de suas vivências e do seu próprio corpo que Linn desenvolve essas questões. Ela afirma que sua produção e seu estilo estão diretamente relacionados à sua realidade. Reconhece que suas inspirações e pirações vêm das ruas, da margem e da noite. O que ela descreve como um universo mais próximo da sarjeta. “Ela se define “Bicha, trans, preta e periférica. Nem ator, nem atriz, atroz. Bailarinx, performer e terrorista de gênero.” Ativista, colaborou com a formação da ONG Atravessa (Associação de Travestis de Santo André) e atua como performer no Coletive Friccional.” (Caparica, 2016)

GÊNEROS E SEXUALIDADES

No trecho dessa entrevista, fica explícito como o trabalho de Mc Linn dialoga com o que estamos chamando de um ativismo das dissidências sexuais e de gênero, significativamente sintonizado com as perspectivas queer e fortemente interseccional.

O que você quer dizer exatamente com “enviadecer”?⁶⁸

MC LINN - Enviadecer pra mim, como eu digo na música, não tem a ver com gostar de rola ou não. Não tem a ver com ser gay. Pra mim é uma atitude. Um posicionamento. Tem a ver com não ser macho, com poder dar pinta, existir da forma como eu escolher. Tem a ver com ser afeminada, e ter orgulho disso. Em celebrar o feminino independente de em que corpo ele esteja localizado.

Lésbicas e héteros são capazes de enviadecer também? O que ganham com isso?

Como eu disse acima, enviadecer é um posicionamento em que eu privilegio o meu corpo, os meus afetos, a minha vivência, e não um sistema heteronormativo compulsório que possui um roteiro pré-estabelecido e que vai decidir por mim como eu devo viver, que roupas devo usar, com quem, quando, e como devo transar e/ou me apaixonar, como devo amar, como devo me comportar, gestos, empregos, estética, que aparência devo ter pra ser amada e ter uma vida digna; e caso eu não aceite esse contrato, que nem é posto como

68. Em seu clipe, Mc Linn grafava a palavra com “s” (enviadescer) e o autor da entrevista grafou sem o “s”.

INTERSEÇÕES E TANGENTES

possibilidade, eu sou punida por isso. Enviadecer é, pra mim, assumir o controle do próprio corpo, da própria vida. É também duvidar de suas próprias certezas. É poder errar; é erro enquanto acerto, como possibilidade. É poder inventar sua própria história. É ser ao mesmo tempo criação e criadora. E isso não depende do que eu tenho no meio das minhas pernas, se sou hétero ou não, até porque quando se assume isso, você ganha autoria sobre si mesma. Aumentam as possibilidades, diminuem as certezas e os limites se tornam mais flexíveis. (Caparica, 2016)

Logo, segundo Mc Linn, para enviadecer não é preciso ser homossexual, ou melhor, não é necessário ser viado. Sua proposta, nesse sentido, foge do rígido modelo identitário para pensar o enviadecer como um posicionamento capaz de diversas coisas, inclusive duvidar de certezas e inventar suas histórias. Ao enviadecer aumentamos nossas possibilidades e flexibilizamos aquilo que definimos como limites. Em um mesmo clipe e em uma pequena entrevista, Mc Linn consegue, rapidamente, tratar de interseccionar sexualidade, gênero, raça, padrões corporais, territorialidades.

Se Puar (2013) defende que temos usado a ideia de interseccionalidade muito mais para falar de identidades negras e, com isso, temos deixado as identidades raciais brancas numa zona de conforto, Mc Linn da Quebrada nos alerta para outras identidades heterossexuais e homossexuais que precisam ser desconfortadas. Ou seja, ao enviadecer a interseccionalidade acontece, ou melhor, o enviadecer torna-se fundamental para uma proposta interseccional.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Referências

- Barbalho, A. (2006). No ar da diferença. *Comunicação e informação*, V, 9, nº 1, pp. 08-16.
- Bessa, M. S. (1997). *Histórias positivas: a literatura (des)construindo a AIDS*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Bessa, M. S. (2002). *Os perigosos*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Butler, J. (2015a). *Quadros de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015b). *Relatar a si mesmo*. São Paulo: Autêntica.
- Butler, J. (2015c). *Notes toward a performative theory of assembly*. London: Harvard University Press.
- Butler, J. (2006). *Vida precaria: el poder del dielo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. & Athanasiou, A (2013). *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press.
- Caparica, M. (2016). MC Linn da Quebrada: “o ódio disfarçado de opinião é tão culpado quanto quem mata. *Lado B*, Recuperado em 20 agosto, 2016, de <http://ladobi.uol.com.br/2016/05/mc-linn-quebrada-enviadecer/>
- Cysneiros, A. B. (2014). *Da transgressão confinada às novas possibilidades de subjetivação: resgate e atualização do legado Dzi a partir do documentário Dzi Croquettes*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal da Bahia, Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, Brasil.
- Colling, L. (2016). A emergência do ativismo da dissidência sexual e de gênero no Brasil da atualidade. In: Garcia, P. C. & Thürler, D. (orgs.) *Erotização da política e a política do desejo: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera*. Salvador, EDUNEB, pp. 74-86.
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal. tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA.
- Downing, J. D. H. (2002). *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (2004). *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Giovanni, J. (2015). Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, Nº 2, pp. 13-27.
- Gramsci, A. (1975). *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hollanda, H.B. (2004). *Impressões de viagem*. Rio de Janeiro:

INTERSEÇÕES E TANGENTES

Aeroplano.

- Lírio, G. (2015). Br trans e a potência do corpo performativo: conversa com Silvero Pereira. *Questão de crítica*. Rio de Janeiro, Vol. VIII, pp. 263-272.
- Lord, C. & Meyer, R. (2013). *Art & queer culture*. London: Paidon Press.
- Mourão, R. (2015). Performances artistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, Nº 2, pp. 53-69.
- Oliveira, J. M. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. *Psicol. Soc.* vol.25, n.1, pp.68-78.
- Perra, H. (2014). Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, Vol 1, nº 2.
- Puar, J. (2013). “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, volume 8, número 2, pp. 343-370.
- Raposo, P. (2015). “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*, volume 4, número 2, pp. 3-12.
- Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental - transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.
- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Naify.
- Safatle, V. (2012). *Grande hotel abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Martin Fontes.
- Sant’ana, T. S. (2016). *Outras cenas do queer à brasileira: o grito gongadeiro de Jomard Muniz de Britto no cinema da Recinfernália*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal da Bahia, Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, Brasil.
- Sousa, A. N. (2016). Da epidemia discursiva à era pós-coquetel: notas sobre a memória da AIDS no cinema e na literatura. In. *Anais do II Seminário Internacional de Memória Social*. Rio de Janeiro, pp. 01 a 14.
- Vidal-Ortiz, S., Viteri, M. A. & Amaya, J. F. S. (2014). Resignificaciones, prácticas y políticas queer en América Latina: otra agenda de cambio social. *Nómadas*, n.41, pp.185-201.

Notas biográficas

Alexandre Nunes de Sousa é professor da Universidade Federal do Cariri no Brasil e doutorando no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação e Cultura e Sociedade. Integra o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) da UFBA. E-mail: alexandrenunes@cariri.ufc.br

Amana Mattos é feminista, graduada em psicologia, mestre e doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e coordena o DEGENERÁ - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros. E-mail: amanamattos@gmail.com

António Manuel Marques é doutorado em Psicologia Social e Organizacional pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Professor-Coordenador da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal (Portugal) e investigador no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Intervenção Social. Para além da atividade docente em unidades curriculares que visam aplicação da perspetiva psicossocial aos contextos da saúde, tem investigado e editado nos domínios da psicologia e sociologia da saúde, da sexualidade e dos estudos do género e da masculinidade. E-mail: antonio.marques@ess.ips.pt

Conceição Nogueira é Professora Associada com Agregação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Doutorada em Psicologia Social – Universidade do Minho e autora de variadas publicações nacionais e internacionais – artigos em revistas

GÉNEROS E SEXUALIDADES

científicas, livros, capítulos de livros e procedimentos conferenciais sobre Estudos de Género, Feminismos, Sexualidades e Interseccionalidades, tem experiência na coordenação de diversos projetos financiados pela FCT no seu domínio de investigação. Email: cnogueira@fpce.up.pt

Emília Bezerra de Miranda é psicóloga e mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL), onde desenvolve estudos sobre juventude e amizade; juventude, género e sexualidade.

Francisco Sena é estudante de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Brasil (UFBA) e integra o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) da UFBA.

Georgia Grube Marcinik é graduada em Psicologia, Especialista em Género e Sexualidade (CLAM/UERJ), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (bolsista CAPES) e pesquisadora do DEGENEREA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Géneros. E-mail: georgia_marcinik@hotmail.com

Gracia Trujillo, doutora em Sociologia pela Universidade Autónoma de Madrid, Espanha, membro doutorado do Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones e professora da UCLM desde 2007. É docente em cursos de pós-graduação da Universidade Complutense de Madrid e da Universidade Internacional da Andaluzia. Investigadora e ativista, integrou vários grupos feministas e queer desde os anos noventa e é parte do movimento 15M desde 2011. Seus

INTERSEÇÕES E TANGENTES

interesses de pesquisa giram em torno das teorias e práticas políticas feministas e queer, feminismo pós-coloniais, pedagogias críticas e, mais recentemente, reprodução e parentesco não-heterossexual, áreas em que tem um amplo número de publicações. Alguns desses trabalhos podem ser encontrados na página <https://uclm.academia.edu/GraciaTrujillo>. E-mail: Gracia.Trujillo@uclm.es

Jaileila de Araújo Menezes é psicóloga pela Universidade Federal do Ceará, Brasil, mestre e doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL), onde desenvolve estudos sobre juventude e participação sócio política, juventude e projeto de vida, juventude, gênero e sexualidade. E-mail: jaileila@terra.com.br

João Manuel de Oliveira é investigador auxiliar no Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) onde presentemente coordena a linha de investigação Género, Sexualidades e Interseccionalidades. Tem publicado sobre as seguintes áreas de pesquisa em Portugal e no estrangeiro: teorias feministas, estudos críticos da sexualidade, teoria do género, necropolítica e neoliberalismo, teoria queer, cidadania sexual, heteronormatividade e homonormatividade. É doutor em Psicologia Social. E-mail: joao.oliveira@iscte.pt

Karla Galvão Adrião é Psicóloga, com mestrado em Lingüística (UFPE) e doutorado em Ciências Humanas (UFSC) com área de especialidade em estudos feministas e de género. Seu

GÊNEROS E SEXUALIDADES

pós-doutorado foi realizado na City University of New York (CUNY/USA), sobre psicologia social, estudos feministas e pesquisa-intervenção com jovens em situação de desigualdade. Atua como professora no departamento e na Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco-Brasil. Co-coordenadora do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (Labeshu), e dos coletivos feministas Diadorim e A Coletiva/Labeshu/UFPE. Desenvolve estudos sobre Sujeitos do Feminismo, pesquisa-intervenção, processos grupais, juventudes, direitos sexuais e direitos reprodutivos, numa perspectiva Feminista pós-estrutural e decolonial. Email: galvoadriao@gmail.com

Leandro Colling é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. É professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) Professor Milton Santos e professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal da Bahia. É criador e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) e um dos criadores e editores da revista acadêmica Periódicus, primeira e única inteiramente dedicada aos estudos queer no Brasil. É autor do livro Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer e organizador dos livros Stonewall 40 + o que no Brasil? e Estudos e políticas do CUS, todos editados pela Editora da Universidade Federal da Bahia. E-mail: leandro.colling@gmail.com

Lígia Amâncio é licenciada em Psicologia e Educação pela Universidade de Paris VIII, doutorada em Sociologia pelo ISCTE e professora catedrática de psicologia social do ISCTE-Intituto Universitário de Lisboa desde 2002. Dedicou a sua carreira de investigação ao estudo dos processos de construção social do masculino e do feminino e das suas implicações

INTERSEÇÕES E TANGENTES

para os indivíduos mulheres e homens. Foi Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres de 1996 a 1998 e Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de 2006 a 2012. E-mail: ligia.amancio@iscte.pt

Maria Helena Santos é licenciada, mestre, e doutorada em Psicologia Social e Organizacional pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Atualmente, é investigadora de pós-doutoramento no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL) do ISCTE-IUL, do qual é membro integrado. A sua área de atividade científica tem sido desenvolvida em torno de estudos teóricos e empíricos sobre as desigualdades de género na política e as medidas de ação positiva criadas para as combater, em particular as quotas e a Lei da Paridade. E-mail: mhelenarc.santos@gmail.com

Pablo Pérez Navarro é doutor em Filosofia pela Universidade de La Laguna, Espanha, com a tese “Performatividade, género e identidade na obra de Judith Butler.” A sua investigação de pós-doutoramento tem-se desenvolvido entre a Universidade Carlos III de Madrid e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Na primeira ele dirigiu e leccionou, entre outros, um curso de introdução à teoria queer por três anos consecutivos. Ele é o autor de *Del texto al sexo: Judith Butler y la performatividad* (Egales, 2008), capítulos em obras colectivas e outras publicações. Os seus trabalhos recentes centram-se nas masculinidades queer, ativismos LGTBQ em cenários de protesto e crítica das políticas estatais de género e sexualidade. E-mail: pabloperez@ces.uc.pt

Rita Grave é licenciada em Ensino Básico - 1º Ciclo (Universidade do Minho - Instituto de Estudos da Criança) e Mestre em Psicologia (Universidade do Porto - Faculdade de

GÊNEROS E SEXUALIDADES

Psicologia e Ciências da Educação). Tendo desenvolvido uma Dissertação em torno das questões de gênero e Teoria *Queer*, intitulada ‘Desidentificações de Gênero: Discursos e Práticas’, está atualmente a desenvolver investigação no âmbito dos gêneros e das sexualidades. Email: anaritaguergrave@gmail.com

Roseane Amorim da Silva é Psicóloga, Especialista em Saúde Mental e Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas - GEPCOL, tem trabalhado com pesquisas sobre juventude, uso de álcool e interseccionalidade.



Research and Social Intervention Centre (Psychology)
ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA